



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES - CH
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA - UAH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

FRANCISCA PEREIRA ARAÚJO

**TECENDO MEMÓRIAS, FAZENDO HISTÓRIAS: Mulheres e trabalho
têxtil em Campina Grande-PB entre 1960 e 1990**

CAMPINA GRANDE – PB
2015

FRANCISCA PEREIRA ARAÚJO

**TECENDO MEMÓRIAS, FAZENDO HISTÓRIAS: Mulheres e trabalho
têxtil em Campina Grande-PB entre 1960 e 1990**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre. Área de concentração: História, Cultura e Sociedade. Linha de pesquisa: Culturas e Cidades. Orientador: Prof^o. Dr. Severino Cabral Filho.

CAMPINA GRANDE – PB
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

A663t Araújo, Francisca Pereira.
 Tecendo memórias, fazendo histórias: mulheres e trabalho têxtil em
Campina Grande - PB entre 1960 e 1990 / Francisca Pereira Araújo. –
Campina Grande, 2015.
 142 f.: il. color.

 Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina
Grande, Centro de Humanidades, 2015.

 "Orientação: Prof. Dr. Severino Cabral Filho".
 Referências.

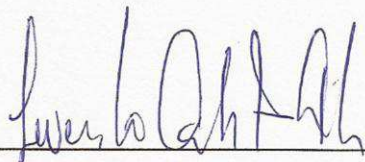
 1. Cidade. 2. Mulheres. 3. Trabalho Têxtil. I. Cabral Filho, Severino.
 II. Título.

CDU 911.375(043)

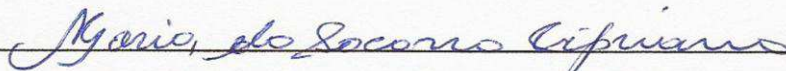
ARAÚJO, Francisca Pereira. **Tecendo memórias, fazendo histórias: mulheres e trabalho têxtil em Campina Grande-PB entre 1960 e 1990.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) para obtenção do título de Mestre.

Aprovado em: 30 / 04 / 2015

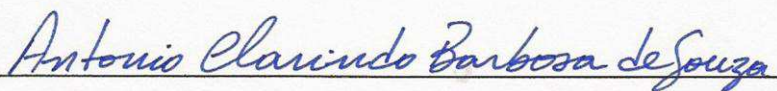
BANCA EXAMINADORA



Profº. Dr. Severino Cabral Filho – PPGH/UFCG (Orientador)



Profª. Dra. Maria do Socorro Cipriano – UEPB (Examinador externo)



Profº. Dr. Antonio Clarindo B. de Souza – PPGH/UFCG (Examinador interno)

Profº. Dr. José Benjamim Montenegro – UFCG (Suplente externo)

Profª. Dra. Keila Queiroz e Silva – PPGH/UFCG (Suplente interno)

Campina Grande

2015

AGRADECIMENTOS

À Deus, que propiciou todas as condições para que eu fosse aprovada na seleção e para que este trabalho fosse concluído satisfatoriamente. *Porque Dele, por Ele e para Ele são todas as coisas.*

Aos meus pais Enoque (In memoriam) e Anátide pelo amor, incentivo, não medindo esforços para os filhos terem acesso à educação escolarizada. Como sempre diz minha sábia mãe, *Mulher não é nada sem estudo.*

Ao meu marido e filhos, por compreenderem meu desejo de retornar aos estudos e concluir essa Pós-Graduação e por colaborarem da melhor forma possível, seja me acompanhando em eventos, na gravação das entrevistas e na solução de problemas operacionais com as novas tecnologias.

À coordenação de Pós – Graduação, sempre solícita a esclarecer dúvidas, dando todo suporte necessário. Um agradecimento especial à Banca Examinadora do processo seletivo (Alarcon Agra do Ó, Antonio Clarindo Barbosa de Souza e Keila Queiroz e Silva), por ter acolhido este projeto de pesquisa ainda um pouco disforme, reconhecendo seu potencial e sugerindo caminhos passíveis de serem percorridos.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História – PPGH/UFCG, cujo trabalho - suas experiências de vida, indicações de leituras, debates, além de empréstimos de materiais - contribuiu para a minha formação intelectual, influenciando na escrita desse texto.

Ao meu orientador, Prof^o. Dr. Severino Cabral Filho, por assumir o desafio da orientação desse trabalho, pela competência, pelas valiosas sugestões e indicações.

Ao Prof^o. Dr. Antônio Clarindo Barbosa de Souza, pelo pronto auxílio em sanar dúvidas - que não foram poucas – sempre instigando, sugerindo. E também por aceitar prontamente compor nossa banca examinadora.

A Prof^a. Dra. Maria do Socorro Cipriano - parceira de projetos como o PIBIC, desde a Graduação - por aceitar compor a banca, pela análise minuciosa e pela imensurável contribuição ao trabalho.

Ao Prof^o. Dr. Luciano Mendonça de Lima, que me acompanhou no Estágio Docência, requerido pela condição de Bolsista Demanda Social, me iniciando nos meandros do ensino superior. Foi relevante para o meu aprendizado perceber no seu lidar diário docente, comprometimento com o ensino, seriedade e dedicação no que faz.

Aos colegas da turma 2013, aprendi muito com cada um deles durante a convivência durante o curso.

Aos funcionários da Secretaria do PPGH, Arnaldo e Filipe, que sempre prontamente nos atenderam.

Ao Grupo de Pesquisa de Ciências Sociais, Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas – TDEPP, especialmente à Prof^a. Dra. Roseli de Fátima Corteletti, Prof^o. Dr. Roberto Veras de Oliveira, ao Eugênio Pereira e Bruno Mota pelo pronto acolhimento. Este espaço de pesquisa me possibilitou refletir de modo mais amplo e interdisciplinar sobre o meu tema de pesquisa.

A CAPES, pelo apoio financeiro a essa pesquisa, o que me foi muito útil e me permitiu adquirir um pequeno e ambicionado acervo, além de participar de eventos, dialogar com meus pares sobre o tema, conhecer novos lugares, ampliar horizontes, alçar novos voos.

Às ex-operárias, por abrirem suas casas e suas vidas, expondo-nos suas memórias de experiências e vivências de trabalho e lazer.

RESUMO

ARAÚJO, Francisca Pereira. **Tecendo memórias, fazendo histórias:** mulheres e trabalho têxtil em Campina Grande-PB entre 1960 e 1990. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2015.

Após meados do século XX a cidade de Campina Grande, a chamada *Capital do Trabalho*, investiu na industrialização e comportou muitas fábricas, mas nesse estudo enfocaremos apenas as fábricas de beneficiamento, fiação e tecelagem. Detivemos o nosso olhar nesse mundo do trabalho, pois nesses espaços fabris têxteis ocorreram as experiências e vivências das mulheres trabalhadoras, razão deste estudo. Para realizar nosso trabalho, fizemos uso principalmente da metodologia da História Oral, obtendo relatos de memórias de mulheres, ex-operárias das fábricas. Contamos as histórias das mulheres trabalhadoras enfocando especialmente três eixos: o palco onde se desenrolou essas histórias, ou seja, a cidade de Campina Grande onde viveram e as fábricas têxteis onde trabalharam; suas experiências do lado de dentro da fábrica (relações e condições de trabalho, acidentes de trabalho, conflitos) e suas vivências do lado de fora da fábrica (lar, lazer e diversão, afetos e instrução). Buscamos assim apreender as especificidades, as singularidades, as práticas cotidianas dessas mulheres nos seus momentos de trabalho, como também nos seus momentos de lazer. Pensamos que, ao estudar as práticas cotidianas de trabalho dessas ex-operárias com suas singularidades e especificidades, estamos contribuindo para a compreensão das questões concernentes ao cotidiano do trabalho das mulheres populares nas fábricas têxteis, não somente na nossa cidade, mas na Paraíba e no Brasil.

Palavras-chave: Cidade; Mulheres; Trabalho têxtil.

ABSTRACT

ARAÚJO, Francisca Pereira. **Weaving memories, making stories:** women and textile work in Campina Grande-PB between 1960 and 1990. Master's Dissertation, Federal University of Campina Grande. Campina Grande, 2015.

In the mid-twentieth century the city of Campina Grande, the so-called Capital of Labor, invested in industrialization and behaved many factories, but, in this study, we will focus on only the processing factories, spinning and weaving. We arrested our attention in the world of work, because in these textiles manufacturing spaces occurred experiences and experiences of women workers, reason of this study. To carry out our work, we mainly use the methodology of oral history, getting reports of women's memoirs, former workers of the factories. We Told the stories of women workers especially focusing on three areas: the place where these stories occurred, that is, the city of Campina Grande where they lived and where the textile factories worked; ; their experiences inside the factory (relations and working conditions, industrial accidents, conflicts) and the outside factory experiences (home, leisure and entertainment, affection and education). So we seek to apprehend the specificities, singularities, the daily practices of these women in their moments of work, and in hers leisure time. We think that, by studying the everyday working practices of these former workers with their singularities and specificities, we are contributing to understand the issues of pertaining to the daily work of the popular women in textile mills, not only in our city but in Paraíba and Brazil.

Keywords: City; Women; Textile work.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01. Mapa da área urbana de Campina Grande com a localização das fábricas têxteis.....	35
Figura 02. Mapa da área do Distrito Industrial de Queimadas com a localização da fábrica têxtil <i>Crispim Companhia Paraibana de Sisal</i>	36
Figura 03. Composição de fotografias extraído do Cadastro Industrial do Estado da Paraíba – SENAI	38
Figura 04. Composição de fotografias da fábrica <i>Comércio e Indústria Marques de Almeida Ltda</i>	39
Figura 05. Composição de fotografias da fábrica <i>Companhia Paraibana de Beneficiamento e Prensagem de Algodão</i>	40
Figura 06. Composição de fotografias da fábrica <i>Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro</i>	41
Figura 07. Composição de fotografias da fábrica <i>S/A Indústria Têxtil de Campina Grande</i>	42
Figura 08. Composição de fotografias de notas publicadas no Diário da Borborema.....	57
Figura 09. Quadro demonstrativo de riscos e seus agentes no ambiente laboral.....	60

LISTA DE SIGLAS

CAD	Colégio Alfredo Dantas
CCPS	Crispim Companhia Paraibana de Sisal
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CIG-CC	Campinense Indústrias Gerais S/A - Cotonifício Campinense
CIMA	Comércio e Indústria Marques de Almeida Ltda.
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CPBPA	Companhia Paraibana de Beneficiamento e Prensagem de Algodão
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DORT	Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho
EPI	Equipamento de Proteção Individual
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIEP	Federação das Indústrias do Estado da Paraíba
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Industrial Cirne Ltda.
IPELSA	Indústria de Celulose e Papel da Paraíba S/A
ITCG	S/A Indústria Têxtil de Campina Grande
LER	Lesão por Esforço Repetitivo
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MT	Ministério do Trabalho
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
PIS	Programa de Integração Social
PN	Profusa Nordeste Ltda.
SANBRA	Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TELPA	Telecomunicações da Paraíba S/A.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 CAPÍTULO I - NA CAPITAL DO TRABALHO: LABOR FEMININO E FÁBRICAS TÊXTEIS.....	21
1.1 Campina Grande, o algodão, o agave.....	24
1.2 As fábricas têxteis.....	33
1.2.1 Comércio e Indústria Marques de Almeida Ltda.....	39
1.2.2 Companhia Paraibana de Beneficiamento e Prensagem de Algodão.....	40
1.2.3 Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro.....	41
1.2.4 S/A Indústria Têxtil de Campina Grande.....	42
1.2.5 Campinense Indústrias Gerais S/A – Cotonifício Campinense.....	43
1.2.6 Crispim Companhia Paraibana de Sisal.....	43
1.2.7 Profusa Nordeste Ltda.....	44
1.2.8 Industrial Cirne Ltda.....	44
2 CAPÍTULO II - MULHERES EM AÇÃO: DO LADO DE DENTRO DAS FÁBRICAS TÊXTEIS.....	46
2.1 Do lado de dentro: Maria José, Catarina e Maria do Carmo.....	47
2.2 Do lado de dentro: Rosélia.....	65
2.3 Do lado de dentro: Maria de Fátima, Maria Souza, Neli e Iza.....	66
2.4 Do lado de dentro: Antônia Almeida.....	76
2.5 Do lado de dentro: Maria de Lourdes e Antônia Francisca.....	83
3 CAPÍTULO III - LAZER E SOCIABILIDADES: DO LADO DE FORA DAS FÁBRICAS TÊXTEIS.....	91
3.1 Do lado de fora: Maria José, Catarina e Maria do Carmo.....	92
3.2 Do lado de fora: Rosélia.....	99
3.3 Do lado de fora: Maria de Fátima, Maria Souza, Neli e Iza.....	101
3.4 Do lado de fora: Antônia Almeida.....	109
3.5 Do lado de fora: Maria de Lourdes e Antônia Francisca.....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
BIBLIOGRAFIA.....	121
ARQUIVOS PESQUISADOS.....	129
ENTREVISTAS REALIZADAS.....	129
ANEXOS.....	130
APÊNDICE – Breve diário de campo das entrevistas.....	137

INTRODUÇÃO

*Pra que tu quer saber dessas histórias das fábricas?
Não tem nada de bonito, é muito triste.
É muito difícil lembrar esse tempo.
(Maria José Freire Trigueiro)*

É com essa fala que uma ex-operária por nós entrevistada, nos auxilia a adentrar os caminhos e descaminhos do mundo do trabalho fabril têxtil em Campina Grande. Ouvimos as mais variadas histórias e memórias de mulheres trabalhadoras que fiaram, teceram, costuraram, atenderam telefone, consertaram máquinas, limpavam o chão da fábrica, desempenharam inúmeras tarefas. Essas mulheres trabalhadoras amaram, sentiram ódio, se divertiram, choraram, chantagearam, tramaram, enfim, trabalharam, viveram e sobreviveram.

Nossa proposta de pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História, vinculada à linha de Cultura e Cidades, tem por objetivo refletir sobre o palco urbano da cidade de Campina Grande – Paraíba,¹ e as singularidades das experiências e vivências cotidianas de mulheres trabalhadoras de fábricas têxteis no período compreendido entre as décadas de 1960 e 1990.

Compreender como se davam suas relações de trabalho, suas vivências e experiências cotidianas dentro da fábrica; ainda como essas mulheres trabalhadoras desfrutaram dos seus momentos de folga, quais espaços de sociabilidades e cultura havia na cidade e como esses espaços eram ocupados por elas fora do âmbito da fábrica.

No período em estudo, o comércio algodoeiro já havia declinado, a cidade passa por uma reorganização urbana e seu desenvolvimento se centra na instalação de fábricas, no processo de industrialização. Apesar disso, as fábricas têxteis – algodão e agave - tentavam manter o funcionamento, todavia, foram gradativamente fechando suas portas.

¹ A cidade de Campina Grande localiza-se no Estado da Paraíba, Nordeste. Situa-se no Agreste da Borborema - uma zona típica de transição entre a Zona da Mata e o Sertão - distando 122 km de João Pessoa, capital do Estado. Tem posição geográfica privilegiada, um importante entreposto comercial. Inicialmente dos tropeiros, de venda de gado e produtos agrícolas, com destaque para a comercialização, em grande escala, interna e externa do algodão, até fins da década de 30. Campina Grande tem grande proximidade com três capitais brasileiras: Natal, João Pessoa e Recife. Além disso, dentro do próprio estado, situa-se no cruzamento entre a BR-230 e a BR-104. Atualmente se diferencia principalmente nos setores: educacional, tecnológico e turismo de eventos.

Percebe-se ainda similaridades de estruturas físicas e condições de trabalho das fábricas têxteis onde as mulheres por nós entrevistadas vivenciaram suas histórias e experiências.

Nosso tema vem sendo gestado desde a graduação em *Licenciatura Plena em História* pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) quando, na pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso, discorreu-se sobre as formas de sobrevivência dos afrodescendentes na cidade de Campina Grande entre 1945 e 1964. Desde então o tema *Trabalho* tem se tornado o centro de nossas atenções.

Ao entrevistarmos pessoas para a pesquisa da Graduação, encontramos algumas mulheres ex-operárias de fábricas têxteis. No decorrer de nossas leituras, identificamos a existência de muitos trabalhos relevantes sobre a temática *Trabalho feminino em fábricas têxteis*, mas percebemos que este tema tem apresentado lacunas na historiografia local, necessitando ser revisitado.

Neste sentido, o caminho desta pesquisa foi sendo assim traçado: cidade, trabalho e o protagonismo do operariado feminino nas fábricas têxteis articularam-se perfeitamente. As histórias singulares de vivências cotidianas dessas mulheres trabalhadoras são de grande relevância e nos dão uma ideia do contexto mais amplo do trabalho feminino e do mundo do trabalho fabril têxtil na nossa cidade e no Estado da Paraíba.

Pensa-se que toda cultura é cultura de um grupo, é ela que estabelece comunicação e comunidade entre o grupo social e está relacionada ao que diferencia um grupo dos demais. De acordo com Prost,² a cultura é mediação entre o indivíduo e a sua experiência, é o que permite pensar a experiência, dizê-la a si mesmo dizendo-a aos outros.

Este trabalho apresenta aspectos históricos que são reveladores da história cultural e social, os modos de viver dos grupos sociais populares, a saber: trabalho, relações de sociabilidades, relações de afetos, formas de lazer.

Sabendo que há múltiplas formas de narrar/contar uma história, elegemos a metodologia da História Oral como elemento principal que nos permitiu ter acesso às memórias pelas ex-operárias, mulheres que trabalharam em fábricas de

² Ver PROST, Antoine. "História social e cultural indissociavelmente". In: RIOUX, Jean Pierre e Sirinelli, Jean-François (Orgs.). **Para uma história cultural**. Tradução de Ana Moura. Lisboa: Editorial Presença, 1998, p. 135.

beneficiamento/fiação/tecelagem.³

Durante o século XX, as operárias de fábricas têxteis deixaram rastros de memória sinalizadores de relações de trabalho e práticas de luta para viver e/ou sobreviver na cidade. Iremos compartilhar nas páginas seguintes as experiências e vivências singulares dessas mulheres trabalhadoras.

Fomos atraídos pelas histórias que nos foram fornecidas pelos relatos de memórias das ex-operárias que vivenciaram o mundo do trabalho fabril têxtil na cidade no período proposto para estudo. Mulheres que dedicaram grande parte de suas vidas ao ofício de fiar, tecer, costurar, consertar máquinas, lutando pela sua sobrevivência e de seus familiares.

Conversar com elas, ouvir o que têm a dizer sobre nosso tema, ouvi-las falar de suas vidas agrega vida à pesquisa. Concordo com aqueles que dizem que não existem fontes hierarquizadas e que todas as fontes são capazes dessa agregação, mas alinho-me totalmente ao pensamento de José Carlos Sebe Bom Meihy quando coloca:

Atualmente a história oral já se constitui em partes integrantes do debate sobre a função do conhecimento social e atua em uma linha que questiona a tradição historiográfica centrada em documentos oficiais. Por isso, a história oral é hoje parte inerente dos debates sobre tendências da historiografia contemporânea ou da história do tempo presente. Como pressuposto, a história oral implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. É isso que marca a história oral como 'história viva' (MEIHY, 2005, p. 19).

Este trabalho se apoia, sobretudo, na interpretação dos relatos de memória, memórias individuais e coletivas na perspectiva de histórias de vida, haja vista terem

³ Cabe aqui uma diferenciação entre beneficiamento, fiação e tecelagem, etapas da atividade fabril têxtil. Convém lembrar que as atividades produtivas do segmento têxtil são atividades interdependentes, porém com relativa independência dentro do processo produtivo, o que permite a coexistência de empresas especializadas e com diferentes graus de atuação. Desta forma existem indústrias têxteis que possuem somente o subsetor de fiação, outras de fiação e tecelagem, outras apenas de beneficiamento. Como ocorria com o mundo do trabalho têxtil em Campina Grande no recorte temporal em estudo.

Beneficiamento: Após a colheita, o algodão é classificado por tipos. Depois é descaroçado, limpo e transformado em fardos. O caroço é encaminhado para a extração de óleo e outros subprodutos.

Fiação: Processo da produção dos fios. Compreende diversas operações por meio das quais as fibras são abertas, limpas e orientadas em uma mesma direção, paralelizadas e torcidas de modo a se prenderem umas às outras por atrito.

Tecelagem: Processo em que os fios são entrelaçados para formarem os tecidos, que podem ser feitos somente com fibras de algodão, com outras fibras como o sisal ou com a mistura de fibras. Para saber mais ver PEREIRA, Gislaíne de Souza. **Introdução à tecnologia têxtil**. Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina – CEFET/SC.

sido fundamentais para a tessitura da nossa narrativa desse passado. Suas falas nos permitiram preencher algumas lacunas que estão abertas na história das mulheres, a partir da perspectiva de suas experiências de trabalho e sociabilidades.

As ex-operárias, alvos desse estudo e por nós entrevistadas, relataram histórias que se deram nos espaços fabris têxteis e fora deles entre as décadas de 1960 e 1990.⁴ De acordo com Guimarães Neto (2012, p. 15-18), “O relato oral pode ser lido como um texto em que se inscrevem desejos, normas e regras e, também, apreendem-se fugas; em suma, deve ser trabalhado e passível de ser lido como um texto articulador de discursos”.

Além dos relatos de memória, nossa pesquisa está ainda ancorada na análise de bibliografia sobre a temática, algumas imagens e de mapas especialmente elaborados para a pesquisa. Estas representações cartográficas nos auxiliarão na orientação e localização das fábricas têxteis – apenas as referidas no estudo em questão - dentro da cidade. Ainda pesquisamos em alguns arquivos como o Arquivo Público Municipal de Campina Grande, FIEP e SENAI.

Necessitamos reconhecer que nenhum documento é neutro e que o historiador não produz uma pesquisa imparcial. Sabemos que o documento não nasce documento e que ele abre uma teia de relações, de sentidos. Quando

⁴ Maria José Freire Trigueiro, 57 anos, natural de Soledade-PB. É filha de Maria Souza Araújo e irmã de Neli Freire dos Santos. Concluiu apenas o antigo Ensino Primário, divorciada, três filhos. Trabalhou na CIMA e ITCG no decorrer da década de 1960; Catarina Pereira da Silva, 88 anos, natural de Taquaritinga do Norte-PE. Não possui nenhuma escolaridade, nunca casou, não tem filhos. É tia de Iza Martins Ramos. Trabalhou na CPBPA e SANBRA na década de 1960; Maria do Carmo Silva, 73 anos, natural de São Sebastião de Lagoa de Roça-PB. Casada, quatro filhos, concluiu o Exame de Admissão e fez cursos no SENAI e SESI. Trabalhou na CPBPA na década de 1960; Rosélia Henrique dos Santos, 53 anos, natural de Campina Grande-PB. Casada, três filhos. Trabalhou na CIMA na década de 1970; Maria de Fátima Silva Oliveira, 57 anos, natural de Arcoverde-PE. Casada, duas filhas, possui o antigo Ensino Primário incompleto. Trabalhou na CIG-CC na década de 1980; Maria Souza Araújo, 78 anos, natural da cidade de Soledade-PB. Divorciada, seis filhos, estudou até à quarta série do antigo Ensino Primário. É mãe de Maria José Freire Trigueiro e de Neli Freire dos Santos. Trabalhou na fábrica de agave CCPS na década de 1980; Neli Freire dos Santos, 51 anos, natural de Campina Grande-PB. Casada, dois filhos, estudou apenas até a sexta série do Ensino Fundamental. É filha de Maria Souza Araújo e irmã de Maria José Freire Trigueiro. Trabalhou na CIG-CC na década de 1980; Iza Martins Ramos, 52 anos, natural de Campina Grande-PB. Casada, dois filhos, estudou até a sexta série do Ensino Fundamental. É sobrinha de Catarina Pereira da Silva. Trabalhou na informalidade na CIG-CC, depois com vínculo empregatício na PN e na CIMA na década de 1980; Antônia Almeida Silva, 42 anos, natural de Campina Grande-PB. Casada, três filhos, concluiu o antigo Ensino Primário. Trabalhou na IC no final da década de 1990; Maria de Lourdes Lima Santos, 63 anos, natural de Soledade-PB. Solteira, sem filhos, concluiu o antigo Ensino Primário completo. Trabalhou em diversas fábricas têxteis: ITCG, CIMA, IC e CIG-CC, no período compreendido entre 1966 e 1994; e por último, Antônia Francisca de Souza, 84 anos, natural de Umbuzeiro-PE. Viúva, quatro filhos, semianalfabeta. Trabalhou em diversas fábricas têxteis: CIMA, CIG-CC e CCPS, da década de 1960 até a década de 1980, mais especificamente em 1983.

tecemos o nosso texto, produzimos novos significados, eis o nosso maior desafio como historiadores.

Para o historiador, o documento não está simplesmente dado, ele é procurado e encontrado e sendo instituído documento, pelo questionamento. Documento é tudo o que pode ser interrogado por um historiador objetivando encontrar uma informação sobre o passado.⁵

O historiador não deve tentar fazer uma história objetiva, mas deve dar espaço para a subjetividade. Também não deve esquecer elementos importantes como a crítica e a dúvida. É preciso restabelecer a confiança no testemunho e na possibilidade de acreditar no relato histórico.⁶

No decorrer do seu trabalho, o pesquisador necessita fazer opções, escolhas. Nossa pesquisa se centra na perspectiva de trabalho fabril têxtil a partir do ponto de vista feminino. Constitui-se num recorte, num olhar único e diferenciado, mas há inúmeras possibilidades de outros olhares.

Não podemos entrevistar todas as pessoas que trabalharam em fábricas têxteis na nossa cidade, mas cremos que o conjunto dos depoimentos obtidos é representativo do todo. Suas narrativas, seus falares, suas formas de narrar, foram fundamentais para compreendermos nosso objeto de estudo. Esses depoimentos suscitaram outras lembranças, outras questões sobre o universo do trabalho feminino na cidade que serão posteriormente analisadas.

A diversidade e a complexidade das experiências e vivências das operárias de fábricas têxteis não podem ser reconstituídas pelo historiador sem a pesquisa e a reflexão sobre a cultura e o cotidiano. O pulsar do coração dessas mulheres, a sua sensibilidade, o seu cotidiano dentro e fora da fábrica não pode ficar à margem do conhecimento histórico.

É a partir dessa compreensão que observamos como as ex-operárias elaboram suas representações acerca do trabalho fabril têxtil e acerca delas mesmas. Ao narrar suas lembranças o indivíduo vai elaborando uma representação do seu passado, agindo sobre ele. Os relatos de memória se constituem em recortes espaço-temporais que constroem representações do passado analisado.

⁵ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007, p. 189.

⁶ LORIGA, Sabina. A tarefa do historiador. In: GOMES, Angela de Castro & SCHMIDT, Benito Bisso. **Memórias e narrativas (auto) biográficas**. Rio de Janeiro: Editora FGV; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 18.

O historiador cultural tem acesso ao passado por meio das representações. De acordo com Pesavento (2005, p. 42) ele “[...] lida com uma temporalidade escoada, com o não-visto, o não-vivido, que só se torna possível acessar através de registros e sinais do passado que chegam até ele”.

Conforme Cabral Filho (2004), “A memória se constitui e opera a partir dos impactos, dos reflexos que os acontecimentos exercem sobre os grupos, assim como sobre os indivíduos, influenciando diretamente na constituição das suas representações”. As narrativas individuais pontuam o que há de comum para o grupo, o passado e presente estão imbricados na evocação dos fatos vividos.

Estes relatos se constituem em construções de representações que dão significado ao real vivido, às práticas cotidianas. Neste sentido, aponta a história não dita do cotidiano feminino, suas vivências de trabalho têxtil e lazer.

Neste trabalho, buscamos perceber as *artes e maneiras de fazer*, as práticas cotidianas das operárias no ambiente de trabalho têxtil e fora dele. Michel de Certeau⁷ ao abordar os conceitos de *estratégias* e *táticas* deteve-se nas astúcias cotidianas. Os indivíduos comuns não estão presos no cotidiano, eles inventam silenciosamente seu dia a dia. Portanto, o cotidiano não é somente um espaço de reprodução, mas também de criação, de inventividade.

As práticas sociais cotidianas estão cheias de invenções e criações que escapam ao condicionamento social. Os indivíduos reinventam, permanentemente, o seu cotidiano, burlando, de modo sorrateiro, as ordens estabelecidas. Para ele, o cotidiano se inventa com mil maneiras de *caça não autorizada*.

Essas concepções apresentadas nos permitem refletir sobre as formas de representação produzidas pelas operárias, os usos que elas fazem do espaço fabril têxtil, os modos de fazer, personificadas através das práticas cotidianas. Por intermédio dos seus relatos apreendemos suas memórias que evidenciam o seu passado. Estes relatos se constituem em construções de representações que dão significado ao real vivido, às práticas cotidianas, suas vivências de trabalho têxtil e as suas possibilidades de lazer.

De acordo com Alberti (2010, p. 155), “A História oral permite o registro de testemunhos e o acesso à ‘história dentro da história’ e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado”. O relato diz respeito ao novo, ao

⁷ Ver CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: 1. Artes de fazer. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

inesperado, tem uma dimensão poética, cada palavra é diferente. Todas as operárias entrevistadas nos disseram ser a primeira vez que concediam entrevistas sobre seu trabalho na fábrica, sobre suas vidas.

A riqueza da História oral está relacionada ao fato de ela permitir o conhecimento de experiências e modos de vida de diferentes grupos sociais. Nesse sentido, o pesquisador tem acesso a múltiplas histórias sobre um mesmo tema.

As entrevistas nos auxiliaram na compreensão da dinâmica das trajetórias e vivências das operárias, que ficaram registradas na memória dessas mulheres. De acordo com Freitas (2006, p. 92),

Uma entrevista é uma troca de experiência entre duas pessoas. É uma relação que se estabelece entre pessoas com experiências, formação e interesses diferentes. São pessoas que, apesar de pertencerem a diversas faixas etárias e diferentes condições socioeconômicas e culturais, estarão dialogando e interagindo sobre uma mesma questão.

Paul Thompson discute na sua obra *A voz do passado* as implicações do uso de fontes orais para a história e para a sociedade. O autor nos leva a pensar que o interesse pelo testemunho oral é a relação entre a lembrança espontânea, a recordação solicitada e o silêncio.

Para ele, a ausência é tão significativa quanto a presença. Vale lembrar que o relato oral que está sendo produzido é totalmente diferente de qualquer tipo de documento, pois se trata de um material que se ajudou a criar. Ele assim coloca:

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. [...] Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos (THOMPSON, 1992, p. 44).

Ao elaborar nosso trabalho historiográfico a partir de fontes orais, percebemos a necessidade de uma reflexão acerca da memória. Uma questão crucial está presente no debate da história oral, ou seja, a relação entre memória e história e suas diferenças.

Refletir sobre a questão da memória nos conduz a outra considerada bem mais delicada, a própria noção de *tempo*. Sobre a ruptura entre presente e passado,

Reinhart Koselleck⁸ coloca que o passado se constitui num “campo de experiências” e que o futuro seria um “horizonte de expectativas”, a história assim, seria “conhecimento de experiências alheias”.

A memória pode ser encarada como uma representação do passado e por apresentar um caráter social se constitui em um plano de disputa em que interagem aqueles a quem é dada a oportunidade de externar as suas lembranças e aqueles a quem esse direito é negado. Por essa causa, afirma-se que a memória está pautada numa instância de poder.

Maurice Halbwachs, sociólogo francês, nos diz que a memória é sempre construída em grupo e que é impossível que haja uma memória estritamente individual, já que as lembranças dos indivíduos são construídas a partir da relação de pertencimento a um grupo. A memória coletiva, para este autor, desempenha papel fundamental nos processos históricos. Nesse sentido:

Talvez seja possível admitir que um número enorme de lembranças reapareça porque os outros nos fazem recordá-las; também se há de convir que, mesmo não estando esses outros materialmente presentes, se pode falar de memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse um lugar na vida de nosso grupo e que víamos, que vemos ainda agora no momento em que o recordamos do ponto de vista desse grupo (HALBWACHS, 2006, p. 41).

A memória é significativa na resignificação da história pela oralidade. Ela ressalta a importância de valorizar esse olhar para o passado, um olhar que observa que tudo o que se passou é parte importante na formação do presente. Assim, “O que foi não é uma coisa revista por nosso olhar, nem é uma ideia inspecionada por nosso espírito — é alargamento das fronteiras do presente, lembranças de promessas não cumpridas” (BOSI, 1994, p. 18).

Tendo em vista que a memória é artífice da História no que se refere à memória, podemos compreendê-la como significativa numa pesquisa histórica com narrativa oral, uma vez que a interpretação das pessoas sobre um dado contexto e uma dada realidade contribui no entendimento de acontecimentos históricos que fazem parte da história de um lugar.

⁸ Ver KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos, Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006.

Na construção da nossa pesquisa, com exceção de D. Antônia Francisca,⁹ mantivemos contato com nossos entrevistados, apresentamos aos mesmos nosso tema para posteriormente darmos início às entrevistas. Cumpridas estas etapas, fizemos a transcrição e análise das mesmas.

A princípio, optamos por utilizar entrevistas temáticas semiestruturadas, mas depois resolvemos deixar nossas entrevistadas à vontade para nos falarem sobre sua experiência particular, seu cotidiano na cidade, dentro e fora da fábrica. Acreditamos ser mais útil – tanto para esta pesquisa quanto para futuros estudos - deixá-las falar livremente, apenas tendo o cuidado para que não fugissem ao tema.

Dessa forma, elas nos falaram sobre a Campina Grande do nosso recorte temporal, sobre o algodão e agave, as fábricas têxteis, suas vivências de trabalho e lazer. Pretendemos tecer uma história mais sensível no que concerne às mulheres trabalhadoras, o mundo do trabalho têxtil, sua cultura e cotidiano. Os depoimentos/relatos de vida evidenciam um lado da história do trabalho e das fábricas que quase não temos conhecimento. Todavia, devemos tomar o cuidado de evitar generalizações.

Apesar de lançar luz no ambiente abril têxtil de um modo geral, pretende-se enfatizar as experiências e vivências das operárias dentro e fora das fábricas têxteis.¹⁰ cremos que este estudo vem preencher lacunas que estão abertas na história das mulheres operárias, a partir da perspectiva de suas experiências de trabalho e sociabilidades.

Revisitar esse tema se torna nossa contribuição acadêmica para a história da cidade de Campina Grande. Os conhecimentos socializados no nosso estudo ampliam e aprofundam nossa visão sobre o mundo da mulher trabalhadora e dos trabalhadores de um modo geral.

Dividimos o nosso trabalho em três capítulos. No primeiro, intitulado *Na Capital do Trabalho: labor feminino e fábricas têxteis*, fixaremos o cenário da nossa

⁹ No caso de D. Antônia Francisca, tivemos um encontro inesperado num estabelecimento comercial. Conversávamos, quando falou que havia trabalhado como operária de fábricas têxteis em Campina Grande durante toda sua vida. Naquele mesmo instante nos forneceu seu relato.

¹⁰ Nossas entrevistadas trabalharam nas seguintes fábricas: Comércio e Indústria Marques de Almeida Ltda.; Companhia Paraibana de Beneficiamento e Prensagem de Algodão; Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro; S/A Indústria Têxtil de Campina Grande; Campinense Indústrias Gerais S/A – Cotonifício Campinense; Crispim Companhia Paraibana de Sisal; Profusa Nordeste Ltda., e Industrial Cirne Ltda. Objetivando uma maior concisão do texto, daqui em diante utilizaremos apenas as siglas dos nomes das fábricas, Serão assim representadas, respectivamente: CIMA; CPBPA; SANBRA; ITCG; CIG-CC; CCPS; PN e IC.

pesquisa no recorte temporal em estudo, destacando a cidade de Campina Grande, o mundo do trabalho fabril têxtil, o comércio do algodão/agave e o protagonismo das mulheres operárias.

No capítulo seguinte, *Mulheres em ação: do lado de dentro das fábricas têxteis*, tentaremos compreender como se davam suas relações de trabalho, suas vivências e experiências cotidianas dentro da fábrica. Esta parte do nosso trabalho se apresenta bem maior do que as outras. Isto ocorreu porque nossas entrevistas nos forneceram mais informações sobre o mundo interno das fábricas do que sobre os demais aspectos estudados.

Já no terceiro e último, *Lazer e sociabilidades: do lado de fora das fábricas têxteis*, buscaremos verificar como essas mulheres trabalhadoras desfrutavam dos seus momentos de folga. Quais espaços de sociabilidades e cultura existiam na cidade, quais desses espaços eram ocupados por elas fora do âmbito da fábrica.

1 NA CAPITAL DO TRABALHO: LABOR FEMININO E FÁBRICAS TÊXTEIS

*Eu fico muito feliz em contar minha vida,
para as pessoas ficarem sabendo a história de Campina.
Isso é muito bom.
(Maria de Lourdes Lima Santos)*

Essa ex-operária nasceu na cidade de Soledade-PB,¹¹ mas veio tentar melhorar de vida na cidade de Campina Grande. Sobre seu relato, torna-se relevante pontuar que ela o fez com muito prazer, demonstrando grande satisfação em recordar histórias que lhe são tão caras.

Essa mulher compreende a importância de conhecer a história da cidade. Além disso, ela sente orgulho de transmitir suas experiências do mundo do trabalho fabril têxtil para que fiquem registradas, de forma que outras pessoas tenham acesso a elas.

Na nossa reflexão sobre a questão urbana, buscamos perceber a cidade enquanto local de moradia, onde ocorrem as relações de trabalho e trocas comerciais, sociabilidades. Espaço que comporta alguns elementos como: “atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos”, neste sentido:

A cidade não é mais considerada só como um *locus* privilegiado, seja da realização da produção, seja da ação de novos atores sociais, mas, sobretudo, como um problema e um objeto de reflexão, a partir das representações sociais que produz e que se objetivam em práticas sociais (PESAVENTO, 2007, p. 13-14).

Trata-se de buscar essa cidade que é fruto do pensamento, uma cidade sensível e uma cidade pensada. Devemos apreender a cidade quanto à sua materialidade, mas convém que essas construções materiais só apresentam sentido se forem destinadas às práticas sociais. Somente através das práticas, dos usos, os espaços ganham sentido.¹²

¹¹ Cidade situada aproximadamente 65 km de Campina Grande.

¹² Ver ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Márcia. **O corpo e a alma da cidade:** Natal entre 1900 e 1930. Natal, RN: EDUFRRN, 2008, p. 129.

A apropriação da cidade pelo historiador se constitui um trabalho desafiador para aqueles que estudam as realidades urbanas. Estudar a cidade em seus diversos meandros se revela instigante por entendermos que é neste espaço que as histórias humanas vividas são mapeadas, inquiridas, esmiuçadas.

O historiador dispõe de um variado campo de investigação quando estuda a cidade. Esta se dá a ver pela materialidade e se dá a ler pela possibilidade de imaginar o passado, as marcas de historicidade deixadas no tempo se revelarão como fontes a partir da pergunta que se fará ao passado. Notemos que a cidade do passado é pensada sempre através do presente. Conforme Calvino (1990, p. 67),

Eu também imaginei um modelo de cidade do qual extraio todas as outras – respondeu Marco. É uma cidade feita só de exceções, impedimentos, contradições, incongruências. Se uma cidade é o que há de mais improvável, diminuindo o número dos elementos anormais aumenta a probabilidade de que a cidade realmente exista. Portanto, basta subtrair as exceções ao meu modelo e em qualquer direção que eu vá sempre me encontrarei diante de uma cidade que, apesar de sempre por causa das exceções, existe. Mas não posso conduzir a minha operação além de certo limite: obteria cidades verossímeis demais para serem verdadeiras.

Dessa forma, as cidades não são sempre iguais e, muito menos, possuem uma única maneira de serem vistas ou apreciadas. Sobre a problemática das cidades somos levados a perceber por Rezende (2008, p. 69), “A aventura da modernidade não se encerra no que conseguimos dela revelar. Os cenários das cidades são inesgotáveis. Dão formas aos desejos e materializam projetos”.

Ao adentrarmos o mundo do trabalho têxtil na cidade, se faz necessário repensarmos a categoria *trabalho*. Claudio H. M. Batalha coloca que apesar de havermos avançado na história do trabalho, ainda há muito a fazer para a sua consolidação, devendo seus pesquisadores detectar as falhas, as deficiências e as insuficiências nos procedimentos e abordagens empregados (BATALHA, 2006, p. 91).

Este se constitui na característica fundamental da cidade, pois as cidades são construídas a partir do trabalho constante e ininterrupto das longas cadeias de gerações de mulheres e homens. Não há nenhum relato de culturas humanas que tenham existido sem trabalho. Assim, esse fazer humano é uma das atividades humanas fundamentais, rica e cheia de caminhos e descaminhos, alternativas e desafios, avanços e recuos. De acordo com Hannah Arendt (2010, p. 8):

O trabalho é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo e resultante declínio estão ligados às necessidades vitais produzidas e fornecidas ao processo vital pelo trabalho. A condição humana do trabalho é a própria vida.

Para a autora, [...] “O trabalho assegura não apenas a sobrevivência do indivíduo, mas a vida da espécie”. Neste sentido, o trabalho é um atributo exclusivamente humano. Somente o ser humano, em interação com a natureza, é capaz de criar e imprimir à atividade que executa uma intencionalidade.

Mas ao trabalho associamos a transformação da natureza em produtos ou serviços, portanto, em elementos de cultura. O trabalho é, desse modo, o esforço realizado e também a capacidade de reflexão, criação e coordenação. Ele deve ser compreendido como ponto de partida, como uma atividade vital do ser humano.

Geraldo Augusto Pinto enfatiza que “o trabalho não apenas se manteve como se mantém até hoje, como a base da sobrevivência humana, o ato primário e pressuposto de toda a nossa história”, além disso, que “o trabalho consolidou a cultura dos povos e a diferenciação política interna de suas comunidades, assumindo, por fim, no âmbito da sociedade atual, o papel central na constituição das classes sociais que a compõem, sendo que, no interior destas, está a base da formação da identidade de seus indivíduos” (PINTO, 2010, p. 9).

Devemos recordar que nem sempre o trabalho teve um lugar de relevância na sociedade, porém, sua concepção moderna, a do trabalho assalariado, o promoveu e conduziu ao eixo central. Os historiadores que escrevem sobre os mundos do trabalho, valorizam o trabalhador, trazendo para o centro da história a classe trabalhadora.

Em seu texto intitulado *Mundos e imundos de (o) trabalho: por uma crítica histórica da categoria trabalho*, Albuquerque Jr. desenvolve uma reflexão teórica sobre o tema *trabalho*. Poder-se-ia dizer que de forma instigante, desnaturaliza o conceito de trabalho tão amplamente defendido e valorizado na contemporaneidade.

Albuquerque Jr. (2011) aventa a hipótese da possibilidade de um mundo ou de mundos em que o trabalho não tenha esta centralidade na vida e no pensamento das pessoas. O autor sugere que ao invés de pensar num mundo, pensar num imundo, ou seja, algo fora deste mundo, fora da ordem, fora da realidade, para habitarmos no futuro.

Quanto ao tema *trabalho feminino em fábricas*,¹³ existem diversos estudos pioneiros, outros mais recentes. Mas todas estas leituras foram extremamente relevantes para a escrita desse texto. Há formas diversas de adentrarmos o que se denomina mundos do trabalho e classes trabalhadoras.¹⁴

Percebemos que o século XX foi uma época de grandes transformações mundiais, mudanças que no contexto da sociedade brasileira, mais especificamente em nossa cidade, vão refletir nos mundos do trabalho.

Os mundos do trabalho foram tecidos de acordo com as necessidades do sistema capitalista, ou seja, à medida que avançava a industrialização, que se alteravam as estruturas socioeconômicas e que se impulsionava o desenvolvimento tecnológico, o trabalhar adquiriu significações mais amplas.

Discutimos a concepção de trabalho no âmbito da historiografia, mas necessitamos compreender como essa concepção de trabalho é vista pelas operárias e no decorrer do período 1960-1990. No decorrer das entrevistas, percebemos que apesar de algumas não afirmarem isso, para essas mulheres, trabalhar era simplesmente sobreviver, garantir seu sustento e de seus familiares, meio de sobrevivência.

1.1 Campina Grande, o algodão, o agave

Quando nos propomos a investigar o cotidiano de mulheres nos mundos do trabalho têxtil campinense, percebemos que a cidade se apresenta como um grande desafio, tanto para nós como para pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, que vêm desenvolvendo estudos sobre ela.

Temos consciência de que não seria possível contextualizar a cidade de Campina Grande nas diversas décadas mencionadas na pesquisa. Todavia, à medida que fomos narrando as histórias das operárias, iremos enfocando algumas transformações e permanências ocorridas ao longo desse período.

Na cidade de Campina Grande, no momento recortado no nosso estudo, muito se falava sobre a modernização, os emblemas do moderno, a urbanização. O

¹³ Nossas leituras sobre a tríade, trabalho/mulheres/fábricas, se pautam, principalmente nas obras: AZEVEDO et al (2009); BARBOSA (2008); BATALHA (2006); DECCA (1987, 1991); DE DECCA (1988); DEL PRIORE (2012); LOBO (1991); MATOS (1994, 2002); MATOS e BORELLI (2012); NOGUEIRA (2004); PERROT (1988, 2005, 2012); PINSKY e PEDRO (2012); PINTO (2010); RAGO (1991, 2012); TURAZZI (1989) etc.

¹⁴ Sobre mundos do trabalho e classes trabalhadoras ver CHALHOUB, 1986 e HOBBSAWM, 1987.

ápice da cultura algodoeira havia diminuído, mas apesar disso, as fábricas têxteis representaram uma dinamização da economia local, gerando empregos.

Conforme Agra do Ó (2006, p. 20), “a indústria, campo em que os homens transformavam mais radicalmente a natureza, parecia ser uma atividade mais digna e mais relacionada ao progresso que o simples comércio ou as atividades agrícolas ou pastoris”.

Pesquisando no Arquivo Público Municipal encontramos a seguinte nota que tem como título *A Prefeitura apoiará a instalação de novas indústrias em Campina Grande*. “Com a ligação de Campina Grande ao sistema hidro-elétrico de Paulo Afonso, surge a possibilidade da industrialização de matérias primas regionais, tendo este município como centro de aglutinação das empresas interessadas”.¹⁵

Havia todo um esforço empreendido no sentido de propagar que a cidade de Campina Grande tinha condições de abrigar as indústrias que quisessem se instalar na cidade. Uma verdadeira ode ao trabalho era disseminada maciçamente e podia ser percebida claramente.

Já foi iniciada desde o início dêste (sic) mês a *Praça do Trabalho*, projeto ainda do arquiteto paisagista Lúcio Estelita, e situada no bairro de São José. Já se acha em execução o passeio de pedra colorida, e na praça será erigido um monumento ao Trabalho com 4,50 m de altura, e de autoria do escultor Abelardo da Hora, um nome nacional.¹⁶

Trata-se de um informativo da Diretoria de Viação e Obras Públicas da Prefeitura sobre o andamento da construção de parques e jardins. Neste semanário e nos seguintes por nós pesquisados, encontramos diversas referências, alusões a indústrias, fábricas e correlatos que carecem ainda de serem pesquisados oportunamente.

Apesar de não ser uma metrópole, houve uma intensificação do processo de urbanização¹⁷ e ingresso de migrantes na vida urbana. A imagem de um município próspero onde se podia crescer financeiramente atraía muitas pessoas, famílias que vinham do interior da Paraíba e de estados vizinhos.

¹⁵ Ver Semanário Oficial nº 77, ano II, Campina Grande, 25 de maio de 1957. Disponível no acervo do Arquivo Público Municipal de Campina Grande.

¹⁶ Ver Semanário Oficial de 30/11/1957, p. 9. Também disponível no acervo do Arquivo Público Municipal de Campina Grande.

¹⁷ De acordo com dados do IBGE, a taxa de urbanização nos anos 60 era de apenas 44,7%, sendo o Brasil ainda um país agrícola. Em 1980, 67,6% do total da população já viviam em cidades. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em 21/07/2014.

Era visível o esforço do Poder Público Municipal para afirmar Campina Grande como a cidade que oferecia oportunidades para todos. De acordo com Sá (2000, p. 188),

No decorrer de sua história, Campina Grande recebeu várias denominações, graças a essa capacidade criativa e inovadora de sua gente. Assim, a cidade tornou-se conhecida como *Terra dos Negócios*, *Terra das Oportunidades*, *Capital do Trabalho* e, mais recentemente, a cidade que realiza a Feira de Ciências e Tecnologia de nível internacional, e o Maior São João do Mundo. Enfim, por tudo isso é a Rainha da Borborema.

Apesar dessa tão decantada prosperidade econômica, em 1964, quando a cidade completou cem anos, ainda existiam grandes contrastes.

[...] a mesma chegou aos anos 50 e 60 causando a alguns visitantes a impressão de que não havia progredido tanto quanto queriam seus intelectuais e políticos. Quando, em 1964, a cidade completou cem anos, os visitantes ainda se deparavam com grandes contrastes. A área central era pequena, os prédios apresentavam aspecto de abandono, as ruas um trânsito caótico e agressivo. As belas casas existentes (principalmente no Centro Novo e no bairro da Prata) davam a sensação de estar numa cidade em progresso; mas os edifícios, que começavam a buscar as nuvens, contrastavam com o aspecto dos transeuntes. Chegava-se à conclusão de que algumas pessoas realmente estavam progredindo, algumas indústrias se desenvolvendo, mas dissociadas completamente da cidade como um todo (SOUZA, 2002, p. 321-322).

Por volta de 1960, ocorreu uma reorganização urbana e o desenvolvimento de Campina Grande se volta para a instalação das fábricas, o processo de industrialização e a tentativa de reconhecimento do ensino superior. E com a crise no setor industrial no final da década de 1970, nos anos 1980, foi ampliado o incentivo à educação, se buscava assim, uma nova vocação para a cidade.¹⁸

Em Campina Grande, as fábricas de beneficiamento, fiação e tecelagem nasceram principalmente em virtude da cotonicultura. Foram criadas para processar, tecer fios, tecidos e sacos para comercializar o algodão, mas também em virtude da cultura do agave.

Gonzaga de Sousa nos ajuda a perceber que “Todavia, não se deve esquecer que alguns produtos se sobressaíram na economia campinense, como foi o caso do algodão e do sisal”. E acrescenta que “[...] A época do algodão foi uma

¹⁸ Ver FERNANDES, Silvana Torquato. **Uma outra representação da modernização em Campina Grande:** a cidade nas páginas do Diário da Borborema (1960/1980). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, 2011.

era de glória, que deixou o município de Campina Grande em plena evidência no contexto nacional [...]”.

Com a estruturação da agricultura campinense, com as famigeradas feiras de gado no município e nas circunvizinhanças e com a vinda de pessoas para esta cidade, começa-se o processo de beneficiamento de alguns produtos de importância para o Estado. Com isto surgiram as primeiras fábricas em Campina Grande, como foi o caso das fábricas de beneficiamento de algodão e de sisal. Com o advento do setor de transformação, surgiram a SANBRA, a ANDERSON CLAYTON, Zé Marques de Almeida e poucas outras empresas que tinham a finalidade de beneficiar os produtos da terra para uso doméstico e até mesmo exportar. Foi desta forma que apareceu a indústria campinense, mas sem esquecer a sua vocação comercial que sempre teve (GONZAGA DE SOUSA, 2006, p. 69-70).

Apesar da produção do algodão ser tão decantada, vista e estudada, necessitamos também falar sobre a cultura agaveeira ou cultura sisalana¹⁹ que também teve sua relevância no setor têxtil campinense. Com a crise do algodão, o agave ou sisal começa a ser cultivado na Paraíba com fins comerciais em finais da década de 1930, mas só se destaca na década de 1940.

O sisal adaptou-se ao clima da região Nordeste, sendo que o principal subproduto derivado da sua fibra é utilizado para fabricação de fios, cordas e cabos. A cultura agaveeira ou sisalana surgiu como alternativa para movimentar a economia, gerar emprego, renda e sustentabilidade em muitos lugares do Brasil e do Nordeste. Conforme Miranda (2011, p. 2-5),

[...] Durante a década de 70, a produção de sisal no território nordestino cresceu consideravelmente devido à crise do petróleo. A alta no preço do barril tornou inviável a produção de fibras sintéticas e abriu caminho para a expansão da produção de fibras vegetais.

Dentre os relatos de memórias dos nossos entrevistados, encontramos diversas fábricas na cidade de Campina Grande que beneficiavam e comercializavam o sisal, entre elas a SANBRA e a CCPS.

¹⁹ Se o algodão era conhecido como *ouro branco*, o agave ou sisal era conhecido como o *ouro verde*, pelos mesmos motivos. Para maiores esclarecimentos sobre o agave ou sisal ver NUNES, Mariângela de Vasconcelos. **Entre o capa verde e a redenção**: a cultura do trabalho com o agave nos Cariris Velhos (1937-1966, Paraíba). Tese de doutoramento em História: Discurso, Imaginário e Cotidiano, Universidade de Brasília, 2006 e SOUSA, Marta Lúcia. **A produção do sisal na Paraíba**: o município de Cuité, um estudo de caso. Campina Grande, UFPB. Dissertação de Mestrado em Economia Rural, 1987.

O Algodão²⁰ tem fator decisivo na história de Campina Grande. Através do chamado *Ouro Branco*, a cidade tornou-se conhecida nacionalmente, a ponto de rivalizar até com grandes cidades internacionais.

No início da década do século XX, a cultura do algodão conheceu sua fase áurea. Mas, apesar de ser a mais importante do Estado, não consegue acompanhar as mudanças que estão se processando no Centro-Sul. As técnicas atrasadas de plantio e colheita, não aumentam a produção.²¹

Em decorrência da *prosperidade* econômica verificada na cidade, Campina Grande recebe grandes contingentes de migrantes advindos de cidades circunvizinhas à procura de condições de sobrevivência. A partir da segunda metade do século XX, as estratégias e ações passaram a se centrar no projeto de industrialização da cidade e sua entrada no processo desencadeado pelo capitalismo industrial.

Contudo, a partir de 1980, ocorreu uma mudança nas práticas discursivas que buscavam constituir a cidade como grande, moderna e desenvolvida. Assim, a cidade passou a ser conhecida e decantada como *capital cultural, grande centro universitário, realizadora de grandes eventos culturais*, a exemplo do *Maior São João do Mundo*, do carnaval fora de época do país, a Micarande, do Encontro Para a *Nova Consciência* e não mais como a *Capital do Trabalho*, grande polo comercial do Norte/Nordeste.²²

A cultura algodoeira enfrentou grandes dificuldades, assim Campina Grande perdeu espaço e prestígio econômico e por volta de 1960, recebeu auxílio da SUDENE para dinamizar o processo de industrialização.²³

²⁰ O algodão é a principal fibra utilizada em indústrias produtoras de artigos têxteis, sobre a cotonicultura ver SILVA, Josefa Gomes de Almeida e. **Latifúndio e algodão em Campina Grande: modernização e miséria**. Dissertação de mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 1985. Ver ainda ASSAD, Filipe Tonet. (et al.). **Processamento do algodão para a produção têxtil**. IV Encontro de Engenharia de Produção Agroindustrial. FECILCAM – Campo Mourão, PR, novembro de 2010.

²¹ Ver ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. *Tempos de crise e decadência na economia paraibana (1945-1964)*. In: GURJÃO, Eliete Queiroz de; LIMA, Damião Et. al. **Estudando a História da Paraíba**. Campina Grande: EDUEPB, 2001.

²² Ver SANTOS, Wagner Geminiano. **Enredando Campina Grande nas teias da cultura: (des) inventando festas e (re) inventando a cidade, 1965-2002**. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2008, p. 16.

²³ Ver CABRAL FILHO, Severino. **A cidade revelada: Campina Grande em imagens e História**. Campina Grande: EDUFCG, 2009, p. 18; VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **O município de Campina Grande 1840-1905: estrutura de distribuição de terras, economia e sociedade**. Campina Grande: EDUFCG, 2013, p. 89 e LIMA, Damião de. **O processo de industrialização via incentivos fiscais: expansão e crise em Campina Grande**. Dissertação de Mestrado em Economia Rural, UFCG, 1996.

Em 1975, a fábrica PN recebeu incentivos financeiros para sua implantação. A CIG-CC também recebeu os mesmos incentivos em 1962 para sua ampliação e modernização; em 1970, para atualização financeira e em 1972 ainda uma complementação.

A fábrica CIMA – fabricante de produtos de algodão e fibras regionais – recebeu incentivos no ano de 1980 para complementação. A ITCG - beneficiamento de algodão - recebeu uma complementação em 1982. Apesar dos incentivos fiscais recebidos, as fábricas acima mencionadas encerraram suas atividades.²⁴

Percebemos que com o declínio da cotonicultura, se buscou a industrialização objetivando tornar a cidade um polo industrial capaz de concorrer com outros Estados. O espaço urbano tornou-se cada vez mais crescente e fragmentado, pleno de tensões e contradições decorrentes das transformações do desenvolvimento do capitalismo.

Em Campina Grande, como em outras cidades do país eram realizadas centenas de atividades em seu interior, havia as fábricas, o ambiente da feira, lugar que congregava pessoas que lá trabalhavam oriundas do espaço rural, da cidade, de diversas localidades.

Esse espaço citadino está pleno de lembranças, experiências e memórias das mulheres trabalhadoras. No decorrer das conversas com as operárias, percebemos que muitas delas vieram cidades do interior da Paraíba, como também do interior do Estado de Pernambuco.

Uma ex-operária por nós entrevistada, D. Antônia Francisca, natural de Umbuzeiro-PE,²⁵ nos relata suas impressões sobre Campina Grande quando aqui chegou com sua família na década de 1960. Eles deixaram seu lugar de origem e vieram em busca de melhores condições de trabalho:

Quando eu cheguei aqui, Campina Grande era muito pequena, eu fiquei morando lá no *Cruzeiro*. Isso por aqui tudo era mato, tinha uma casa chamada *casa de pedra*. A cidade começava ali pelo *Celeiro*, aí tinha a Rua Independência, era até ali onde tem aquela padaria União, pra cá já era mato, depois foi crescendo. Hoje moro perto do Posto São Luís, da Manoel Sales pra lá era Vila Lira, pra cá era Centenário, depois juntou tudinho. A gente veio pra cá porque naquele tempo o sítio não tinha condição pra nada, o povo vivia como bicho, lá não tinha *educação*, não tinha trabalho (Antônia Francisca de Souza, 2010, grifos nossos).

²⁴ Ver ALVES, Leonardo da Silva. **A industrialização incentivada no Nordeste e o caso de Campina Grande-PB**. Dissertação em Desenvolvimento Regional, UEPB, 2012.

²⁵ Cidade do interior de Pernambuco situada aproximadamente 76 km de Campina Grande.

Podemos depreender do último trecho do relato acima que existia um modo de pensar que o mundo urbano oferecia mais oportunidades de emprego, uma renda melhor, acesso a condições melhores de saúde e educação. D. Catarina, natural de Taquaritinga-PE,²⁶ relembra:

Eu e minha família fomos pra Paulista-PE, depois fomos morar em Sumé-PB e por último, viemos aqui pra Campina Grande na década de 60. Aqui nessa casa (bairro São José), meus pais moraram, faz uns cinquenta anos que eu moro aqui, só vou sair daqui para o cemitério (Catarina Pereira da Silva, 2014).

Outra família que migrou para a *Terra das Oportunidades* na década de 1960 foi a de D. Maria Souza. No relato abaixo, ela nos diz que seu pai vendeu a propriedade onde ela morava com seu esposo e filha na cidade de Soledade, ficando desabrigados. Diante desta situação, o que fazer? Ela afirma categoricamente que a única opção foi “vir tentar a vida aqui em Campina Grande”.

Nasci em Soledade, depois vim pra Campina na década de 60. Quando cheguei aqui já era casada, já tinha uma filha começando a andar. Nós viemos porque a gente morava na terra do meu pai, aí papai vendeu a propriedade lá e nós ficamos desabrigados, então tivemos de vir tentar a vida aqui em Campina Grande (Maria Souza Araújo, 2014).

D. Maria do Carmo nos conta porque saiu, juntamente com sua família, de São Sebastião de Lagoa de Roça-PB,²⁷ e veio para Campina Grande na década de 1960. Na sua cidade de origem, seu pai trabalhava no roçado, quando chegou aqui ficou desempregado.

Morava com meus pais e meus irmãos na rua Santa Margarida no bairro do Catolé, era a rua do Curtume dos Mota. Campina Grande na década de 60 era uma cidade muito boa, a gente andava qualquer hora, não tinha ladrão, as portas eram abertas. Eu saía do Catolé e ia pra fábrica na Estação Velha e não havia perigo nenhum (Maria do Carmo Silva, 2014).

D. Maria de Fátima, natural de Arcoverde-PE,²⁸ também nos relata que sua família mudou diversas vezes de cidade e que finalmente fixaram residência em

²⁶ Cidade do interior de Pernambuco situada aproximadamente 88 km de Campina Grande.

²⁷ Cidade situada aproximadamente 18 km de Campina Grande.

²⁸ Cidade do interior de Pernambuco situada aproximadamente 249 km de Campina Grande.

Campina Grande na década de 1970, mas só começou a trabalhar na CIG-CC na década de 1980. Segundo ela:

Eu morava em Arcoverde, em Pernambuco. Residi em algumas cidadezinhas da Paraíba: Sapé, Goiana, e vim morar em Campina Grande e fiquei deslumbrada com Campina Grande, essa cidade é assim... maravilhosa, questão de transporte, muito bem assistida. Pelo menos pra mim ela foi um paraíso, foi e ainda é. Eu gosto muito de Campina Grande. Naquela época, nós fazíamos cursos pelo SENAC e logo éramos aproveitadas, na antiga TELPA, estagiei na antiga TELPA também e trabalhei em outros locais porque ofereciam *portas para trabalhar, não pagava bem, mas o importante é que todo mundo trabalhava* (Maria de Fátima Silva Oliveira, 2013, grifos nossos).

Essas famílias ao migrarem para a *Terra dos Negócios* buscavam proporcionar a família uma vida melhor e mais confortável do que nas suas cidades de origem. Deste modo, modificaram suas práticas no mundo do trabalho. Através de seus relatos de memória podemos perceber que essas pessoas achavam que estavam migrando para uma cidade promissora em busca de empregos. Muitas famílias de populares vieram em busca principalmente de empregos na cidade.

No relato acima, D. Maria de Fátima diz que eram oferecidas oportunidades de trabalho, apesar de não pagar bem. Ela finaliza essa fala afirmando que “o importante é que todo mundo trabalhava”. O que poderíamos depreender dessa afirmação? Pinto, tomando de empréstimo o pensamento de Selma Lancman, nos diz:

O trabalho é mais do que o ato de trabalhar ou de vender sua força de trabalho em busca de remuneração. Há também uma remuneração social pelo trabalho, ou seja, o trabalho como fator de integração a determinado grupo com certos direitos sociais. O trabalho tem, ainda, uma função psíquica: é um dos grandes alicerces da constituição do sujeito e de sua rede de significados. Processos como reconhecimento, gratificação, mobilização da inteligência, mais do que relacionados à realização do trabalho, estão ligados à constituição da identidade e da subjetividade (LANCMAN *apud* PINTO, 2010, p. 10).

Neste sentido, o trabalho também é portador de prestígio social. Esta operária estaria inserida neste contexto? De acordo com Pinto (2010, p. 9),

Privar, portanto, uma pessoa do trabalho, além de tudo, arrisca sua sobrevivência física, pois, mesmo no caso de esta ser assegurada fora das condições normais de cooperação no trabalho, a ausência de reconhecimento da própria identidade, decorrente desse processo, promove grande sofrimento e leva a distorções na percepção e no comportamento dos indivíduos a ele submetidos.

A presença das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, sobretudo urbano, vem sendo intensificada desde 1970 e não apresenta indícios de retrocesso. Quais as razões desse ingresso? A principal delas é que a necessidade econômica leva à busca de complementação da renda familiar. E ainda existem outras causas para explicar esse comportamento feminino.

Na década de 1970, muda o conceito de necessidade econômica, aparece o desejo de ampliar e diversificar o consumo. Trabalhar fora de casa adquire novos contornos. A expansão da economia, a crescente urbanização e o ritmo acelerado da industrialização favorecem a incorporação das mulheres trabalhadoras no mercado de trabalho. Na década de 80, apesar da crise econômica, da inflação e do desemprego, a mulher se manteve no mercado de trabalho.²⁹

O mercado de trabalho em Campina Grande da década de 1980 também sofreu abalos com a crise nacional. Campina Grande, a *Terra das Oportunidades*, não oferecia muitas alternativas quando se tratava de encontrar uma vaga de trabalho decente, digno, especialmente para mulheres.

D. Rosélia nasceu em Campina Grande e nos relata suas impressões sobre a cidade na década de 1970.

Campina de antigamente era melhor pra trabalhar, os jovens trabalhavam. Hoje, os jovens estudam mais, se dedicam mais a estudar. Naquele tempo não era ruim não, hoje tem muita violência. A gente andava pela cidade sem preocupação nenhuma, minha infância, minha juventude foi muito boa nessa cidade (Rosélia Henrique dos Santos, 2014).

Os fatores que contribuíram para constantes migrações para Campina Grande foram a concentração fundiária, a seca que dificultava a atividade da agricultura e as poucas possibilidades de retirar o sustento do campo.³⁰ Todas as ex-operárias entrevistadas ao falarem sobre a cidade foram unânimes em afirmar que a Campina de antigamente era melhor para trabalhar, para viver, lembrando com saudosismo como era pacata, sem violência.

²⁹ Ver BRUSCHINI, Cristina. **O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes**. Revista Estudos Feministas – 2º Sem, CIEC/ECO/UFRJ.

³⁰ Mais dados acerca das migrações em Campina Grande ver SILVA, Hilmaria Xavier; PASSOS, Paulo Marcio Coutinho. **Histórias de migrantes: modos de viver e trabalhar na periferia de Campina Grande na década de 1960**. VI Simpósio Nacional de História Cultural. Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, Piauí, 2012.

1.2 As fábricas têxteis

A industrialização, como atividade econômica básica do desenvolvimento capitalista requeria aumento da capacidade produtiva, da especialização e da diversificação da produção industrial. Proliferam estratégias visando aumentar as escalas de produção, padronizar a qualidade dos produtos, diminuir os custos etc.

Neste sentido, chega-se ao estágio mais alto do controle sobre o trabalho humano empregado na produção, onde os empregados são tidos pelos empregadores como meros elementos dos processos produtivos. Surgem daí as primeiras fábricas como espaços tecnicamente organizados conforme os produtos a serem nelas elaborados, como as grandes tecelagens, por exemplo.

O sistema taylorista/fordista visava elevar a especialização das atividades de trabalho, com movimentos repetitivos que poderiam ser executados por qualquer pessoa. As qualidades individuais de cada trabalhador, suas competências profissionais e educacionais, suas habilidades pessoais, toda sua experiência, sua criatividade são praticamente dispensáveis nesse sistema.³¹

A fábrica surgiu pela necessidade do aumento da capacidade produtiva, da especialização e da diversificação da produção industrial. Conforme Decca (1991, p. 7-8),

Quando pensamos no surgimento e crescimento das cidades, a urbanização, ou no aparecimento das fábricas mecanizadas enquanto fenômeno geral, a industrialização, esses processos podem parecer abstratos e distantes. As edificações e as máquinas tendem a tomar o lugar central em nossa imaginação, substituindo os homens e as suas ações. A história da industrialização no Brasil foi a história da constituição de novas forças sociais no interior da formação social brasileira. Novos atores sociais, industriais e operários, passaram a moldar também a sociedade brasileira.

As primeiras indústrias têxteis no Brasil já se instalaram com características fabris ainda na primeira metade do século XIX. Significava sinônimo de modernidade e progresso, segundo esse ideário, as fábricas seriam a solução para aproximar o nosso país do modelo capitalista da Europa e dos Estados Unidos.³² A participação

³¹ Ver PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

³² Ver STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil. (1850-1950)**. Rio de Janeiro: Campus, 1979, p. 97.

feminina no mercado de trabalho ocorreu bem cedo, mas após meados do século XX atingiram proporções elevadas.³³

Falemos um pouco sobre a inserção da mulher na grande indústria. Matos; Borelli (2012) nos esclarecem que o setor industrial em expansão recrutou grande número de mulheres e crianças em diferentes setores, especialmente na fiação e tecelagem. A partir de 1960, a empregabilidade feminina cresce, pois com o arrocho salarial e a redução do poder de compra dificulta a sobrevivência das famílias e isso leva mulheres de setores populares ao mercado de trabalho.

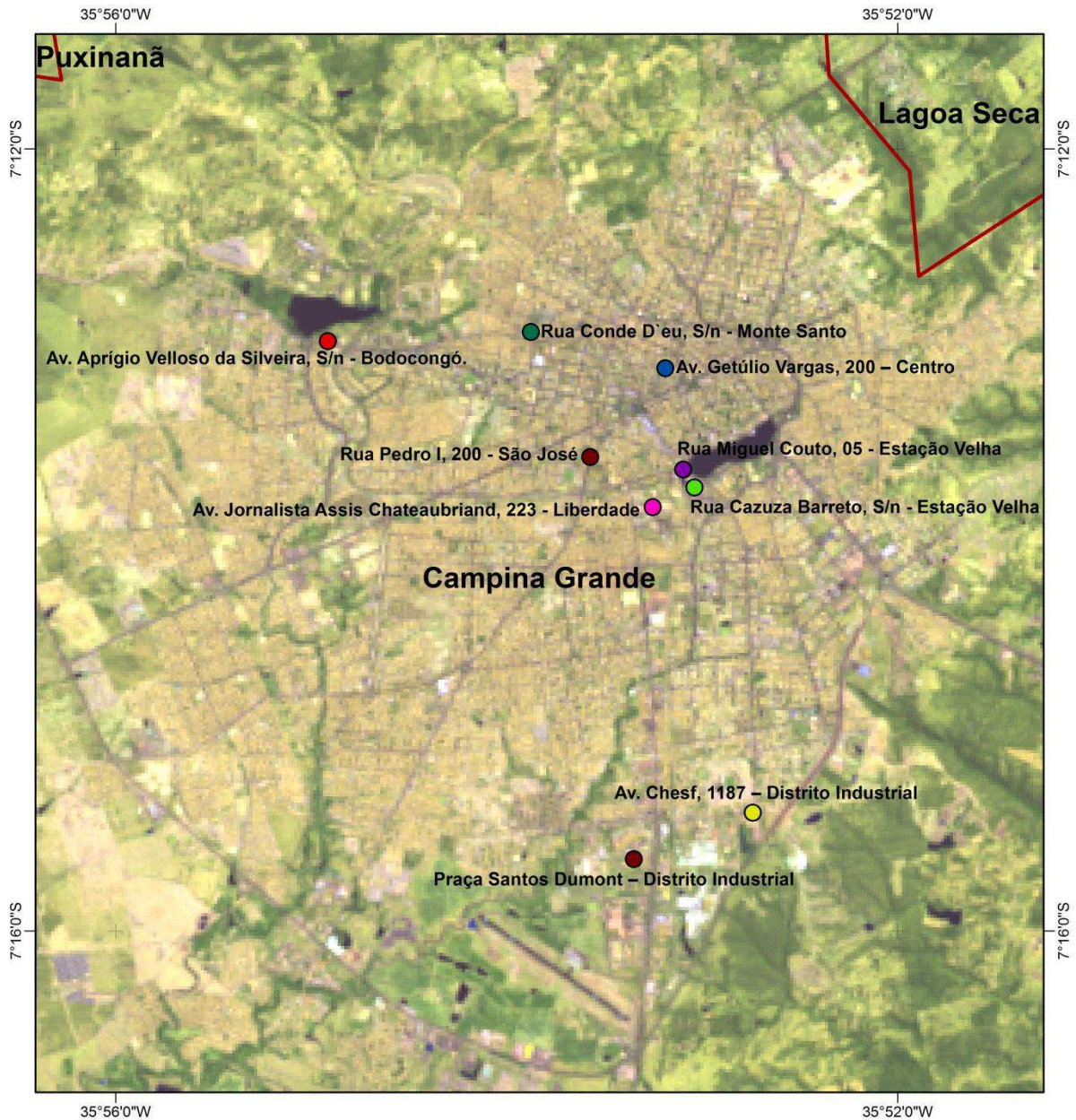
Conforme Auad (2003), no século XX, o sistema capitalista se consolida, o modo de produzir bens materiais e de sobreviver sofre profundas alterações. A organização do trabalho se modifica se aplicando em especial à mão-de-obra feminina. Com o desenvolvimento tecnológico e utilização crescente de máquinas, há uma enorme quantidade de mão-de-obra operária feminina transferida para as fábricas.

De acordo com Muraro (1992), no que concerne às mulheres e a industrialização, nas classes operárias urbanas emergentes, mais e mais o trabalho da mulher é necessário para a sobrevivência da família.

Em Campina Grande, instalaram-se muitas fábricas têxteis, entre elas, aquelas onde nossas entrevistadas trabalharam. Buscamos cartografar estes espaços de trabalho espalhados pela cidade, pois consideramos relevante conhecermos um pouco mais sobre estes espaços de trabalho.

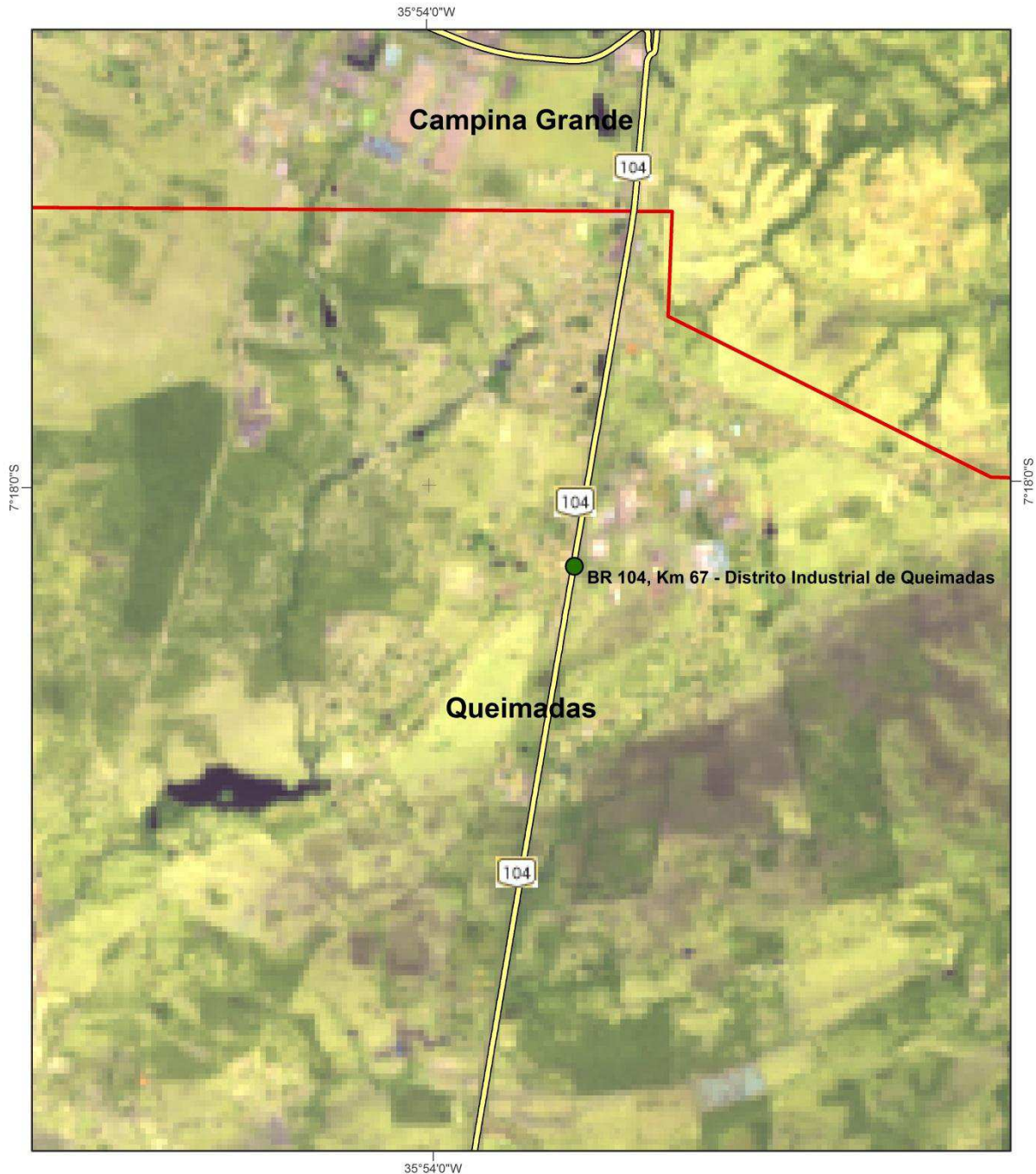
Neste sentido, procedemos à elaboração de um mapa da área urbana de Campina Grande com destaque para a localização das fábricas têxteis mencionadas na pesquisa, como também de outro mapa da área do Distrito Industrial de Queimadas com a localização da CCPS.

³³ Sobre a participação feminina no mercado de trabalho ver RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: **História das mulheres no Brasil**. Mary Del Priore (Org.); Carla Bassanezi Pinsky (Coord. de textos) 10 ed., São Paulo: Contexto, 2012, p. 581.



<p>Legenda</p> <ul style="list-style-type: none"> ● INDUSTRIAL CIRNE LTDA ● PROFUSA NORDESTE LTDA. ● CRISPIM COMPANHIA PARAIBANA DE SISAL ● COMÉRCIO E INDÚSTRIA MARQUES DE ALMEIDA LTDA ● S/A INDÚSTRIA TÊXTIL DE CAMPINA GRANDE ● SOCIEDADE ALGODOEIRA DO NORDESTE BRASILEIRO – SANBRA ● CAMPINENSE INDÚSTRIAS GERAIS S/A-COTONIFÍCIO CAMPINENSE ● COMPANHIA PARAIBANA DE BENEFICIAMENTO E Prensagem de Algodão LIMITE MUNICIPAL 	
<p>Imagem Landsat 8 - OLI (B 3, G 5, R 6)</p>	
<p>Título: Fábricas têxteis em Campina Grande - PB</p>	
<p>Data de Elaboração: 07/03/2015 Elaboração: LIMA, F. N.</p>	
<p>Descrição: Elaborado através de coordenadas obtidas com o Google Earth. No plano de fundo imagem Landsat 8 OLI, data de passagem 26/04/2014, disponível na USGS. Base Vetorial: AESA</p>	
<p>0 0,35 0,7 1,4 2,1 2,8 km</p> <p>Sistema de coordenadas SIRGAS 2000 UTM Zona 24S</p>	

Figura 01. Mapa da área urbana de Campina Grande, em destaque a localização das fábricas têxteis. Elaborado com base em dados disponíveis no Cadastro Industrial do Estado da Paraíba, FIEP. Colaboração de José Crispim Filho – Funcionário da FIEP, Coordenador da Divisão de Apoio aos Sindicatos (DAS).




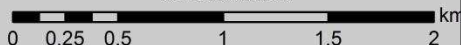
Legenda		 Sistema de coordenadas SIRGAS 2000 UTM Zona 24S 	
● Crispim Companhia Paraibana de Sisal	▭ Limite Municipal		Imagem Landsat 8 - OLI (B 3, G 5, R 6)
Título: Fábrica Têxtil em Queimadas - PB			
Data de Elaboração: 08/04/2015	Elaboração: LIMA, F. N.		
Descrição:			
Elaborado através de coordenadas obtidas com o Google Earth. No plano de fundo imagem Landsat 8 OLI, data de passagem 26/04/2014, disponível na USGS. Base Vetorial: AESA			

Figura 02. Mapa da área do Distrito Industrial de Queimadas, em destaque a localização da fábrica têxtil *Crispim Companhia Paraibana de Sisal*. Elaborado com base em dados disponíveis no Cadastro Industrial do Estado da Paraíba, FIEP. Colaboração de José Crispim Filho – Funcionário da FIEP, Coordenador da Divisão de Apoio aos Sindicatos (DAS).

A distribuição das fábricas têxteis na cidade de Campina Grande obedecia à seguinte lógica: facilidade na obtenção de água e agilidade no escoamento de seus produtos. Inicialmente, as atividades econômicas e industriais se localizavam apenas na região central da cidade. Com a reorganização urbana, estes espaços começam a se descentralizar.

Em torno do Açude Velho e Linha férrea começou a se instalar a maioria das empresas, formando o que poderia chamar de bairro industrial. Neste rol estão a CPBPA, a SANBRA e a PN. A firma pernambucana CIMA também planejara se instalar por trás da estação, mas mudou seus planos e se instalou nas Boninas, não se sabe o motivo, já que a área central comportava muitos estabelecimentos comerciais, bares e lugares de diversão.

No bairro de Bodocongó se localizava o Açude de mesmo nome e isso atraiu diversas fábricas, entre elas a ITCG. Posteriormente, com a criação dos Distritos Industriais, a CIG-CC (bairro São José) se transferiu para o Distrito Industrial de Campina Grande. A CCPS (bairro Monte Santo) se transferiu para o Distrito Industrial do município de Queimadas. Estas transferências ocorreram possivelmente motivadas pelos incentivos da Prefeitura Municipal.

Pesquisando no SENAI, tivemos acesso ao *Cadastro Industrial do Estado da Paraíba do ano de 1997*, onde consta o registro de apenas cinco fábricas têxteis das oito mencionadas na pesquisa. Estas cinco ainda se encontravam ativas nesse período, mas operando em proporções bem menores, como podemos observar na composição de fotografias abaixo.

<p>CAMPINENSE INDÚSTRIAS GERAIS S/A R Santos Dumont, s/n Distrito Industrial - Campina Grande Fone: 331-2992 - Fax: 331-2169 - Cx.Postal: 224 CEP: 58.105-421 Dir.: Guilherme J. Cosentino, Lúcia Mari Cosentino Contato: Guilherme José Cosentino N.Empr: 215 Prod.: Ataduras, Compressas, Sacos, Fraldas</p>	<p>COM. E IND. MARQUES DE ALMEIDA LTDA R Miguel Barreto, 71 - 1º Andar Centro- Campina Grande Fone: 321-2243 CEP: 58.101-430 Dir.: Fernando Marques de Almeida, Dionísio Luna M. Almeida Contato: Fernando Marques de Almeida N.Empr: 1 Prod.: Sacos de algodão</p>
<p>CRISPIM - COMPANHIA PARAIBANA DE SISAL Rodovia Br 104, Km 67 Distrito Industrial - Queimadas Fone: 331-1643 - Fax: 331-2300 CEP: 58.440-000 Dir.: João Ventura Crispim Júnior, Ricardo Halule Crispim, João Ventura Crispim Contato: Ricardo Halule Crispim N.Empr: 173 Prod.: Cordas, Fios de sisal, Cordas e Fios de Polietileno</p>	<p>INDUSTRIAL CIRNE LTDA Av Chesf, 1187 Distrito Industrial - Campina Grande Fone: 331-1640 - Fax: 331-2416 - Cx.Postal: 524 CEP: 58.105-000 Dir.: Paulo Roberto M. Cirne, Carlos Augusto M Cirne, Flávio José Medeiros Cirne Contato: Paulo Roberto M Cirne N.Empr: 465 Prod.: Fios de Algodão e Confecções de Malha</p>
<p>S/A INDÚSTRIA TÊXTIL DE CAMPINA GRANDE Av Aprígio Veloso, 1500 Bodocongó - Campina Grande Fone: 333-1946 - Fax: 333-1202-Cx.Postal: 27 CEP: 58.109-000 Dir.: Eronildes Barbosa do Rego, Patrícia Marques do Rego, Luciana Marques do R Guerra Contato: Patrícia Marques do Rego N.empr: 254 Prod.: Sacos de Algodão, Tecidos</p>	

Figura 03. Extraído do Cadastro Industrial da Paraíba do ano de 1997 – SENAI.

Identificamos alguns dados pouco claros que requerem pesquisa posterior, por exemplo: a CIG-CC aparece localizada na Rua Santos Dumont, mas essa rua não existe, o que ocorre é a existência da *Praça Santos Dumont*. Outro dado é que a CIMA está localizada na Rua Miguel Barreto, 71, 1º andar, constando nesse momento, o registro de um funcionário, apenas.

De acordo com dados fornecidos pela FIEP, atualmente apenas a CCPS figura como *ativa* e sua atividade principal a *preparação e fiação de fibras têxteis naturais, exceto algodão*. Todas as demais fábricas mencionadas na pesquisa fecharam suas portas.

1.2.1 Comércio e Indústria Marques de Almeida Ltda.

A fábrica Comércio e Indústria Marques de Almeida Ltda., considerada pioneira em Campina Grande, recrutava seus operários entre a população pobre da cidade. De acordo com dados coletados na FIEP, foi fundada em 29 de julho de 1937 durante o início do ciclo áureo do algodão em Campina Grande.

Especializada na atividade de fiação e tecelagem de algodão e fabricação de sacaria de algodão para atender a demanda das usinas de açúcar da região nordeste. Localizava-se na atual Avenida Getúlio Vargas, 200, em Campina Grande, ocupando toda a área da Av. Getúlio Vargas até a Rua Félix Araújo, incluindo todo o complexo imobiliário que constitui a Rua das Boninas.

A CIMA produzia sacaria em geral, que eram comercializados em toda a região Nordeste, fechou suas portas em 1983. Seus principais diretores foram: Dionísio Marques de Almeida, Fernando Marques de Almeida, José Marques de Almeida, José Marques de Almeida Júnior e Leucio Marques de Almeida.³⁴

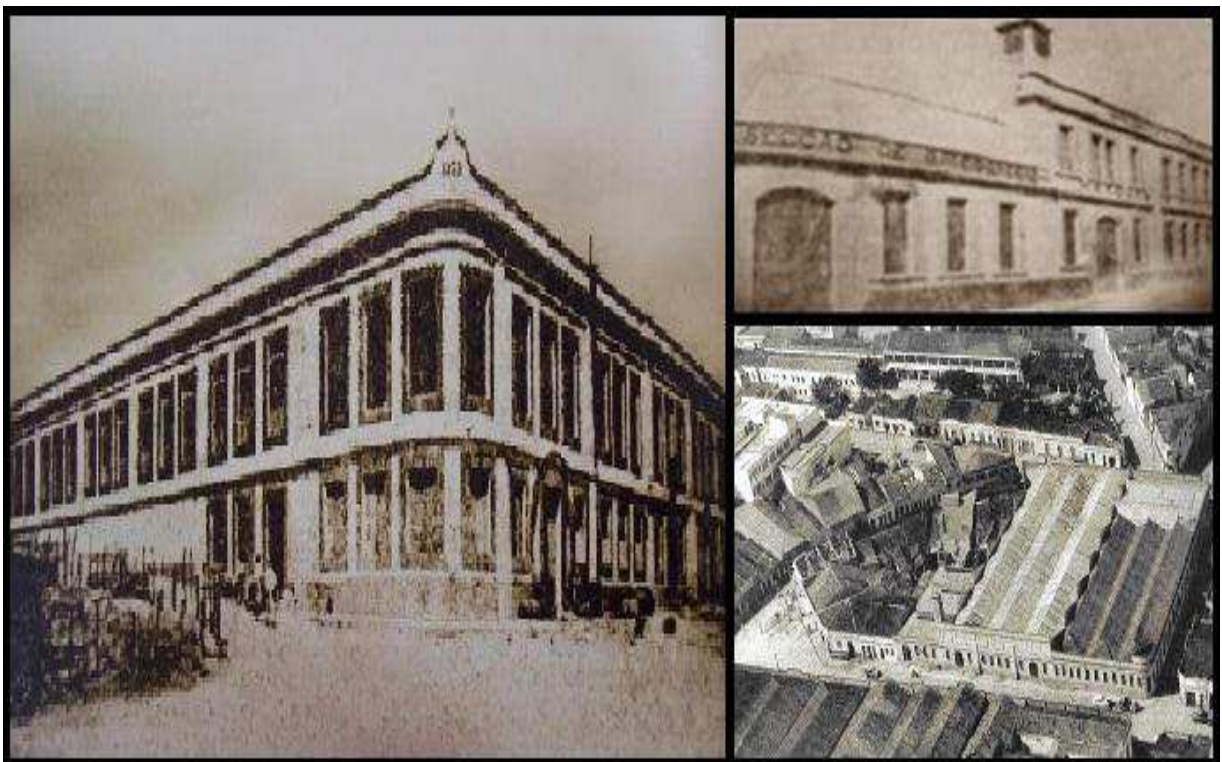


Figura 04. A fábrica *Comércio e Indústria Marques de Almeida* em três momentos. Extraído de: **Retratos de Campina Grande: um século em imagens urbanas** e Disponível em www.cgretalhos.blogspot.com

³⁴ Fonte: **Cadastro Industrial do Estado da Paraíba – FIEP.**

1.2.2 Companhia Paraibana de Beneficiamento e Prensagem de Algodão

A Companhia Paraibana de Beneficiamento e Prensagem de Algodão ou Companhia Comércio Prensagem de Algodão foi a primeira Indústria de Beneficiamento de Algodão de Campina Grande. Fundada em 01 de agosto de 1919 – Companhia Paraibana de Beneficiamento e Prensagem de Algodão da Firma Wharton Pedrosa & Cia.

Funcionava na bifurcação da Rua Miguel Couto com Almeida Barreto, onde funciona hoje o Supermercado Hiper Bom Preço, pegando os armazéns da esquina da Rua Miguel Couto, nº 05 e parte dos armazéns onde funcionou até bem pouco tempo a empresa *Caranguejo*,³⁵ próximo a Estação Velha.³⁶

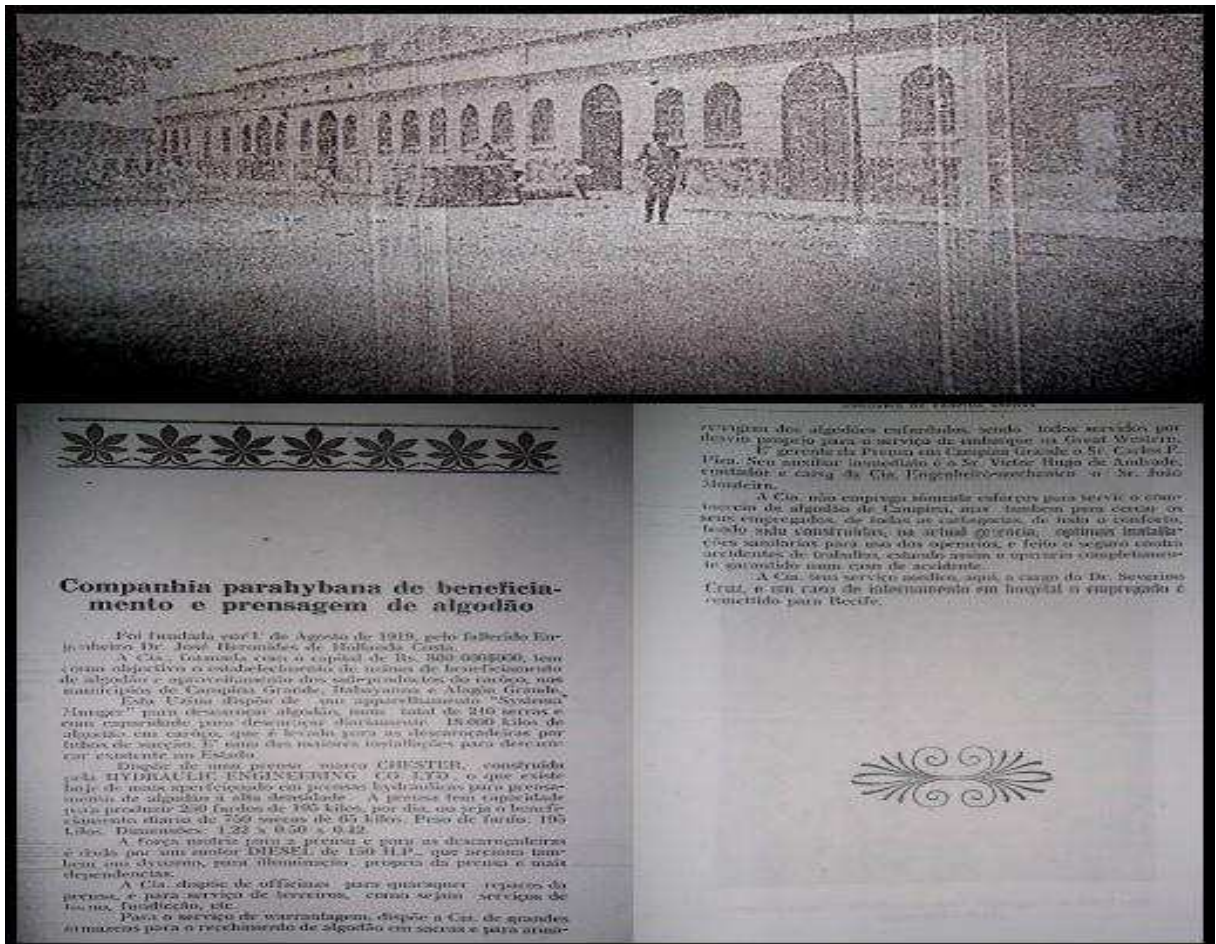


Figura 05: Na parte superior, a fábrica *Companhia Paraibana de Beneficiamento e Prensagem de Algodão*. Na parte inferior nota sobre a fábrica. Fonte: Ambos constam no Anuário de Campina Grande – 1925. Disponível em: www.cgretalhos.blogspot.com.br. Acesso em 14/10/2014.

³⁵ A fábrica Caranguejo era uma fábrica de engarramento da cachaça de mesmo nome.

³⁶ Fonte: **Cadastro Industrial do Estado da Paraíba - FIEP**

1.2.3 Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro

A terceira fábrica aludida é a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro. Conforme dados coletados na FIEP, localizava-se na atual Avenida Jornalista Assis Chateaubriand, 223- Bairro da Liberdade, ocupando toda a área onde funciona o Polo Jurídico de Campina Grande, Centro de Distribuição Rio do Peixe e Campus Universitário Maurício de Nassau. O escritório da SANBRA localizava-se onde funciona hoje o escritório do Centro de Distribuição Rio do Peixe. Teve como gerente regional o Sr. Francisco Alves Pereira.³⁷

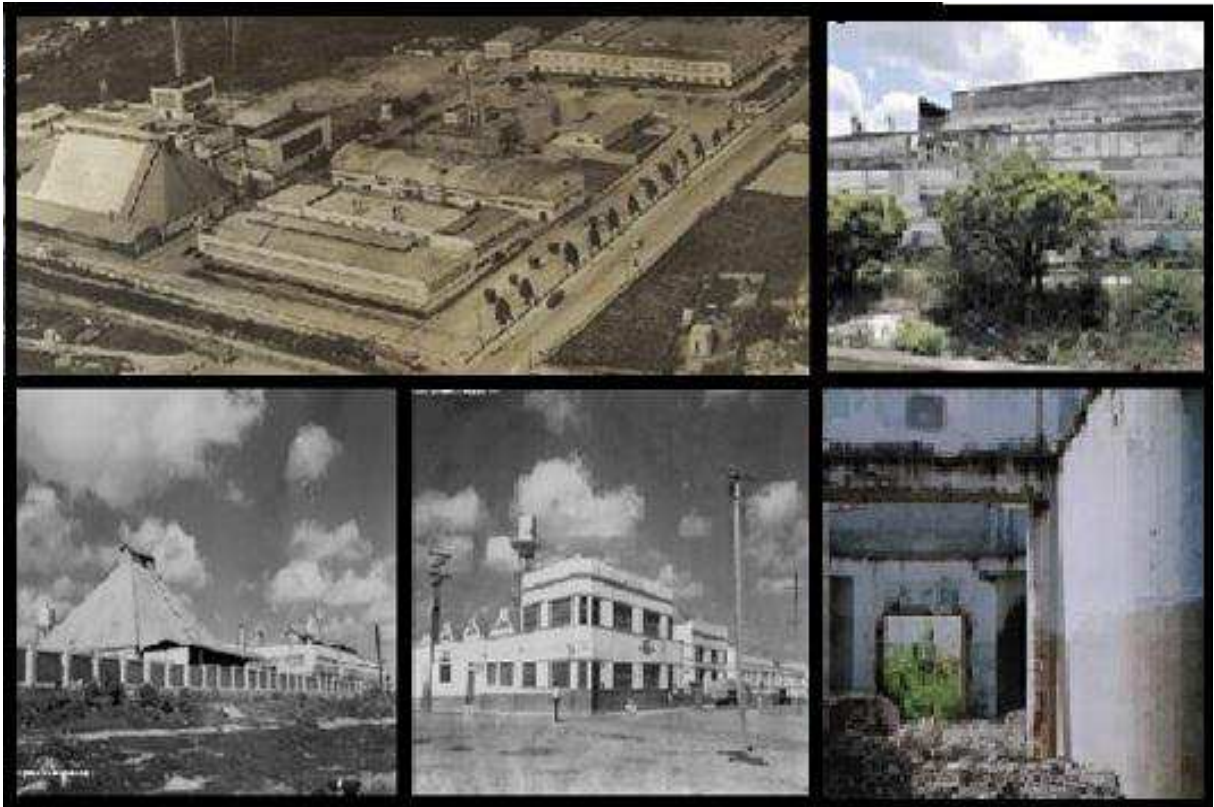


Figura 06. Composição de fotografias da SANBRA. Extraído de: Retratos de Campina Grande: um século em imagens urbanas e Disponível em <http://cgretalhos.blogspot.com.br>. Acesso em: 22/04/2014.

Na composição de imagens acima, temos uma vista aérea da fábrica. Além disso, vemos imagens do ano de 1957 da fábrica de óleos, do escritório e depósito. Na coluna da direita podemos perceber o estado de ruínas do outrora próspero empreendimento.

³⁷ Fonte: **Cadastro Industrial do Estado da Paraíba - FIEP**

1.2.4 S/A Indústria Têxtil de Campina Grande

A quarta fábrica mencionada foi a S/A Indústria Têxtil de Campina Grande. Na década de 1930 foi implantada a fábrica de beneficiamento e tecelagem de algodão no bairro de Bodocongó, às margens do açude de mesmo nome.

Fundada em 20 de junho de 1933 pelo Industrial Aprígio Velloso da Silveira e sua família, oriundos de Pernambuco. Instalada no bairro de Bodocongó, na Avenida que posteriormente receberia seu nome, *Aprígio Velloso da Silveira*. Especializada na Fiação de Algodão, fabricação de tecido cru de algodão e sacaria de algodão. Atendia a demanda das Usinas fabricantes de açúcar, do Estado da Paraíba e demais Estados do Nordeste.

Os principais diretores foram os seus filhos: Agostinho Velloso da Silveira, Domício Velloso da Silveira Ademar Velloso da Silveira, Maria do Carmo Velloso da Silveira e os sobrinhos Ricardo Velloso da Silveira e Ademar Velloso da Silveira.³⁸

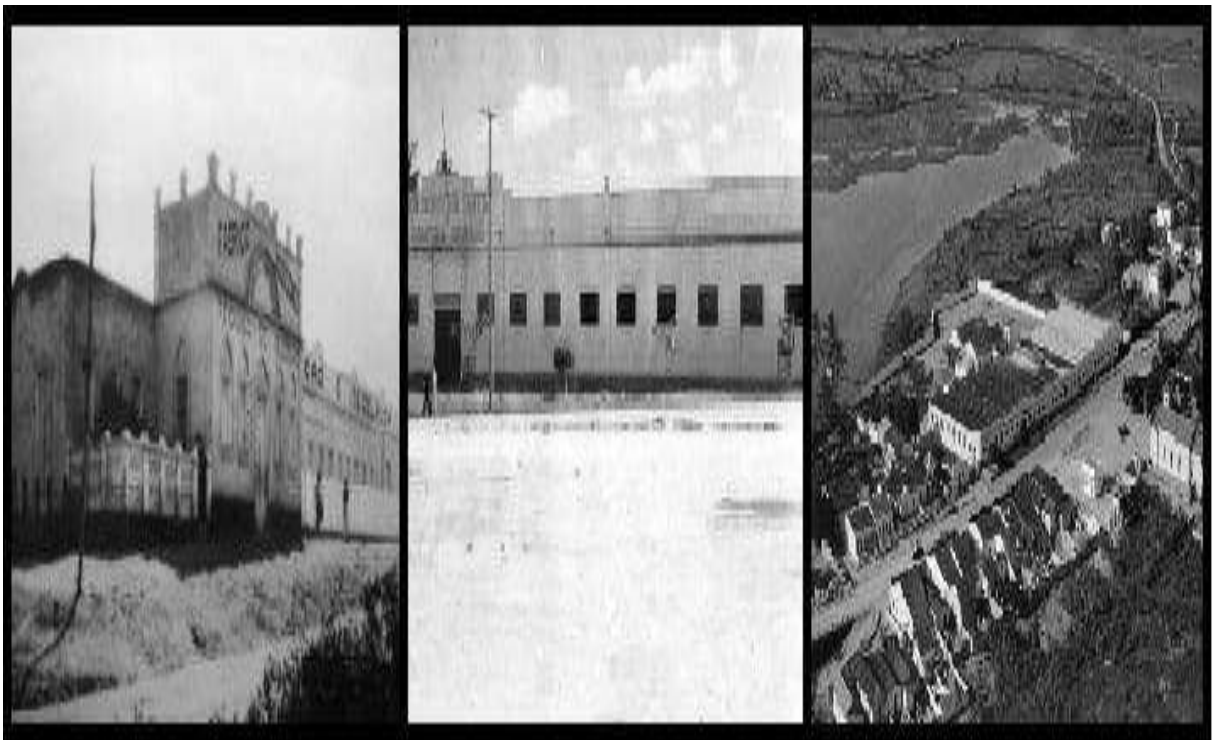


Figura 07. A fábrica S/A Indústria Têxtil de Campina Grande na década de 30, década de 50 e vista aérea na década de 50. Imagens retiradas da obra *Retratos de Campina Grande*. Disponível em Museu Histórico de Campina Grande e www.cgretalhos.blogspot.com.br. Acesso em: 22/04/2014.

³⁸ Fonte: **Cadastro Industrial do Estado da Paraíba** - FIEP

O bairro era considerado o parque industrial de Campina Grande por causa do Açude de Bodocongó, que juntamente com o Açude Velho, exerceram um relevante papel na história da industrialização em Campina Grande. Possuía uma vila operária composta de 60 casas que eram destinadas aos trabalhadores.³⁹

A ITCG era chamada de complexo industrial e trabalhava com o beneficiamento do algodão, fiação, tecelagem e confecção de sacaria. O imóvel onde a fábrica funcionou ainda existe, atualmente sendo utilizado pelo Governo do Estado da Paraíba.

1.2.5 Campinense Indústrias Gerais S/A – Cotonifício Campinense

A quinta fábrica foi a Campinense Indústrias Gerais S/A – Cotonifício Campinense. Foi fundada em 05 de outubro de 1939, instalada inicialmente na Rua Pedro I, 200, no Bairro de São José, em Campina Grande. Exercia a atividade de Fiação e Tecelagem e fabricação de sacaria de algodão, produto muito utilizado na época pelas usinas produtoras de açúcar.

Posteriormente diversificou sua atividade incluindo fabricação de gases e outros produtos congêneres e com a construção do Distrito Industrial de Campina Grande, transferiu-se para a Praça Santos Dumont, S/n, Distrito Industrial. Seus diretores principais foram: Nicola Cosentino, Marccone Cosentino, Guilherme José Cosentino e Lúcia Maria Cosentino.⁴⁰ Esta fábrica está entre as tecelagens que encerraram suas atividades nos últimos quarenta anos.

1.2.6 Crispim Companhia Paraibana de Sisal

A sexta fábrica mencionada foi a Crispim Companhia Paraibana de Sisal, fundada durante o ciclo do sisal ou agave na década de 1950 e funcionava na Rua Conde D'eu, - no bairro de Monte Santo. Posteriormente, transferiu-se para a BR 104, instalada no Km 67, Distrito Industrial de Queimadas, onde funcionou até o encerramento de suas atividades.

³⁹ Sobre a Vila Operária ver SOUSA, Fábio Gutemberg R.B. **Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande, 1920-1945**, Tese de Doutorado em História. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2001.

⁴⁰ Fonte: **Cadastro Industrial do Estado da Paraíba** - FIEP

Seus principais diretores foram: Geminiano Ventura Crispim, João Ventura Crispim, João Ventura Crispim Júnior e Ricardo Halule Crispim.⁴¹ Fabricava cordas das mais variadas espessuras que eram comercializadas em todo o Nordeste.

1.2.7 Profusa Nordeste Ltda.

A sétima fábrica é a Profusa Nordeste Ltda., foi fundada na década de 50 por um grupo de investidores do sul do país atraídos pelo fluxo de riqueza que tornou Campina Grande o principal polo da industrialização do Algodão, o que lhe rendeu o título de *2º maior polo de algodão do Mundo*, ficando atrás apenas de *Liverpool* na Inglaterra.

A profusa era instalada na Rua Cazuza Barreto, no armazém vizinho onde funciona hoje a STPP – Superintendência de Transito e Transportes de Campina Grande.⁴²

Várias pessoas entrevistadas mencionaram a existência dessa fábrica, fazia parte de um rol de fábricas têxteis que receberam incentivos fiscais da SUDENE. Fabricava óleos para fundição, resinas, tintas e cordão tapa-juntas.

1.2.8 Industrial Cirne Ltda.

A oitava e última fábrica referida pelas mulheres é a Industrial Cirne Ltda., fundada em 26 de maio de 1975, com endereço na Av. Chesf, 1187, Distrito Industrial de Campina Grande, nos galpões onde funciona hoje a empresa TESS - Indústria e Comércio de Calçados. Seus principais diretores foram: José Ricardo de Medeiros Cirne, Carlos Augusto de Medeiros Cirne e Paulo Roberto de Medeiros Cirne.⁴³

No primeiro capítulo buscamos fixar o cenário da nossa pesquisa no recorte temporal em estudo, destacando a cidade de Campina Grande, o mundo do trabalho fabril têxtil, o comércio do algodão/agave. Refletimos ainda sobre a industrialização na nossa cidade e cartografamos algumas informações sobre as fábricas

⁴¹ Fonte: **Cadastro Industrial do Estado da Paraíba** - FIEP

⁴² Fonte: **Cadastro Industrial do Estado da Paraíba** - FIEP

⁴³ Fonte: **Cadastro Industrial do Estado da Paraíba** - FIEP

mencionadas na pesquisa.

Num segundo momento, continuaremos a adentrar esse mundo do trabalho, tentando compreender como se davam as relações de trabalho dessas mulheres trabalhadoras, os conflitos, as negociações, as tramas. Enfim, suas vivências cotidianas do lado de dentro da fábrica.

2 MULHERES EM AÇÃO: DO LADO DE DENTRO DAS FÁBRICAS TÊXTEIS

Minha vida foi bobina!
(Maria de Lourdes Lima Santos)

Nesse momento do nosso estudo, por meio dos depoimentos das nossas ex-operárias, iremos adentrar as fábricas têxteis em Campina Grande, o que nos possibilitará conhecer as especificidades desse mundo do trabalho na cidade. Importam-nos suas histórias, suas memórias de vivências, umas alegres, algumas nem tanto e outras bastante dolorosas.

Esse ambiente fabril por dentro e por fora rememorado por essas mulheres se apresenta repleto de cores, odores, formas que não existem mais. Essas histórias estão gravadas nas lembranças delas e agora temos a oportunidade de acessá-las.

As mulheres por nós indagadas estranharam nossa pesquisa sobre o trabalho nas fábricas. Muitas delas me perguntaram por que queremos saber do trabalho nas fábricas, afirmando que isso não é importante.

Essa afirmação denota a concepção que elas têm do próprio trabalho. Consiste numa autodesvalorização, pensam que não é importante para a Academia, para a pesquisa. Mas todas reconhecem a importância do trabalho para a sobrevivência.

Neste capítulo e no terceiro, em virtude da multiplicidade de temas e temporalidades, optamos por agrupar os relatos de memória, dividindo-os de acordo com as décadas em que ocorreram as experiências e vivências das trabalhadoras.⁴⁴

Neste momento do nosso trabalho, essas ex-operárias nos falaram sobre suas jornadas de trabalho, horas trabalhadas por dia, condições de trabalho. Relataram-nos suas rotinas de trabalho, suas vivências, os conflitos do lado de dentro das fábricas.

Voltamos ao passado junto com elas para reviver o cotidiano dessas operárias. Todos estão convidados, mas façam silêncio, não perturbem, elas estão trabalhando. Ainda, elas não estão apenas trabalhando, como veremos a seguir.

⁴⁴ D. Maria José Freire Trigueiro, D. Catarina Pereira da Silva e D. Maria do Carmo Silva na década de 1960; D. Rosélia Henrique dos Santos na década de 1970; D. Maria de Fátima Silva Oliveira, D. Maria Souza Araújo; D. Neli Freire dos Santos e D. Iza Martins Ramos na década de 1980; D. Antônia Almeida Silva na década de 1990; e, por último, D. Maria de Lourdes Lima Santos (1966-1994) e D. Antônia Francisca de Souza (1960-1983).

2.1 Do lado de dentro: Maria José, Catarina e Maria do Carmo

O que essas três mulheres tem em comum? Elas trabalharam em fábricas têxteis em Campina Grande na década de 1960, por este motivo, agrupamos os seus relatos, buscando facilitar a compreensão de suas histórias e memórias.

Iniciamos com o relato de D. Maria José,⁴⁵ e suas experiências de trabalho em fábricas têxteis na cidade de Campina Grande. Ela é a mais jovem trabalhadora a adentrar o mundo do trabalho fabril têxtil em Campina Grande dentre as que entrevistamos.

Com apenas onze anos necessitou trabalhar na CIMA para ajudar sua mãe a manter seus sete irmãos. Seu pai e sua mãe haviam se separado e ele não auxiliou sua mãe nas despesas com os filhos.

Ficou na CIMA por dois anos, depois, já com treze anos, trabalhou na ITCG onde permaneceu por três anos. Exerceu a função de fiandeira em ambas as fábricas. Atualmente é Funcionária Pública Municipal numa creche.

D. Maria José interrompeu seu relato diversas vezes, emocionada. Disse-nos que não gostava de falar sobre esse período de sua vida, pois, segundo ela “É uma história feia e triste”.

Dá até vontade de chorar (prantos). Meu pai saiu de casa, deixou minha mãe com seis filhos todos pequenos, a mais velha era eu com onze anos. Tive que trabalhar pra sustentar os meus irmãos, nossa vizinha arrumou esse emprego pra mim na Marques de Almeida. Eu era tão pequena que eles me davam um tamanco de salto bem alto pra eu poder alcançar a *máquina de fiação que era bastante alta*. Na Marques de Almeida eu trabalhava na *espuladeira*, depois fui pro *enrolador, fiação*.⁴⁶ Pagava a gente por semana, era bem pouquinho, trabalhava com fome, não podia comprar lanche pra não mexer no dinheiro que era pra dar a minha mãe pra comprar comida (Maria José Freire Trigueiro, 2014, grifos nossos).

Como D. Maria José, muitas pequenas trabalhadoras – crianças e adolescentes - povoavam o mundo do trabalho têxtil. As condições de trabalho dessas meninas eram difíceis, realizavam duras tarefas, enfrentando longas jornadas de trabalho.

⁴⁵ Maria José Freire Trigueiro, 57 anos, natural de Soledade-PB. É filha de Maria Souza Araújo e irmã de Neli Freire dos Santos. Concluiu apenas o antigo Ensino Primário, divorciada, três filhos. Trabalhou na CIMA e ITCG no decorrer da década de 1960.

⁴⁶ *Espuladeira* é o mesmo que *Enrolador de fios*. *Conicaleira* é uma máquina onde se coloca os cones onde os fios vão ser enrolados.

O seu relato coloca mais uma vez em pauta um aspecto difícil do mundo do trabalho, o trabalho infantil, afinal quando ela trabalhou na CIMA tinha apenas onze anos e treze quando trabalhou na ITCG.⁴⁷

Desde meados dos anos 1920 que o trabalho infantil como operário nas fábricas não era permitido, apenas para maiores de 14 anos.⁴⁸ Contudo, a idade não era um empecilho às contratações de crianças menores de 14 anos, pois os pais alteravam o registro dos filhos e muitas vezes a própria fábrica fazia essa alteração. As leis referentes ao trabalho infantil não eram executadas devidamente.

Ela diz que quando chegava uma operária novata, as que tinham mais experiência iam ensinando. E todas as entrevistadas disseram o mesmo. D. Maria José também nos conta que sempre teve sua CTPS assinada, era de cor verde, para menores de idade.

E prossegue dizendo que as fábricas não forneciam nenhum benefício, além do salário. “Eu acho que era menos que o salário mínimo de hoje. Não dava pra comprar nada pra mim, era pra dar a minha mãe”. As condições de trabalho nas fábricas têxteis se apresentavam intoleráveis até para um trabalhador adulto, quanto mais para uma criança, como no caso dessa trabalhadora.

Os acidentes de trabalho eram comuns no espaço de trabalho fabril dos séculos XIX e XX, eram claros indicadores da má qualificação e das más condições de trabalho. Mutilações e doenças eram frequentes, especialmente nas crianças e adolescentes, mais suscetíveis a essas ocorrências.

O período da infância de D. Maria José está permeado de lembranças, mas não apenas de lembranças lúdicas como outra criança comum, como também de lembranças do trabalho mecânico, lembranças de cansaço, barulho ensurdecidor de máquinas, do duro trabalho desempenhado todos os dias.

Percebemos que não era uma tarefa fácil para essa criança permanecer trabalhando na CIMA, mas ela nos fala que teve ajuda e que ia para o trabalho com sua vizinha que também trabalhava lá e que conseguiu a vaga para ela. Ela nos disse ainda que uma senhora que morava em frente à CIMA a ajudava dando-lhe

⁴⁷ No auge do Estado Novo, em 1943, foi criada a CLT que definiu as características básicas do sistema legal e oficial de relações de trabalho. A CLT apenas reuniu a legislação esparsa trabalhista já existente na época, consolidando-a. Nas décadas de 50 e 60 decretos e medidas legais foram acrescentando e adequando a legislação. Na década de 1960, os trabalhadores brasileiros conquistaram alguns importantes direitos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em 12/10/2014

⁴⁸ De acordo com a Lei Federal, decreto nº 5083 de 01 de dezembro de 1926.

comida. Para a sobrevivência nesse mundo do trabalho, as mulheres teciam redes de solidariedade.

Tinha uma mulher que morava em frente da fábrica que me ajudava muito, me dava comida. Todo mundo me respeitava muito, existia muito respeito, lá eu era tratada como uma filha, não era só eu tinha muita menina menor de idade, adolescente, jovens, que trabalhavam lá também. Todo mundo se ajudava, ensinava. Uma vez eu tive que limpar a máquina, pra fazer isso tinha subir uma escadinha, quando eu fui subir caí em cima de um ferro que furou minha virilha. Me levaram pro hospital, levei pontos, e naquele tempo não podia nem ficar em casa porque não tinha nem atestado. Não foi coisa muito grave, eles me levavam para o hospital, para fazer os curativos (Maria José Freire Trigueiro, 2014, grifo nosso).

Na segunda parte do relato que mostramos acima, D. Maria José diz que não ouviu falar de acidentes de trabalho com operários na CIMA no período em que trabalhou lá. Relata-nos a ocorrência de um grave acidente de trabalho com ela naquele espaço de trabalho. Ela aparentemente não percebe a gravidade dessa ocorrência, segurança no trabalho não era uma preocupação dos industriais da época, apesar de já existir várias regulamentações a esse respeito no Brasil.⁴⁹

Imaginamos como essa criança se relacionava com seus chefes na fábrica “Tinha o encarregado era seu Anchieta e o outro não me lembro, eles tinham o maior cuidado com a gente. Era uma vida era muito difícil, era difícil até pra ir ao banheiro, só tínhamos quinze minutos para o lanche”. Ela relata que só ia ao banheiro quando dava pra desligar a máquina e não podia demorar. “Quando a gente demorava, eles batiam na porta, porque tá demorando? Era muita pressão, muito estresse”, conclui.

Quanto à sua experiência na ITCG nos diz: “Saí da CIMA depois de dois anos que estava lá e fui trabalhar na *Têxtil*, a carteira era assinada, o salário era parecido, eu já estava acostumada, eu gostei de lá, nesse tempo eu já estava com treze anos”.

Ela nos fala sobre as relações com os colegas na ITCG: “Tinha muitas amizades lá, principalmente Dinha e Rubenita. Dinha cuidava muito de mim e

⁴⁹ A história da segurança do trabalho no Brasil demonstra que sempre houve certa preocupação com a proteção ao trabalho. Em 15/01/1919 foi criada a Lei nº 3724, a primeira lei brasileira sobre acidentes de trabalho. Em 10/11/1944 o decreto-lei nº 7036 promoveu a reforma da Lei de acidentes de trabalho. Este decreto-lei em seu artigo 82 criou as CIPA's. Em 30/12/60, a portaria 319 regulamentou o uso dos EPI's. Em 09/04/1986, a lei 9235 regulamentou a categoria de Técnico de Segurança do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em 12/10/2014

Rubenita ficava com ciúme, tinha uma contenda entre elas duas por causa disso. Eu era mais nova e elas já eram adultas”. Como podemos ver, nem sempre as relações entre os colegas da fábrica eram cordiais, havendo ciúmes, conflitos, disputas. D. Maria José nos conta como se dava o seu deslocamento para a fábrica ITCG:

A gente vinha pra casa só, depois meu irmão começou a trabalhar lá, aí ele vinha com a gente. Quando a gente saía até nove da noite, dava pra pegar o ônibus. Pegava em frente da Têxtil e descia na Prata e de lá para o Centenário a gente ia a pé. Durante o dia a gente ia a pé mesmo pelo Pedregal, naquele tempo não tinha casa, era só mato. Mas naquele tempo não era perigoso como hoje não. *Houve um acidente quando a gente saiu da Têxtil umas nove horas da noite, o ônibus estava muito cheio, minhas colegas subiram e eu não queria ficar. Depois que eu subi, elas desceram e disseram: [Desce que tá muito cheio], aí não deu tempo eu descer, o ônibus saiu e eu caí. Ainda fiquei uns dias sem memória, fui internada, depois a memória foi voltando* (Maria José Freire Trigueiro, 2014).

Na segunda parte deste relato, ela nos diz que sofreu outro acidente quando voltava da ITCG para casa. Essa menina de treze anos sofreu em virtude da queda do ônibus, um traumatismo craniano e como consequência passou vários dias sem memória, teve amnésia temporária. Grandes problemas foram enfrentados por essa criança no mundo do trabalho têxtil, não nos admira ela não gostar de falar deste momento de sua vida.

Houve um incidente muito constrangedor comigo na Indústria Têxtil, eu fiquei menstruada pela primeira vez lá na fábrica, aí todo mundo ficou sabendo. Eu fiquei morrendo de vergonha, jogaram uma casca de goiaba no chão e o rapaz que limpava o setor pensou que era um absorvente e foi me entregar ao chefe dizendo que eu tinha jogado um absorvente no chão, foi a única vez que eu fiquei brava, fiquei muito brava nesse dia, fui discutir com ele (Maria José Freire Trigueiro, 2014).

D. Maria José nos relata ainda que essa experiência vivenciada por ela dentro da ITCG foi extremamente constrangedora. A *menarca* - primeira menstruação de uma mulher - é um fenômeno natural que geralmente ocorre entre dez e quinze anos de idade. Apesar de ser um acontecimento banal hoje em dia, para uma menina que vivia na década de 1960 não era uma experiência fácil, e para ela foi muito mais difícil, pois ocorreu num momento em que ela estava trabalhando.

Esse momento íntimo e especial de sua vida tornou-se público e alvo de comentários por parte dos colegas. Nesse ambiente de trabalho fabril onde essa adolescente esta inserida, podemos detectar esse incidente como uma ameaça ao

equilíbrio emocional dessa trabalhadora. Acontecimento aparentemente inofensivo que lhe trouxe angústia e possivelmente outros danos psíquicos.

No decorrer do seu relato, fomos compreendendo porque ela diz que essas lembranças são dolorosas a ponto de evitar falar nesse assunto. Foi um momento de sua infância permeado de intensa dor, intenso esforço, uma enorme responsabilidade que lhe foi atribuída, ainda uma criança.

D. Maria José nos relata que pediu demissão da ITCG para trabalhar na empresa *São Braz*⁵⁰. “Era um trabalho melhor, o ambiente era melhor, mais limpo, sair da Têxtil para o *São Braz* era como sair do inferno e entrar no céu”. A citação acima nos chamou especialmente a atenção, nos impacta profundamente a comparação do trabalho diário na fábrica com o *inferno*, tido como o lugar que representa o que existe de pior, lugar de castigo, lugar de sofrimento.

Indagamo-la acerca dessa declaração, ela ficou surpresa com minha pergunta como se sua afirmação fosse muito clara, como se eu estivesse perguntando o óbvio e explica:

Tanto a Marques de Almeida quanto a *Têxtil* tinham muita poeira, trabalhando com algodão, era muita poeira mesmo, muito pó, mas o pior era o barulho das máquinas, nenhum ser humano aguentava aquilo, era um verdadeiro inferno. A gente não tinha aqueles equipamentos que as pessoas usam pra trabalhar hoje em dia. Não usava nada, nem máscara, nem óculos de proteção, nem aquilo que as pessoas colocam nos ouvidos, nada. Trabalhava no barulho e na poeira mesmo. A Marques de Almeida e a Têxtil eram do modelo antigo, sabe? As máquinas eram antigas, eram ultrapassadas, a *São Braz* era uma fábrica mais moderna, as máquinas eram modernas, tudo era mais organizado, muito melhor de trabalhar, tratavam melhor os empregados, todo mundo queria trabalhar lá (Maria José Freire Trigueiro, 2014).

Prossegue falando sobre as fábricas nas quais trabalhou, tentando explicar porque havia saído do ramo têxtil. O intenso barulho era uma característica do ambiente fabril têxtil. O barulho das máquinas podia causar surdez no operário, além disso, se constituía num risco muito maior para as mulheres, pois o barulho provoca o aumento da adrenalina, o que pode provocar a ocorrência de infarto.⁵¹

⁵⁰ Começou como uma pequena empresa de torrefação e moagem de café. No ano de 1938, a fábrica do Sr. José Carlos da Silva adquiriu a marca do café São Braz. Produzia Vitamilho, colorífico, arroz e coador de papel. Desde 1979, construiu sua empresa em Cabedelo-PB devido à estrutura portuária da cidade. As instalações atuais que produzem o *Vitamilho* pertencem ao Grupo ASA de Pernambuco.

⁵¹ Disponível em: <http://www.ceset.com.br>. Acesso em 10/03/2014.

Para essa operária que necessitava trabalhar para sobreviver, a saída para um cotidiano do trabalho mais aceitável foi sua saída do ramo têxtil para a entrada numa fábrica considerada mais moderna para os padrões da época.

Outro relato foi o de D. Catarina,⁵² começou a trabalhar com vinte anos de idade, mais ou menos, ela não lembra com exatidão e não possui mais sua CTPS. Trabalhou oito meses na CPBPA e dois anos e onze meses na SANBRA, é tia de D. Iza.

D. Catarina antes de trabalhar em fábricas têxteis teve uma experiência anterior de trabalho fora de casa. Começou no trabalho braçal com oito anos de idade para ajudar seus pais. Quando sua família veio morar em Campina Grande morava no bairro São José “A gente morava nesse lugar, mas a casa era tão pequenininha, de taipa, a gente batia a cabeça no teto”.

Ela nos conta que “Eu fui trabalhar num moinho de café chamado *Tigre*, trabalhava lá eu e meu irmão que foi embora pra Brasília. Passei oito meses no Moinho Tigre, eu embalava café, embalava colorau”. Quando indagada porque foi trabalhar nas fábricas, D. Catarina nos revela que “Eu não tinha jeito de ser doméstica, então só restava ser operária”. Essa afirmação nos mostra, talvez, que para uma jovem analfabeta só restavam estas duas opções no mercado de trabalho naquele momento.

Ela nos afirmou que trabalhava apenas para suprir suas necessidades, seu pai não permitia que ajudasse nas despesas da casa, seu dinheiro era para suas despesas pessoais. A CPBPA era uma fábrica de beneficiamento e prensagem de algodão localizada às margens do *Açude Velho* na antiga Estação Velha.

Nessa fábrica, ela trabalhou apenas oito meses na década de 60, não lembra o ano, ela diz que se tratava de uma fábrica de tecelagem, de beneficiamento de algodão. Vejamos seu relato sobre suas experiências e vivências nesta fábrica.

A gente colecionava⁵³ o algodão, tinha o algodão de primeira, de segunda e de terceira. *O de primeira* era o algodão melhor. Tinha muita gente fazendo isso, separava, botava pra lá, o algodão ia pras máquinas pra se soltar, depois ia pra outro salão pra esticar o algodão. O algodão chamava pasta, quando ele vinha da prensa, ele vinha parecendo uma roupa dobrada, aí a gente colecionava pra ele ir pra outro canto pra ir pra tecelagem sem cisco,

⁵² Catarina Pereira da Silva, 88 anos, natural de Taquaritinga do Norte-PE. Não possui nenhuma escolaridade, nunca casou, não tem filhos. É tia de Iza Martins Ramos. Trabalhou na CPBPA e SANBRA na década de 1960.

⁵³ Quando D. Catarina diz colecionar, quer dizer classificar, separar o algodão pelo critério de qualidade.

sem nó, descarçado e limpinho. Quem descarçava o algodão eram as máquinas e os caroços eram ração pra vender pros armazéns, pra gado, pra bode e pra fazer óleo na SANBRA. Eu não gostava da Companhia Comércio, só trabalhava porque precisava. As pessoas que trabalhavam lá eram ruins, os apontadores eram pessoas ruins. O almoço a gente levava de casa na vasilha, com um pano amarrado em cima. O trabalho era em pé, lá ninguém trabalhava sentada não. Era cansativo, o algodão era pesado, aquele algodão era pra ir pras tecelagens pra fazer roupa. Na Companhia Comércio a gente se dava bem, tinha umas colegas que *chalerava*⁵⁴ o apontador. Eu não *chalerava* ninguém (Catarina Pereira da Silva, 2014).⁵⁵

Ela se refere à CPBPA como *Companhia e Comércio*, prossegue explicando que “A gente entrava sete da manhã, largava cinco da tarde, trincava o cartão e entrava”. Relata-nos que “Com dois meses assinaram meu documento. Lá só trabalhava mulheres de quinze anos acima”.

Ela nos fala sobre seu salário nessa fábrica. “Naquele tempo ganhava pouco, mas dava pra comprar minhas coisinhas que eu gostava”. D. Catarina nos disse que este espaço de trabalho lhe trazia más lembranças e que não gostou de trabalhar lá.

Ela fala que não gostava da forma como as pessoas que trabalhavam na CPBPA a tratavam e que o trabalho era muito duro, muitas horas em pé, muito cansativo, difícil de suportar. Percebemos que ela sentia falta de um tratamento digno, de um trabalho decente.

A fábrica - na pessoa de gerentes, encarregados e contramestres - buscava ter um maior rendimento do serviço do operariado da época, o qual geralmente era desqualificado e tratado com desleixo. O objetivo era acelerar o processo produtivo, ou seja, produzir mais em menos tempo e com qualidade.

A jornada de trabalho era controlada, supervisionada, não poderia haver interrupções, o trabalhador só podia parar para descansar, quando fosse permitido. O ritmo lento de trabalho e a *vadiação* eram inimigas da produção e eram duramente combatidos.

⁵⁴ Chaleirar é um termo regional que significa agradecer visando proveito próprio, adular, bajular.

⁵⁵ Vejamos um parecer técnico sobre o que D. Catarina tenta nos explicar. Depois de colhido, o algodão em caroço é destinado ao primeiro beneficiamento. Neste processo, o algodão em caroço que vai para a fábrica de tecidos sofre a separação do caroço, do línter e da fibra, que se constituem em subprodutos, onde o caroço é encaminhado à indústria para a extração do óleo e para a produção da torta de algodão. A pluma passa por um processo de limpeza, onde são retiradas as impurezas que vieram da lavoura, essa ação de limpeza é essencial para a qualidade da matéria prima. Depois é classificado visualmente quanto ao tipo, guardados em fardos e identificados por meio de uma numeração sequencial e por peso. Após esse processo, os fardos de algodão em pluma seguem para a etapa de fiação. Ver ASSAD, Filipe Tonet. (et al.). **Processamento do algodão para a produção têxtil**. IV Encontro de Engenharia de Produção Agroindustrial. FECILCAM – Campo Mourão, PR, novembro de 2010.

Ela nos conta que fez um acordo com os chefes para sair da CPBPA, seu pai que trabalhava como vigilante na SANBRA conseguiu emprego para ela e seu irmão. D. Catarina permaneceu nesta fábrica dois anos e onze meses.

*Meu pai me colocou lá, colocou Valdomiro meu irmão e um rapaz que morava aqui com a gente, pai entrou de vigia e foi chamando todo mundo. Ele trabalhou 19 anos na SANBRA. As firmas hoje não querem colocar dois irmãos, meu pai se aposentou lá, o patrão dele era Sr. Dias, ele gostava muito de lá. Era uma empresa alemã, o trem passava dentro da SANBRA, carregava lá dentro, ainda hoje tem a linha antiga, os trilhos. Lá na SANBRA eu trabalhava na prensa, tinha o batimento (agave bruto), pegava de duas da tarde até meia noite. Outra turma pegava de meia noite as seis da manhã. Pai disse: não, filha minha não trabalha de noite não. *Trabalho de noite é pra homem, não é pra mulher.* Nunca trabalhei de noite, só trabalhei de sete às cinco, porque eu não queria de noite. Entrava sete da manhã, largava cinco da tarde, trincava o cartão e entrava. Na prensa o agave já vinha colecionado, feito as bonecas todas amarradas, tudo em ordem, aí a gente via se tinha alguma falha naquela boneca, tinha que tirar algum nó pra colocar na prensa. A velocidade da máquina é tão grande que a gente pensa que ela tava parada. A máquina que eu trabalhava era como daqui lá na porta (ela aponta para a porta de entrada, distante de nós uns cinco ou seis metros). A SANBRA não dava almoço não. Tinha na frente da fábrica uma carreira de barracas pra gente comprar lanche, pedia ao segurança da porta, tirava o cartão, saía, lanchava e quando voltava, trincava o cartão de novo. O trabalho em toda fábrica era em pé, lá ninguém trabalhava sentada não. Só em pé, andando, só sentava de onze horas, na hora de almoçar, mas depois eles deixavam *a gente dormir nos paióis de agave.* Tinha todo tipo de mulher trabalhando lá, mulher como *formiga.* O relacionamento na SANBRA era bom, todo mundo se dava bem, tinha uma moça chamada Olívia, ela está no Rio de Janeiro, ela morava nessa rua, a gente era muito unida, a irmã dela era costureira da gente tudinho. Na SANBRA era um povo excelente, tanto os chefes como as mulheres que tomavam conta das mulheres, as supervisoras, a gente dormia de onze e meia quando almoçava até uma da tarde nos lotes de agave, era proibido visitar as seções dos outros. Cada um na sua, o pessoal era muito bom pra os funcionários. Tinha seu Zé Reis, tinha Seu Jeremias, cada um era o chefe de uma seção, o do agave era um, do algodão era outro e assim por diante. *A SANBRA era uma maravilha de firma,* só foi a firma que prestou em Campina grande (Catarina Pereira da Silva, 2014, grifos nossos).*

Ela compara as condições de trabalho com a fábrica anterior, a CPBPA e conclui que a SANBRA era quem oferecia as melhores condições de trabalho. Naquela época, era muito comum várias pessoas de uma mesma família trabalharem juntos na mesma fábrica.

Prossegue nos falando sobre sua função na SANBRA, sobre os horários e condições de trabalho na fábrica. A divisão sexual do trabalho é um fator presente na história de homens e mulheres. Havia *trabalho de homem e trabalho de mulher.*⁵⁶

⁵⁶ Ver PERROT, Michelle. **Os excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Porque os homens trabalhavam à noite e as mulheres não? Nossa entrevistada relata que seu pai não permitia que ela trabalhasse à noite. Seu pai dizia que trabalhar à noite era para homens, não para mulheres. Na década de 1960, trabalho noturno era considerado impróprio para uma mulher *honest*a.

D. Catarina comparava com a CPBPA – a única referência que possuía e que era uma fábrica que seguia moldes antigos - e se encantava com a SANBRA, sendo grata pelo simples fato de darem permissão para as operárias dormirem em cima dos fardos de agave no horário do almoço.

Ela nos diz que “Na SANBRA tinha muitas mulheres trabalhando, tinha mulher como *formiga*”. Sua afirmação nos leva a pensar sobre a contratação de mão-de-obra feminina, muito comum no setor têxtil. Apesar de não ser exclusiva, havia preferência pela mão de obra feminina para o trabalho com fios.

Como se explicaria essa preferência, talvez a maior delicadeza para trabalhos manuais ou salários mais baixos? A lógica da fábrica não estava em entender as necessidades do trabalhador, e sim em satisfazer as necessidades da produção. A realidade é que as fábricas economizavam contratando mão-de-obra infantil e feminina, por ser geralmente, dócil e rentável.

Michelle Perrot inicia sua obra *Minha história das mulheres* com a expressão “uma história ‘sem as mulheres’ parece impossível”. A participação feminina no mercado de trabalho ocorreu bem cedo, mas nas décadas de 1960-1980 do século XX, atingiram proporções elevadas. Segundo Perrot (2012, p. 119),

Foi a industrialização que colocou a questão do trabalho das mulheres. A manufatura, a fábrica, eram uma mudança perturbadora, mais aguda para elas do que para seus companheiros. Como conciliar o trabalho doméstico, sua tarefa mais importante, com as longas horas na fábrica?

Falemos um pouco sobre a inserção da mulher na grande indústria. O algodão foi um dos componentes que deram impulso ao capitalismo industrial baseada numa nova forma de produção, a fábrica.

D. Catarina acrescenta suas impressões sobre o relacionamento com os chefes na SANBRA e não economiza nos elogios a essa fábrica. Na SANBRA, ela relata que gostava muito das pessoas, dos chefes, supervisoras, da forma como as operárias eram tratadas.

Essa declaração de D. Catarina talvez venha sugerir que a SANBRA era uma fábrica que estava mais de acordo com os moldes modernos para a época, com

máquinas mais modernas, dispensando um tratamento mais digno aos operários.

D. Catarina nos conta: “Eu ouvia falar na Marques de Almeida, mas nunca foi do meu gosto trabalhar lá, nem no Cotonifício Campinense, eu escolhia onde trabalhar, eu só trabalhava no canto que eu gostava”.

Será que no mundo do trabalho têxtil em Campina Grande da década de 60, havia essa facilidade de transitar de uma fábrica têxtil para outra? Havia mesmo essa liberdade de escolher em qual fábrica trabalhar? D. Catarina nos fala sobre a atuação do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Têxtil.

Tinha sindicato, a gente tinha umas carteiras que eram tiradas no SESI, umas carteiras marronzinhas, aí tinha uns cartõezinhos, pra gente ir pro dentista, pra gente ir pra se consultar no Hospital Pedro I, por conta deles. Quando a gente estava doente, a gente tirava licença de cinco, oito dias recebendo o mesmo dinheiro (Catarina Pereira da Silva, 2014).

Através do *Diário da Borborema* podemos perceber a atuação do *Sindicato da Indústria de Extração de Fibras Vegetais e Descaroçamento de Algodão de Campina Grande* e do *Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem do Estado da Paraíba*.

Ambos se valeram da veiculação de notas nesse jornal para a convocação dos associados para o comparecimento às assembleias que iriam ocorrer, publicizando assim, estes atos.

As duas notas – expostas na página seguinte - foram veiculadas no *Diário da Borborema* e foram redigidas em 15 de junho de 1960, sendo publicadas em 16 de junho do mesmo ano. Ambas evidenciam editais de convocação dos associados para *Assembleia Geral Ordinária*, onde se procederia à discussão e aprovação dos documentos referentes à Previsão Orçamentária para o ano de 1961.

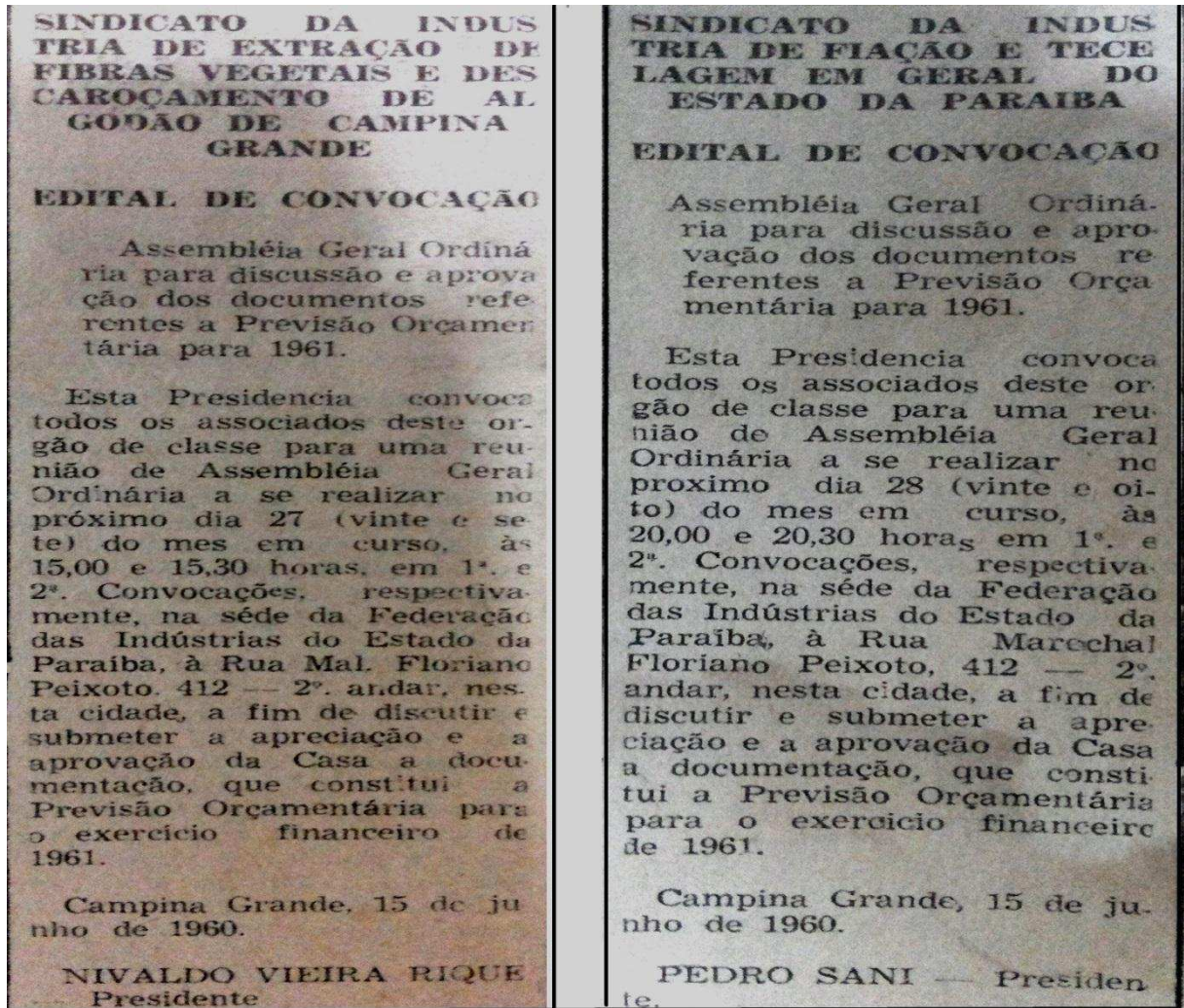


Figura 08: Diário da Borborema – 16 de junho de 1960. Acervo pessoal de Manoel Venâncio da Silva.

As mulheres trabalhadoras relatam que eram associadas ao Sindicato, mas nunca tiveram conhecimento e nem participaram de assembleias para tomada de decisões relativas à categoria.

D. Catarina relata ainda que na SANBRA eles forneciam a farda aos operários, eram duas fardas de cor verde, tinha um boné, não era necessário pagar. Acrescenta “Tinha um negócio pra colocar no nariz pra não engolir poeira”. Essa fala nos remete à questão da segurança no trabalho e aos equipamentos de proteção necessários para a segurança do trabalhador, no caso, as operárias, os chamados EPI’s.

Considera-se EPI’s todo dispositivo de uso individual destinado a preservar e proteger essa integridade física do trabalhador. O uso de EPI’s é uma exigência da legislação trabalhista brasileira e o seu cumprimento poderá acarretar processos, além de multas aos infratores.

Na década de 1960 já existia legislação que regulamentava o uso dos EPI's.⁵⁷

D. Catarina não se lembra de acidentes de trabalho na CPBPA, mas diz que na SANBRA acontecia com grande frequência.

Nunca me acidentei em canto nenhum. Na SANBRA, *de vez em quando no batedor, a máquina engolia o braço de uma*, quem trabalha nesse negócio não pode beber, eles bebiam e vinham trabalhar. Quando seu Zé Reis notava, mandava trincar o cartão e ir embora pra casa, mas às vezes ele não notava. Precisava bater o agave bruto do jeito que ele vinha do sítio, tinha homens e mulheres no batedor, *acontecia acidentes tanto com homens como mulheres*. Tinha mulher que bebia e ia trabalhar, tinha mulher que passava a noite no forró dançando e ia trabalhar, aí ficava trabalhando dormindo, aí acontecia. Eu acho que era por isso. Quando a gente saía, eu e Olívia, voltávamos oito da noite pra no outro dia *amanhecer no pé da conversa* (Catarina Pereira da Silva, 2014).⁵⁸

Nos relatos das nossas entrevistadas identificamos a ocorrência de muitos acidentes com homens, apenas D. Catarina refere acidentes de trabalho frequentes com mulheres e isso somente na SANBRA. Ela aponta como possível causa dos acidentes o alcoolismo, as festas, o cansaço de noites mal dormidas.

Essa fala de D. Catarina traz à tona outro problema, o alcoolismo no trabalho, um desafio enfrentado por empresas e seus funcionários dependentes. O alcoolismo, segundo nossa entrevistada, seria o fator principal que causava muitos acidentes de trabalho na SANBRA, relata que tanto homens quanto mulheres saíam à noite, dançavam, bebiam e no outro dia estavam sonolentos e cansados, ficando mais predispostos a sofrerem acidentes.

A OMS considera o alcoolismo uma doença que não tem cura, mas controle. Encontra-se em quarto lugar na lista das doenças que mais incapacitam os trabalhadores. Pode ser favorecida pela atividade profissional, principalmente quando se trata de profissões monótonas e repetitivas. Nesse caso o álcool passa a ser usado como recurso para gerar euforia e prazer. Atividades que causam afastamento prolongado do lar também podem ajudar no desenvolvimento de dependência.⁵⁹

A atividade desempenhada pelos operários na operação das máquinas exigia a atenção constante. O alcoolismo poderia ser um facilitador, mas não era apenas

⁵⁷ Disponível em: http://www.ceset.com.br/dbf/ler/NRR_41.pdf Acesso em 10/09/2014.

⁵⁸ *Amanhecer no pé da conversa* para D. Catarina, significava estar bem disposta para assumir mais um dia de trabalho na fábrica.

⁵⁹ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/10_cd_al.pdf

esse, havia inúmeros riscos no mundo do trabalho fabril têxtil e na década de sessenta.

O ritmo da linha de montagem era acelerado de acordo com as conveniências da produção e os operários obrigados a trabalhar com muita rapidez. A rapidez forçada e o cansaço decorrente das horas de trabalho em pé, muitas vezes constrangidos a fazer horas extras causavam freqüentes acidentes.

Na década de 60, mesmo que existissem leis e normas regulamentares sobre a segurança do operário, não eram levadas a sério, haja vista a ineficiência da fiscalização quanto ao seu cumprimento.

O perigo no ambiente laboral se constituiu numa realidade do cotidiano das fábricas têxteis em Campina Grande. Cada jornada tinha seus riscos que colocava em perigo a integridade física e emocional dos operários.

De acordo com seus relatos, os operários de fábricas estavam submetidos a muitos riscos diariamente em suas jornadas de trabalho. Todo trabalhador tem direito a dispositivos que preservem sua integridade física. Conforme o MT, os perigos no ambiente laboral podem ser classificados em cinco tipos, como podemos observar no quadro exposto na página seguinte.

RISCOS E SEUS AGENTES	
1. Risco de acidente	
	Qualquer fator que coloque o trabalhador em situação vulnerável e possa afetar sua integridade e seu bem-estar físico e psíquico. São exemplos de risco de acidente: as máquinas e equipamentos sem proteção, probabilidade de incêndio e explosão, arranjo físico inadequado, armazenamento inadequado etc.
2. Risco ergonômico	
	Qualquer fator que possa interferir nas características psicofisiológicas do trabalhador, causando desconforto ou afetando sua saúde. São exemplos de risco ergonômico: levantamento de peso, ritmo de trabalho excessivo, monotonia, repetitividade, postura inadequada etc.
3. Risco físico	
	Consideram-se agentes de risco físico as diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como: ruído, calor, frio, pressão, umidade, radiações ionizantes e não ionizantes, vibração etc.
4. Risco químico	
	Consideram-se agentes de risco químico as substâncias, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo do trabalhador pela via respiratória, na forma de poeira, fumos, gases, neblinas, névoas ou vapores, ou que sejam, pela natureza da atividade, de exposição, possa ter contato com o organismo ou ser absorvidos por ele através da pele ou por ingestão.
5. Risco biológico	
	Consideram-se agentes de risco biológico as bactérias, vírus, fungos, parasitas etc.

Figura 09: Quadro demonstrativo dos riscos e seus agentes. Disponível em: http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/lab_virtual/tipos_de_riscos.html. Acesso: 14/04/2014.

A terceira operária que trabalhou nos idos de 1960 foi D. Maria do Carmo.⁶⁰ Na CPBPA exerceu as funções de operária, onde fazia um pouco de tudo e depois passou a ser auxiliar de escritório. Começou a trabalhar bem cedo para ajudar sua família, tinha oito irmãos e antes de trabalhar na fábrica, fazia sapatinhos de tricô, embalava e vendia na Feira Central para ajudar seus pais. Um dos meus irmãos vendia leite para ajudar nas despesas. Prossegue lembrando:

Quando eu completei quinze anos saí à procura de trabalho. Eu tinha quinze anos, aí só entrava na fábrica com dezesseis anos. Minha mãe foi em Lagoa de Roça e conseguiu mudar meu registro para dezesseis. Consegui entrar na Companhia e Comércio, eu fazia a feira lá de casa com meu trabalho. Depois meu pai conseguiu um emprego de vigilante na CHESF, depois passou a ser operador. Aí ficou melhor pra mim, pois não precisava mais fazer a feira e meu dinheiro agora era pra comprar roupas e sapatos para mim e para minhas irmãs, tudo que comprava para mim comprava para elas também. Ainda me lembro da farda que a gente usava lá, era calça comprida *jeans* e blusa de cor bonina, era a cor *pink* de hoje, de gola e manguinhas (Maria do Carmo Silva, 2014).

No momento por nós estudado, o espaço ocupado por meninas nos mundos do trabalho em Campina Grande não estava restrito ao âmbito doméstico. Encontramo-las exercendo atividades laborais em fábricas de beneficiamento, fiação e tecelagem.

Assim como a mãe de D. Maria do Carmo, os pais, muitas vezes alteravam os registros de nascimento dos filhos, aumentando a idade para dezesseis anos, pois só dessa forma poderiam se empregar nas fábricas e assim auxiliar nas despesas de casa. Os cartórios geralmente faziam essa alteração, como também a própria administração das fábricas normalmente tinha essa prática para burlar as leis trabalhistas da época.

Ela ainda nos relata sua dificuldade em adaptar-se ao ambiente de trabalho fabril. O ambiente de trabalho dessas pequenas trabalhadoras não era dos mais saudáveis, sendo submetidas a condições de trabalho precárias. Imaginamos essas meninas ainda de corpos franzinos ao lado de mulheres adultas.

⁶⁰ Maria do Carmo Silva, 73 anos, natural de São Sebastião de Lagoa de Roça-PB. Casada, quatro filhos, concluiu o Exame de Admissão e fez cursos no SENAI e SESI. Trabalhou na CPBPA na década de 1960.

No decorrer da nossa pesquisa nos deparamos com uma força de trabalho composta por meninas e adolescentes. Essas meninas exerciam atividades que nos parecem incompatíveis com seu sexo e idade.

Eu era muito nova, ficava ouvindo palavras desagradáveis, de baixo calão. Para as mulheres que trabalhavam lá falar assim era normal, *eu chorava muito*. No setor que eu trabalhava só tinha mulheres. Elas não faziam por mal, era brincadeira delas, elas não eram pessoas más. *Elas perceberam que eu não gostava, aí é que elas faziam de propósito pra eu ficar nervosa*. Eu saía antes das seis da manhã pra chegar na fábrica sem atraso, eu ia à pé sozinha ou às vezes encontrava outras pessoas que também trabalhavam lá. Na fábrica tinha cinco turmas. Uma pegava de seis às dez, outra de dez às catorze, outra de catorze às dezoito, e por último, outra de dezoito às vinte e uma horas. Esses horários eram para os outros operários, como eu ficava na balança, pegava de seis da manhã, levava meu almoço e ficava direto até às seis da noite, direto. Meu trabalho na fábrica era pesando fardos de agave. O rapaz pegava os fardos de agave e colocava na balança. Eu pesava, anotava o peso e colocava a qualidade do agave. O baixo padrão era o agave ruim, o 7 era o intermediário, o 9 era a bucha do agave e o 3 era o melhor agave. Eu fazia o relatório de todos os fardos e levava para o escritório, depois que terminava o expediente entregava para o pessoal do escritório e eles anotavam num livro. Na fábrica tinha algodão também, à noite eu fazia hora extra no setor de algodão para ganhar mais. Meu trabalho era pegar o algodão e colocar numa espécie de balança que dizia o tipo de algodão, a qualidade. Tinha dois tipos de algodão: o bom e o ruim, essa máquina fazia essa classificação (Maria do Carmo Silva, 2014, grifos nossos).

D. Maria do Carmo nos conta que sofreu muito com as *brincadeiras* das colegas, e que se sentia mal com a forma como elas falavam, se expressavam no cotidiano do trabalho na fábrica. Ela disse que quando as colegas perceberam que ela não gostava, começaram a fazer de forma proposital.

No momento da nossa conversa, ela procura contemporizar a atitude das colegas, mas esse comportamento não é usual. O que levaria essas operárias a tratá-la dessa maneira? Apesar disso, ela afirma que era amiga de todas elas. “O relacionamento entre as operárias era bom, eu gostava muito delas. Sinto muitas saudades delas, foi uma fase muito importante da minha vida”.

Todas as operárias por nós entrevistadas nos falam que se davam bem com todo mundo, que eram amigas de todos, mas em meio aos seus relatos, notamos a presença de conflitos, de desarmonias. Na verdade, as coisas não funcionavam tão perfeitamente quanto elas queriam nos levar a acreditar.

Ela nos conta que sua CTPS era assinada como menor de idade, lembra ainda que era uma carteira de cor verde. No relato acima, nos deu detalhes do seu

trabalho na fábrica CPBPA, que lidava com agave e com algodão, ela nos diz que atrasos não eram tolerados e quem fazia isso era duramente repreendido.

Ela prossegue no seu relato adentrando a fábrica, agora nos falando sobre seu relacionamento com o gerente, com o dono e ainda sobre algumas especificidades desse espaço fabril.

A relação com o gerente, Sr. Argemiro, era muito boa. Já o dono eu conhecia de vista, cumprimentava, bom dia, essas coisas. A comunicação era com o gerente. Seu Argemiro começou a me observar e disse que eu fosse fazer um curso no SENAI para melhorar minha posição dentro da fábrica. Tinha uma classe no CAD, era curso pela indústria, não pagava nada, depois ele me colocou para trabalhar no escritório. Aí passei a ser auxiliar de escritório, eu somava numa máquina manual, ficava encarregada da balança e de fazer o relatório. Tinha umas coisas erradas que eles queriam que eu fizesse e eu aceitava, ficava calada para não perder meu emprego. Cada fardo tinha um pedaço de tecido, aquele tecido de saco de açúcar, onde era especificado a data, o lote e o tipo do algodão. Então mesmo que fosse um algodão inferior, eles colocavam em todos os fardos o tipo 3 que era o melhor algodão. Eles sempre faziam isso, eu sabia dessa mentira e não falava nada. Teve uma operária que não vou dizer o nome, ela teve um caso de amor com o gerente, eles tiveram uma filha. Essa moça que teve um caso com o gerente conseguiu uma função melhor, era revisora, ela via se a gente tinha feito o serviço certo. Eles se encontravam na casa de uma colega de trabalho, ela deixava os dois dormirem na sua casa, ter seus encontros amorosos. Depois fiz curso de corte e costura no SESI, queria comprar uma máquina de costura pra costurar minhas roupas e de minhas irmãs. Mas eu tinha medo de comprar à prestação, ser demitida da fábrica e não ter como terminar de pagar. Então eu perguntei ao dono, Sr. Isaías do Ó se eu podia fazer aquela compra, se ele garantia. Ele disse que eu podia comprar, que só ia sair de lá se fechasse a fábrica ou quando eu casasse. Na época que Jânio Quadros⁶¹ foi candidato à Presidência da República, o Sr. Isaías pediu para todos nós votarmos nele. Fizeram uma festinha na fábrica, veio um representante de Jânio Quadros e todo mundo ganhou um brochinho, era uma vassourinha e era pra todo mundo votar nele, e todo mundo votou. Ele pediu, a gente era tudo inocente, não sabia nada da vida, a gente obedeceu (Maria do Carmo Silva, 2014).

No relato acima podemos notar que havia certa mobilidade ascensional dentro da própria fábrica. Havia cursos de capacitação oferecidos pela SESI e SENAI que possibilitavam ao operário melhorar sua posição, como ocorreu com nossa entrevistada. Mas haveria outras formas de ascensão na fábrica?

Pensando um pouco acerca da relação dessa jovem operária com o gerente da fábrica, com o qual teve uma filha, será que houve favorecimento por parte do

⁶¹ Jânio da Silva Quadros foi Presidente do Brasil de 31.01.1961 a 25.08.1961, quando renunciou. Utilizou a vassoura como símbolo de sua campanha presidencial, queria moralizar o cenário político nacional e “varrer” a corrupção do país. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acervo/galeria-de-presidentes> Acesso em 06/03/2015.

gerente para com ela? Ela chegou a ser revisora, função desejada por todas as operárias, haja vista ser uma função melhor e mais bem remunerada.

Neste relato, podemos perceber ainda a falta de estabilidade no emprego em fábricas e como isso influenciava a vida de D. Maria do Carmo. A insegurança e o medo do desemprego eram constantes. A última parte do relato acima mostra o envolvimento da administração da CPBPA com a política da época.

Na fala de D. Maria do Carmo notamos o grande controle que os patrões tinham sobre seus empregados, seu trabalho e sua vida pessoal. Percebemos a utilização do poder patronal sobre o direito do voto dos operários. Há uma obrigatoriedade implícita em votar no candidato indicado pelo patrão para garantir o emprego na fábrica.

Ela ainda nos diz: “Os homens na fábrica trabalhavam no pesado, eles carregavam os carros, trabalhavam na máquina que puxava o agave, mais na parte da maquinaria e as mulheres na parte *leve*”. Ao que parece, havia divisão sexual do trabalho, o trabalho nas fábricas têxteis se caracterizou pela especialização da força de trabalho e de divisão sexuais do trabalho, cabendo às mulheres tarefas consideradas leves.⁶²

Aos homens cabiam as tarefas consideradas pesadas, perigosas e os postos de comando, cabendo às mulheres tarefas consideradas leves. Ela nos diz que tinha vergonha de ser vista pelas pessoas pegando grandes e pesados fardos de algodão. Ela nos conta sobre um acidente de trabalho que presenciou e afirmou que a CPBPA não fornecia equipamentos de proteção para garantir a segurança dos operários.

Uma vez um rapaz perdeu a cabeça do dedo numa máquina. Só lembro esse acidente, não lembro o nome dele. A fábrica era ventilada, as portas eram abertas com meia grade de madeira para entrar a ventilação. Não tinha nenhum equipamento de proteção, a gente colocava um lençinho no nariz por causa da poeira. Tinha muito barulho por causa das máquinas, era separado do nosso setor, mas mesmo assim o barulho era muito alto. A melhor parte dessa história era quando apitava meio dia para a gente ir para o almoço (Maria do Carmo Silva, 2014).

Por último, nos disse que o apito da fábrica ao meio dia para a pausa do almoço era aguardado ansiosamente. Nesse horário, todos estavam exaustos e

⁶² Ver PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2 Ed. – São Paulo: Contexto, 2012, p. 119 e LOBO, Elizabeth Souza. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

famintos e ouvir o apito tocar era um grande alívio, finalmente uma lembrança de um barulho agradável neste espaço de trabalho.

2.2 Do lado de dentro: Rosélia

Iremos conhecer agora algumas experiências que ocorreram na década de 1970 com D. Rosélia⁶³ quando ela trabalhou como *Auxiliar de conicaleira* na CIMA. Ela começou a trabalhar nessa fábrica no ano de 1976 e ficou na fábrica apenas um ano, ela nos diz:

Comecei a trabalhar na Marques de Almeida com 14 anos, ia fazer 15. Foi meu primeiro emprego. Eu tinha muito desejo de trabalhar, ajudar minha mãe, comprar minhas coisinhas, ter tudo direitinho. O horário era uma semana de dia e uma semana de noite, mas não era a noite toda, era de duas da tarde às dez da noite, quando eu trabalhava de dia era normal, de dez da manhã às duas da tarde, tinha um intervalo e ia até às sete da noite. Eu levava o almoço já pronto, fazia minhas refeições lá mesmo. Tomava café da manhã em casa e levava uma marmita para almoçar lá. Lá a gente não tinha tempo nem pra comer. Essas máquinas que eu enchia, não podiam ficar vazias, quando elas estavam na metade a gente já tinha que começar a separar os tubos, enchia, depois levava numa carroça, a carroça não era pesada não, aí levava e enchia a máquina (Rosélia Henrique dos Santos, 2014).

Ela nos conta que sua função era encher as máquinas, mas fazia um pouco de tudo. O supervisor colocava as operárias para aprender a função de cada um, para aprender outras coisas. Ela prossegue nos dizendo que nasceu e viveu seu período da infância e adolescência na Rua Manoel Porto, mas como seu pai trabalhava dia e noite na SANBRA, eles cederam uma casa para a família morar.

Ela descreve como uma pequena vila operária com quatro casas em frente da SANBRA. Essa operária nos conta sobre suas relações com colegas e chefes:

O relacionamento com os colegas era bom, não tinha inimizade com ninguém. Naquele tempo tu sabe que em *ambiente de fábrica* tem mulher mais *avoada*, mais *assanhada*, tem algumas que não dava pra ter amizade com essas. Tinha mais amizades com aquelas que eu gostava das conversas, eu só tinha quinze anos, era menor, não gostava de ficar ouvindo certas coisas. Na fábrica tinha muitas mulheres, tinha homens. Os homens trabalhavam separado, em outras seções, outros serviços. O relacionamento com o contramestre era bom. *O contramestre era como o*

⁶³ Rosélia Henrique dos Santos, 53 anos, natural de Campina Grande-PB. Casada, três filhos. Trabalhou na CIMA na década de 70.

supervisor de hoje, ele ficava olhando o tempo todo, vigiando, olhando quem conversava, quem trabalhava, quem ficava enrolando pra matar o tempo (Rosélia Henrique dos Santos, 2014, grifos nossos).

Esse *ambiente de fábrica* do qual ela fala ainda remete à concepção da fábrica como um ambiente inadequado para mulheres. As mulheres que trabalhavam em fábricas estavam em contato com muitos homens e por isso a operária era mal vista pelas pessoas?

Quando vamos refletir sobre o passado da mulher trabalhadora, notamos que o discurso enfatizado pela imprensa operária é aquele que apresenta a mulher trabalhadora como vítima “a fábrica é descrita como ‘antro da perdição’, ‘bordel’ ou ‘lupanar’, enquanto a trabalhadora é vista como uma figura totalmente passiva e indefesa” (RAGO, 2012, p. 585). Durante nossa investigação sobre as mulheres trabalhadoras de fábricas têxteis, pretendemos nomeá-las como populares, simples, não como vítimas.

No seu relato percebemos a atenta vigilância que era exercida sobre as operárias, que ficavam todo o tempo sob o olhar atento do contramestre. Sua função era evitar que o tempo fosse desperdiçado com conversas, o que poderia atrapalhar a produção.

D. Rosélia vinha com sua vizinha para casa, pois morava na mesma rua. “A gente saía da fábrica, ia a pé ali pela Getúlio Vargas e pegava o ônibus pra casa”. Ela nos diz: “Na Marques de Almeida a gente não tinha nenhum benefício, nunca ouvi falar de greves nem de sindicatos. Nunca ouvi falar de acidentes de trabalho”.

2.3 Do lado de dentro: Maria de Fátima, Maria Souza, Neli e Iza

As histórias dessas quatro mulheres trabalhadoras acima elencadas se passaram durante o decorrer da década de 1980. A primeira delas é D. Maria de Fátima,⁶⁴ Quando tinha dezenove anos, fez o Curso Técnico de Telefonista no SENAC e foi contratada para fazer um estágio como Telefonista na CIG-CC, onde passou três meses, isso na década de 1980.

D. Maria de Fátima diz que era solteira e morava com seus pais, seu pai assumia as despesas da casa. Foi trabalhar porque seus pais não tinham condições

⁶⁴ Maria de Fátima Silva Oliveira, 57 anos, natural de Arcoverde-PE. Casada, duas filhas, possui o antigo Ensino Primário incompleto. Trabalhou na CIG-CC na década de 1980.

financeiras suficientes para suprir todas as suas necessidades. Essa ex-operária nos relata suas memórias sobre esse ambiente fabril.

Eu entrava uma da tarde, a hora da saída geralmente era depois de seis porque eu fazia outros serviços, tinha pouca gente trabalhando lá, então eles me aproveitavam para fazer diversos serviços. Eu ia pro Banco, levava funcionário doente para o hospital, serviços que não estavam dentro do meu trabalho. Tinha muitas mulheres trabalhando lá, elas davam os turnos delas, muitas sofriam explorações devido ao horário, tinham que ficar o dia inteiro, outras não, saíam na hora, mas sempre tinha aquelas que eram mais exploradas. A empresa não dava nenhuma vantagem para funcionário, não recebia vale transporte, nem assistência saúde. A minha carteira de trabalho não era assinada, a minha nunca foi assinada, não sei se era porque eu era estagiária. Agora das outras meninas eu não tenho lembrança. As meninas eram muito gratas por trabalhar lá, elas não questionavam não, devido à necessidade na época, todo mundo era muito necessitado de trabalhar, então quando abria vaga pra mulher, que *naquela época não era muito fácil pra mulher*, então quando abria-se portas pra mulher trabalhar, a gente ficava muito feliz, porque ganhava pouco, mas ganhava né? Todo mundo tinha o seu salário, ou *explorando ou não, era bom porque tinha um dinheirinho*. Onde tem mulher, você sabe que a exploração é grande, e aí principalmente em fábrica. Questão de horário, questão de alimentação, essas coisa, a gente não tem, não é, deixa sempre a desejar, mas todas trabalhavam muito gratas porque tinham conseguido aquele trabalho, elas pareciam felizes, eu acredito que elas estavam felizes porque ganhavam alguma coisa (Maria de Fátima Silva Oliveira, 2013, grifos nossos).

Nossa entrevistada diz que foi contratada para exercer a função de Telefonista, mas na prática exercia diversas funções dentro da fábrica porque havia poucos funcionários. Ela reconhece que o salário era irrisório e que era suficiente apenas para suprir suas necessidades e cobrir as despesas com transporte para a fábrica. Não sobrava nada para ajudar sua família.

Mesmo assim, ela diz que ficou muito feliz, que era muito grata por ter conseguido este estágio na fábrica. “Fiquei muito feliz porque logo arranjei um estágio e fui trabalhar num local que era muito bem aceito pelas pessoas naquela época, que por sinal foi muito proveitoso”. Ela prossegue seu relato:

No período que eu trabalhei lá, houve um acidente sim, com uma das máquinas, por sinal fomos nós que ajudamos a pessoa ir para o hospital. Essa pessoa se acidentou dentro da fábrica, já passava de seis horas, eles tinham um plano lá que era pra cobrir, foi um dos meninos que se acidentou. O chefe eu só via de longe, era Dr. Guilherme, eu não tinha contato com ele, eu o vi algumas vezes dentro da fábrica, mas de longe. Nunca falei com ele, nunca tive nenhum contato com ele não, só com a secretária dele que era quem falava as coisas pra gente (Maria de Fátima Silva Oliveira, 2013).

D. Maria de Fátima nos relata um acidente de trabalho e menciona a existência de um plano de seguros que cobria esse tipo de acidente, mas não soube dar maiores explicações. Além das jornadas de trabalho cansativas, o risco e a insalubridade eram fatores presentes no cotidiano dos operários, no seu ambiente de trabalho.

Essas pessoas sentiam os efeitos de elementos, como: barulho, fumaça, escuridão, poeira, calor intenso, entre outros. D. Maria de Fátima nos diz ainda que “Não havia conforto, não havia ventilação no local, as condições de trabalho lá eram precárias”.

D. Maria de Fátima nos relata que nunca conheceu seus chefes de perto. Sobre os colegas de trabalho, ela relembra: “Eu trabalhava junto com a secretária, que no momento não me recordo do nome, eu tinha um bom relacionamento com meus colegas de trabalho, a gente dividia as tarefas e até o lanche”. Ela conclui essa parte do seu relato nos dizendo que fez um bom trabalho durante seu estágio, dando tudo de si na fábrica.

O segundo relato é o de D. Maria Souza,⁶⁵ exerceu a função de operária durante dois anos na fábrica de agave CCPS. O seu marido trabalhava na SANBRA, nossa entrevistada nos conta que seus filhos necessitaram trabalhar muito cedo para ajudar nas despesas. O casal e os três filhos maiores trabalharam em fábricas têxteis. Visivelmente emocionada, ela nos conta sobre a experiência de trabalho de três de seus filhos nas fábricas - o que mora atualmente em Recife, D. Maria José e D. Neli.

Tinha a Têxtil de Bodocongó, meu filho trabalhou lá, ele fazia limpeza, depois começou a trabalhar com as máquinas também, ele tinha dezessete anos. A carteira dele era assinada. Ele saía de madrugada pra ir pra fábrica lá em Bodocongó. Minha filha mais velha tinha onze anos e uma moça que morava aqui na frente arrumou uma vaga pra ela na Marques de Almeida pra ela me ajudar a criar os irmãos. O rapaz de lá falou com o dono e perguntou: “Que idade tem a menina”? Tem onze anos. Ele disse: “Como eu vou colocar uma menina de onze anos pra trabalhar, ela não alcança a máquina”. A máquina era alta assim (eleva os braços para mostrar a altura), aí deram um tamanco com o salto bem alto pra ela alcançar a máquina. Ela ganhava o que vale dez reais hoje, chegava com a notinha amassada, suada na mão pra me dar. Acordava de madrugada pra ir trabalhar, ela trabalhou lá de dois a três anos, depois foi direto trabalhar na Têxtil, trabalhou lá muito tempo. Minha filha Neli com dezessete anos foi trabalhar

⁶⁵ Maria Souza Araújo, 78 anos, natural da cidade de Soledade-PB. Divorciada, seis filhos, estudou até à quarta série do antigo Ensino Primário. É mãe de Maria José Freire Trigueiro e de Neli Freire dos Santos. Trabalhou na fábrica de agave CCPS na década de 1980.

no Cotonifício pra me ajudar com as despesas de casa, trabalhou lá quase um ano, só saiu de lá pra casar (Maria Souza Araújo, 2014, grifo nosso).

A prática de D. Maria Souza em empregar seus filhos e filhas ainda crianças visava aumentar os ganhos familiares e diminuir a miséria a que a família estava sujeita. O trabalho operário era mal remunerado, a sobrevivência da família operária só podia ser garantida pelos salários de todos os membros da família. Para essa mulher com seis filhos para manter e sem ajuda do companheiro, todas as atividades remuneradas de seus filhos eram fundamentais.

No trecho em destaque do depoimento de D. Maria Souza, no momento em que ela nos fala sobre sua filha D. Maria José, detectamos algo que nos espantou sobremodo. O problema que o empregador vê naquela contratação, naquela seleção para o trabalho não é a questão ética, a ilegalidade do trabalho infantil, mas a sua grande preocupação era a forma como aquela criança poderia desempenhar devidamente o seu trabalho.

D. Maria Souza nos relata como ingressou no mundo do trabalho fabril depois de casada.

*Eu tive que trabalhar pra sobreviver, meu marido me deixou com seis filhos. Nunca tinha trabalhado, uma amiga arrumou esse emprego na fábrica pra mim. Chegava em casa não tinha o que comer, os meninos chorando de fome. Pra trabalhar eu deixava uma menina conhecida cuidando dos seis meninos. Ela só faltava matar eles de tanto bater neles, mas o que eu podia fazer, eu não podia pagar uma pessoa adulta pra tomar conta. Eu trabalhava o dia todo na *Crispim*, uma fábrica de agave. Entrava seis horas da manhã, parava de onze para o almoço, eu vinha a pé pra casa e não tinha nada pra comer. Voltava e largava de cinco horas. Andava sempre a pé, não tinha dinheiro nem pra comer. *Eu não conhecia Campina Grande direito, fazia pouco tempo que morava aqui, foi muito difícil.* Trabalhei dois anos lá, era ali no Monte Santo perto do cemitério. Eu nem lembro mais o ano, foi na década de 80, eu trabalhava com agave, a gente pegava o agave, dava para os homens colocarem numa máquina e fazer os fardos pra fazer os tecidos. *Era uma fábrica de agave, fazia aqueles fardos e levava pra passar em máquinas pra fazer coisas. Cortava o agave assim, em pecinhas compridas e a gente colocava em cima da bancada e o rapaz batendo o agave, bater é passar numa máquina, aí já sai a fibra, passa pra outro e faz o fardo e enchia o caminhão, um monte de caminhão saía cheio.* Ganhava uma mixaria, era muito pouco. Se fosse o salário mínimo era bom demais, mas era muito pouco. A carteira era assinada, e aí minha vida já tava boa, se pode dizer que eu *tava rica porque eu consegui trabalhar na fábrica*, porque antes eu lavava, passava, trabalhava na cozinha dos outros. Naquele tempo era bom, tinha muitas fábricas pra trabalhar, hoje quase não tem fábrica em Campina (Maria Souza Araújo, 2014, grifos nossos).*

Ela relata que mantinha uma dupla jornada de trabalho, além do seu trabalho na fábrica também tinha que tomar conta da casa e dos seis filhos. Presenciamos

sua aflição quando falou que deixava os filhos com uma menina ainda para poder ir trabalhar. Essa mulher trabalhadora não tinha condições de pagar a uma pessoa adulta para cuidar das suas crianças. Mesmo sabendo que essa menina espancava as crianças, diz que não tinha alternativa, a prioridade era trabalhar, prover o sustento dos filhos.

Ela prossegue nos contando sobre o funcionamento da fábrica de agave CCPS e sobre o que fazia no seu trabalho. Notamos que essa trabalhadora não dispunha de recursos para custear o transporte para o trabalho, pois o pouco que ganhava era destinado ao seu sustento e de seus filhos.

Mais uma vez notamos o sentimento de gratidão dessa mulher por ter um trabalho, uma fonte de renda para manter seus filhos, mesmo reconhecendo que era pouco. Ela considerava um privilégio conseguir uma colocação na fábrica em comparação com o serviço doméstico que fazia antes.

A instituição fabril garante a exploração e controle do trabalhador, na medida em que cria a própria figura do trabalhador disciplinado. Mesmo que nossas entrevistadas quase sempre falem bem da fábrica e de seus empregos, essa postura delas não anula esta dura realidade.

D. Neli,⁶⁶ exerceu a função de operária na fábrica CIG-CC na década de 1980. Começou a trabalhar com dezessete ou dezoito anos, não tem certeza, vem certamente lançar um pouco de luz neste tema. Com seu relato de memória pudemos conhecer um pouco mais do funcionamento deste espaço de trabalho.

O único lugar que trabalhei foi no Cotonifício Campinense, fiquei lá durante oito meses. Fui trabalhar lá porque naquela época as únicas firmas que tinha eram fábricas de algodão, tecido. Nesse tempo eu era solteira e precisava trabalhar. Meu pai deixou minha mãe quando eu era pequena, aí quando a gente foi crescendo tinha que trabalhar pra ajudar em casa. Primeiramente eu comecei varrendo, varria a fábrica com aquele vassourão grande, comprido, aí mais ou menos com um mês eu queria desistir, aí um amigo me disse que não desistisse, que eu ia pra um setor melhor. Foi muito difícil, eu só fazia espirrar e espirrar, não aguentava o pó. Era o pó do algodão que ficava no chão e pra todo lado. Depois eu fui cuidar de uma máquina, era uma máquina grande, tinha uns tubos de fio assim, os fios quebravam, aí eu fazia o nó e emendava, ficava rodeando a máquina pra ver o fio que quebrava pra poder emendar. Eu só fazia isso, a máquina fazia o serviço, eu só tinha que ficar rodeando ela e dando os nozinhos nos fios que quebravam. Ia vendo o que tava solto e ia rodeando e emendando, eu era responsável só por uma máquina. O Cotonifício Campinense era uma

⁶⁶ Neli Freire dos Santos, 51 anos, natural de Campina Grande-PB. Casada, dois filhos, estudou apenas até a sexta série do Ensino Fundamental. É filha de Maria Souza Araújo e irmã de Maria José Freire Trigueiro. Trabalhou na CIG-CC na década de 1980.

fábrica de linha, pegava o algodão, colocava nuns tonéis, fazia um pavio e colocava na máquina e ia formando uma linha. Aí a linha já passava por uma máquina pra formar o pano, o tecido. Eu entrava seis horas da manhã e saía duas horas da tarde, eram oito horas direto. A gente almoçava lá mesmo, tinha o refeitório, a gente levava a marmita, tinha uma cozinha que a gente esquentava a comida. Não lembro quanto eu ganhava, eu acho que era o salário mínimo como hoje, eu não lembro mais. No Cotonifício, só podia sentar na hora do almoço, era em pé direto. Para ir ao banheiro, uma colega que estava na máquina ao lado ficava dando uma olhadinha na da gente, ficava com o serviço das duas máquinas. Às vezes ela não dava conta de tudo, aí quando a gente voltava os fios estavam quebrados, aí tinha que correr, sofrer pra emendar tudo bem rápido (Neli Freire dos Santos, 2014).

O trabalho na fábrica era duro, pesado, cansativo, muitas horas seguidas de pé, as operárias deveriam ter muita habilidade e destreza para dar conta de uma máquina. Além disso, muitas vezes as operárias ficavam responsáveis por duas máquinas. D. Neli diz que se afastava apenas alguns minutos para uma ida rápida ao banheiro, mas esse curto período de tempo era suficiente para encontrar os fios de sua máquina quebrados, haja vista sua colega não conseguir dar conta do trabalho com as duas máquinas.

A máquina não devia parar, não devia ser desligada, a produção não devia parar. Além disso, de acordo com seu relato, o trabalho com as máquinas exigia uma vigilância constante e rapidez para agir em caso de defeito. D. Neli nos diz: “Não lembro quanto eu ganhava, eu não lembro mais, só sei que era pouco”. Ela ainda diz que:

Era perigoso, tinha que ter muito cuidado com a máquina, tinha perigo de perder dedo, mão. Era perigoso, no tempo que eu estava lá (década de 80), não presenciei nenhum acidente e não aconteceu comigo, mas eu ouvi falar de muito acidente antes de eu entrar, me contaram que a máquina pegou um dedo de um rapaz. Quando ele foi colocar o algodão numa máquina que eu não sei dizer como é, pegou o dedo dele. Eu gostava de trabalhar lá, era cansativo, mas era bom. As minhas colegas que trabalhavam comigo gostavam de trabalhar lá, tinha que gostar, todo mundo tinha que trabalhar pra sobreviver. Minha irmã mais velha, a Maria José, trabalhou na Marques de Almeida e na Têxtil, começou com onze anos. Tu entrevista ela que ela tem muita história pra contar (Neli Freire dos Santos, 2014, grifos nossos).

Essa mulher trabalhadora também afirma que o trabalho na fábrica era perigoso, soube da ocorrência de vários acidentes de trabalho. Ela diz que gostava de trabalhar na fábrica, mas gostando ou não, era obrigada a trabalhar para sobreviver. Não era o caso de se sentir satisfeita com o trabalho realizado, era uma questão de sobrevivência.

A última entrevistada a trabalhar em fábricas na década de 1980 foi D. Iza,⁶⁷ trabalhou quando criança – ela diz que tinha uns doze anos - na informalidade na CIG-CC. Em 1980, exerceu a função de *caneleira* na fábrica Profusa Nordeste Ltda., e em 1981 a mesma função na CIMA, em ambas as fábricas com vínculo empregatício. Quando saiu da CIMA foi trabalhar como babá e empregada doméstica. Atualmente é Auxiliar de Serviços Gerais no Hospital Geral da Clipsi.

Ela começa falando-nos um pouco de sua vida e nos conta sobre sua experiência de trabalho informal quando criança, com apenas doze anos, na CIG-CC:

Eu nasci, me criei e casei aqui em Campina Grande, desde que nasci que moro aqui no bairro São José. *Eu precisei trabalhar logo cedo porque meu pai morreu logo cedo e precisava trabalhar para sustentar a casa, pois minha mãe não trabalhava e cuidava de minha irmã que era especial.* Primeiro a minha irmã mais velha foi trabalhar, depois a do meio e depois chegou minha vez de trabalhar para ajudar a manter a casa. A minha mãe não tinha nenhuma renda e nem ficou com pensão dele, pois meu pai era pedreiro, trabalhava muito, mas nunca teve carteira assinada e nunca ligou de pagar o INSS. Era totalmente ignorante, nunca estudou. Quando ele faleceu, minha mãe ficou com quatro filhos para criar sozinha. Meu irmão mais velho trabalhava numa empresa de ônibus, eu e minha irmã trabalhamos no Cotonifício Campinense, ela mora em Garanhuns. Nós fomos separadas por causa da situação difícil, minha mãe deu para uma família de Garanhuns criar. Ela foi criada separada de nós. Quando eu tinha uns *doze anos* o gerente do Cotonifício, aquele que adotou minha irmã, resolveu dar uma ajuda à nossa família e me empregou lá sem carteira assinada, fiquei lá uns dois anos. Eu ficava só descaroçando algodão, foi em 1974 por aí. Eu ficava sentada trabalhava com as mãos, era manual. Mas eu tinha que cumprir horário, ele me colocava de nove da manhã às duas da tarde, era bom, era pertinho, ajudei muito lá, quase dois anos. Tinha muitas meninas nessa mesma situação lá, mas ele só chamava quem ele conhecia, era por *debaixo do pano, pra ajudar as pessoas que eles tinham confiança* (Iza Martins Ramos, 2014, grifos nossos).

Ela trabalhava cinco horas por dia, nos diz que o trabalho era leve, mas tinha que cumprir horário. Acrescenta que tinha muitas meninas nesta mesma condição de trabalho infantil e que o gerente agia dessa maneira para *ajudar* as famílias, que só chamava quem ele conhecia.

Perguntamo-nos se a intenção era realmente ajudar, ou seria a captação de mão-de-obra barata de crianças. Será que ele só chamava quem conhecia porque

⁶⁷ Iza Martins Ramos, 52 anos, natural de Campina Grande-PB. Casada, dois filhos, estudou até a 6ª série do Ensino Fundamental. É sobrinha de Catarina Pereira da Silva. Trabalhou na informalidade na CIG-CC, depois com vínculo empregatício na PN e na CIMA na década de 1980.

tinha medo de ser denunciado à Justiça do Trabalho⁶⁸ e sofrer represálias? Prossegue dando mais detalhes da fábrica e do seu trabalho quando trabalhou na PN, quando já estava com dezessete anos de idade.

A Profusa era uma fábrica de tecido, de sacos de tecido, esses de pano de chão. Os donos eram Sr. Marcone, Sr. Guilherme, eram donos do Cotonifício Campinense também. As duas empresas eram do mesmo dono, eles já morreram, ficaram só os filhos e os netos. Eu trabalhava na parte do enrolador, era um serviço pesado, é como se fosse assim... quase um tipo de *escravidão*, pegava aqueles baldes enormes cheios de *canela*, levava pra tecelagem pra encher os carretéis e depois trazia novamente pra o enrolador, era quase um serviço braçal, eu era uma *escrava* mesmo. A Profusa ficava no Distrito Industrial. Fazia um trabalho muito pesado, mas eu ficava feliz porque tinha o que trazer para casa, chegava o final de semana tinha o meu dinheirinho pra comprar o feijão, tinha uma irmã especial que a gente tinha que cuidar, tinha que comprar remédios pra ela. Minha mãe lavava roupa de ganho, lavava roupa de muita gente, não foi fácil. Eu entrava na fábrica de *catorze horas e saía às dez da noite*. Minha mãe ia a pé toda noite me buscar no Café São Braz, (a Profusa tinha um ônibus que ia buscar e deixar os empregados perto de casa), o lugar mais próximo da minha casa era o Café São Braz (Iza Martins Ramos, 2014, grifos nossos).

D. Iza trabalhava oito horas por dia, reconhece que não teria conseguido suportar sem a ajuda das colegas de trabalho.

Tinha muitas mulheres trabalhando na fábrica, mas só tinha meninas acima de 16 anos. Tinha umas senhoras de idade, que me ajudavam muito, tinham um coração bom, me ajudavam até a carregar o peso. Eu era magrinha, não conseguia pegar peso, elas me ajudavam (Iza Martins Ramos, 2014).

Ela conta que era muito difícil seu trabalho nessa fábrica, chega a dizer que era uma *escrava*, mas que necessitava demais desse trabalho. Depois ela relata que

⁶⁸ Algumas informações sobre a história da legislação e do mercado de trabalho brasileiro: a Carteira de Trabalho ou Carteira Profissional foi instituída em 1932, sendo substituída pela Carteira de Trabalho e Previdência Social em 1969; o salário-mínimo entrou em vigor em 1940; a Justiça do Trabalho foi instituída em 1946; em 1962 é instituído o 13º salário; em 1966 é criado o FGTS; em 1977 são instituídas as férias remuneradas de 30 dias e em 1988 com a Constituição Cidadã os trabalhadores ganharam direito à multa de 40% sobre o FGTS em caso de demissão sem justa causa, jornada de 44 horas semanais, adicional de 50% na hora extra, adicional de 1/3 sobre o salário nas férias, licença de 120 dias para gestantes e de 5 dias para os pais, jornada ininterrupta de no máximo 6 horas, seguro-desemprego, autonomia para criação e funcionamento de sindicatos. Apenas no ano de 2000, são ratificadas as convenções da OIT 138 e 182 que proíbem o trabalho até 14 anos. Crianças só podem trabalhar como aprendizes. O trabalho é permitido a partir dos 16 anos e para atividades noturnas e insalubres, apenas depois dos 18 anos. Em 1943 é regulamentado o trabalho das mulheres: permissão de 2 horas extras, desde que autorizadas por atestado médico; licença maternidade passa a ser de 6 semanas antes e depois do parto. Para o trabalho noturno, a mulher necessita de atestado de bons antecedentes. Disponível em: www.tst.jus.br Acesso em 12/12/2014.

presenciou um acidente de trabalho, uma operária sofreu uma descarga elétrica na fábrica e, segundo a mesma, esse incidente a marcou profundamente. Ela diz que a insegurança e o medo eram constantes no cotidiano da fábrica.

Quando estava chovendo, com trovões e relâmpagos, eles não tinham nem piedade de desligar as máquinas. *Vi colega levando choque, teve uma que a língua dela enrolou, ela quase morreu.* Eu estava junto do *enrolador*, ela deu um grito, eu pensei que ela tinha machucado o dedo, estava chovendo e com muitos trovões e relâmpagos, ela levou um choque. Foi muito momento de agonia. A gente saiu gritando pra socorrerem a menina, o encarregado veio e um dos colegas conseguiu desenrolar a língua dela e ela sobreviveu. Assim que desenrolou a língua dela, colocaram álcool pra ela cheirar e o encarregado mandou voltar ao trabalho. Na Profusa não tinha nenhum equipamento de segurança, a gente não usava nada pra se proteger. Lá tinha poeira demais, tinha tanto pelo que eu ficava cuspidando o tempo todo, ainda não dava conta e muitas vezes engolia muito pelo. Não existia esse negócio de equipamento de segurança não. Não tinha nenhuma proteção, luva, nada. Tinha bastante barulho, se existia equipamentos era só nos livros deles porque na prática não existia nada. O lugar era muito quente, abafado demais (Iza Martins Ramos, 2014, grifo nosso).

O que dizer de uma situação dessas? Não estamos nos referindo a um passado distante, mas um passado recente, década de 1980. D. Iza descreve com precisão o que ela vivenciou cotidianamente na PN, ela nos fala sobre as precárias condições de trabalho: “Lá trabalhava muitos jovens sem experiência, a maioria analfabetos, muitos rapazes não sabiam nem desligar as máquinas, as máquinas imprensavam os dedos, machucavam as mãos”.

D. Iza compara os colegas da PN com os da CIMA, ela nos diz que “A relação com os colegas de trabalho lá na Profusa era boa, tinha mais compreensão, mais sentimento pelas pessoas, mais solidariedade, a gente era mais unido do que na Marques de Almeida”. Sobre as condições de trabalho nas duas fábricas, ela diz:

As mulheres tinham cinco minutos pra ir ao banheiro, não dava tempo pra nada. Mulher tem necessidades diferentes dos homens, tinham que lavar o rosto por causa da poeira, do calor e outras coisas. *O contramestre pegava um pedaço de ferro e ficava batendo na porta do banheiro com o ferro, ele não tinha educação, era grosseiro, as mulheres saíam logo, ficavam com medo que ele entrasse lá. Ele fazia isso porque era ruim mesmo.* Não tinha horário pra lanche não, ninguém comia no horário de trabalho, só podia ir ao banheiro. Trabalhei oito meses porque eu não aguentei o trabalho pesado. Depois minha mãe dividiu a casa e alugou a parte da frente e a gente ficou morando atrás, nesse pedaço pequenininho (mostrou o espaço pequeno) porque precisou do dinheiro do aluguel. Ela alugou a uma senhora que trabalhava na Marques de Almeida, *ai quando eu saí da Profusa ela me levou pra trabalhar lá. Eu fui fazer a mesma coisa, a mesma escravidão, fui carregar as canelas novamente, fiquei na mesma função porque eu tinha*

experiência na carteira de trabalho. Era caneleira, trabalhava oito horas de sete às onze e treze às dezessete horas. Eu ia caminhando, era pertinho, ali no centro da cidade, não tinha ônibus de linha não, muita gente que trabalhava lá, morava no bairro São José e Centenário ia e vinha tudo a pé. Não tinha equipamentos de segurança do trabalho também não, não tinha proteção nenhuma. Não tinha iluminação, nem ventilação. Era muito calor, muito quente. Nunca vi os donos, quem tomava conta era o gerente (Iza Martins Ramos, 2014, grifos nossos).

Essa ex-operária considera o seu trabalho na PN um trabalho escravo. Logo depois, em 1981, foi trabalhar na CIMA. Apesar de trabalhar oito horas por dia, ela relata que as condições de trabalho eram muito ruins também. Relata um conflito com o contramestre nessa fábrica.

Tinha um contramestre, um galego lá, eu não lembro o nome dele, ele disse “Hoje você vai pra fiação, tenha cuidado pra não deixar nenhum fio quebrado, preste atenção”. Mas eu não tinha experiência, as meninas me ajudavam, mas tinha uma colega que não era muito ajudadora não, na Marques de Almeida não encontrei muita gente boa, não. Os fios estavam muito ruins nessa época, quebravam muito. Tinha época que os fios eram bons e não quebravam não, dava pra trabalhar tranquilo, dava a produção, emenda e não quebra. Mas esses fios ruins eram de safra ruim de algodão, eu deixei quebrar todos os fios da máquina, não ficou nenhum fio inteiro. Se fosse na safra boa, acho que eu ia conseguir, porque na PROFUSA eu consegui emendar na safra boa, eu fiz um pouco disso lá, uns dias. Foi sem querer, eu não conseguia emendar e não tinha experiência. A qualidade tava ruim, tava muito difícil de emendar. O contramestre era quem anotava a produção da gente. O encarregado gritou comigo dizendo “Venha cá, porque você fez isso?” Ele gritou muito comigo, me chamou de imbecil, burra, me chamou de um monte de palavrões. Eu chorei muito, chorei mesmo. Minhas colegas viram meu choro, meu desespero, ele me humilhou, me deixou mais rasa do que o chão, eu só fazia chorar, era boba, muito nova, se fosse hoje eu tenho experiência. Os colegas não gostaram do que ele fez comigo. Eu trabalhava porque precisava muito do dinheiro (Iza Martins Ramos, 2014, grifos nossos).

Essa jovem trabalhadora nos diz que sofreu maus tratos no seu ambiente de trabalho. Foi maltratada, desrespeitada, foram muitos xingamentos e palavrões. Os colegas se solidarizaram com ela, mas não podiam fazer nada, temendo pelos seus empregos.

Ela diz que só trabalhou lá porque necessitava do dinheiro para sobreviver e ajudar sua mãe a cuidar de sua irmã. D. Iza reclama da péssima qualidade do fio de algodão utilizado pela CIMA, dizendo que daquela forma o trabalho não poderia ter um bom resultado.

E não foi a primeira operária a reclamar, D. Maria de Lourdes também diz que a qualidade do algodão lá não era boa, que eles compravam fio de má qualidade. D.

Maria José também não gostava dessa fábrica e D. Catarina disse que nunca quis trabalhar lá porque ouvia as pessoas comentarem das péssimas condições de trabalho.

2.4 Do lado de dentro: Antônia Almeida

Ela nos diz que a IC se localizava no Distrito Industrial perto do *Estádio Amigão* e nos fala mais a respeito do funcionamento da fábrica: “Era uma fábrica de fiação e tecelagem, eu trabalhava na fiação. Ela fabrica o fio do algodão pra fazer rede, a gente fazia a parte da fiação”.

D. Antônia Almeida⁶⁹ ingressou nesse mercado de trabalho depois de casada e mantinha dupla jornada de trabalho. Nessa fábrica exerceu a função de *Operadora de máquina têxtil*. Ela menciona que trabalhava com o algodão colorido, ela nos conta que era tingido. Em Campina Grande, nos dias de hoje, é realizada a tecelagem em teares manuais pela *Entre fios*.

Além de o algodão ser naturalmente colorido, a fibra do Brasil tem constituição orgânica por todo processo ser limpo, apresentando propriedades similares às do algodão branco.⁷⁰ Ela nos conta:

Eu fui trabalhar na fábrica Cirne pra construir minha casa, aí eu tive que ajudar meu esposo pra junto a gente construir. Era uma fábrica de fiação e tecelagem, eu trabalhava na fiação. Ela faz o fio do algodão pra fazer rede. Eu trabalhava no setor que fazia fio, aí depois eu fui aprendendo, olhando as máquinas, tinha muita curiosidade, como colocar o algodão, trabalhar com o algodão, eu trabalhava tanto com máquina pequena como com máquina grande. Eu ficava em dois setores, eu sempre fui curiosa, muito curiosa. Eu aprendi até serviço de mecânica, quando minhas máquinas quebravam, eu mesmo consertava, eu conhecia o funcionamento delas tudinho. Tanto é que quebrou uma peça e o encarregado me deu pra consertar e eu consertei. Minha carteira era assinada, sempre foi, eu ganhava o salário mínimo, agora muitas vezes passava de um salário por que muitas vezes a gente fazia hora extra. Quando isso acontecia, a gente entrava dez da manhã até às três da madrugada, só aí é que deixavam a gente ir embora. Eu fazia muita hora extra. Meu horário normal de trabalho era de duas da tarde às dez da noite. O dinheiro que eu ganhava lá ajudava muito, eu agradeço muito, primeiro a Deus, depois ao meu trabalho porque por causa dele eu *ajudava meu esposo*. Ele ganhava o salário dele, juntava com o meu, dava pras despesas (Antônia Almeida Silva, 2014, grifo nosso).

⁶⁹ Antônia de Almeida Silva, 42 anos, natural de Campina Grande-PB. Casada, três filhos, concluiu o antigo Ensino Primário. Trabalhou na IC no final da década de 1990.

⁷⁰ Disponível em: <http://www.cnpa.embrapa.br/produtos/algodao/>. Acesso em 27/01/2015 às 21h43min.

Um fator recorrente na fala das mulheres trabalhadoras é a gratidão por ter a oportunidade de ter um emprego, uma renda por menor que fosse, mas que lhes garantia a sua subsistência, e algumas até de seus familiares.

Uma questão que perpassa a fala dessas mulheres é a concepção de trabalho do ponto de vista feminino como uma atividade *complementar*, como *ajuda* à mãe, ao pai, ao esposo, apesar do trabalho ser fundamental para a sua sobrevivência e de suas famílias.

O homem era considerado o provedor, principal responsável pelo orçamento familiar. Quando as necessidades materiais levavam-nas a trabalharem fora de casa, seu trabalho era tido como um complemento da renda familiar, um auxílio, uma ajuda ao salário dos homens.

Dessa forma, era considerado algo natural que elas ganhassem menos que os homens. Essa visão sobre o trabalho feminino acaba influenciando a forma como a mulher se colocava no mercado de trabalho e a forma como os patrões e os homens em geral, tratavam as mulheres.

Essa concepção da ajuda vai influenciar tanto nas oportunidades de acesso ao emprego, no tipo de trabalho, como nas condições em que se desenvolve o trabalho.⁷¹ Ela prossegue:

Comigo nunca houve acidente de trabalho, mas acontecia muito. Na época que eu trabalhava lá, teve um rapaz que perdeu o braço. Tinha uma parte da máquina que sujava muito e gente precisava limpar com ela ligada. Tinha que ter o maior cuidado, era uma pressão muito forte. O rapaz desviou o olhar um pouco e a máquina pegou o braço dele. Esse acidente eu vi, foi socorrido na hora, levaram pro hospital, deram toda assistência e ele não voltou mais para o trabalho. Teve outro perdeu um dedo, o trabalho era muito perigoso, tinha que ter muita atenção, principalmente quando ia limpar a máquina. *Havia muitos choques também porque a fiação era muito mal feita, havia muito incêndio. Eles não ligavam, a fiação era muito ruim. Teve um incêndio que acabou com a fábrica, saía faísca dos fios de energia e pegava no algodão, era muito fácil ter incêndio.* Tinha uns tambores enormes e uns menores, a gente pegava o algodão, enchia a máquina e ia trabalhar emendando os fios. Nesse dia a gente saiu tudo correndo, no outro dia, a gente organizou tudo, limpar as máquinas, limpar chão, pra depois começar de novo o trabalho. Tinha muito barulho, não era iluminado direito, era perigoso. Por isso, a gente tinha insalubridade e trabalhava com equipamento de proteção, protetor de ouvido (Antônia Almeida Silva, 2014, grifo nosso).

⁷¹ Ver PERROT, Michelle. **Os excluídos da história:** operários mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

D. Antônia Almeida relata um quadro de trabalho insalubre, com riscos, mas nos fala que na IC na década de 1990 havia a utilização de EPI's. Essa trabalhadora diz que fazia muita hora extra, muitas vezes trabalhava dezessete horas seguidas, com intervalo apenas para almoço e jantar.

*Meu horário normal de trabalho era de duas da tarde às dez da noite. Eu fazia muita hora extra, quando isso acontecia, a gente entrava dez da manhã até às três da madrugada, só aí é que deixavam a gente ir embora. Muitas vezes davam férias pra gente e não pagavam, nem o mês e nem as férias. A gente tinha que ficar atrás o tempo todo pedindo, cobrando. A gente precisava de dinheiro, a gente se prejudicava. Eles diziam que a fábrica estava no vermelho, no vermelho. Por causa disso muita gente deixava de trabalhar, pedia as contas e ia embora. Me deram férias, nem pagaram meu salário nem minhas férias, quando eu voltei falei pro supervisor, ou eles pagavam meu dinheiro ou eu não ia trabalhar não. Uma vez eu fui cobrar, o supervisor me disse: Ah, Antônia, o meu também está atrasado, não recebo há uns seis meses. *Eu fiquei porque eu trabalhava por amor, eu gostava do serviço que fazia. As pessoas me diziam "Você é boba, trabalha demais, eles não te dão valor", só que eu tava lá pra trabalhar, pra ganhar meu salário, eu gosto das minhas coisas certas (Antônia Almeida Silva, 2014, grifos nossos).**

D. Antônia Almeida nos relata sobre a exigência dos chefes com relação ao trabalho das operárias, "Eles exigiam demais a gente ter produção, eles exigiam tanto que a gente não podia nem ir ao sanitário".

Ela nos diz que aprendeu a ligar e desligar a máquina e fazia isso com frequência. "Quando eu tava cansada do trabalho e da exploração deles, ou quando o fio tava muito ruim, quebrando demais, eu desligava a máquina". Ela acrescenta: "Eu sabia consertar, ligar e desligar. Eles compravam fio de segunda, muito ruim, quebrava demais".

Era necessário sobreviver nesse ambiente duro da fábrica. Como suportar dezessete horas diárias dentro dos muros da fábrica? Como realizar o trabalho exigido pelos chefes com fio de segunda, fio impróprio para o serviço? Qual o tempo que sobrava para realizar as tarefas domésticas, descanso e diversão?

Além de todos os deveres para com a fábrica, ainda tinha seus direitos expropriados. Recebia o salário atrasado, davam férias e não remuneravam como deveria ser feito. Ela nos diz que trabalhava por amor, nos perguntamos o que significava aquela afirmação. Qualquer trabalho pode ser feito com amor, com dedicação, zelo etc.

No início do seu relato ela nos disse que fora trabalhar na fábrica para ajudar seu marido a construir sua casa. Cremos que a motivação para continuar na fábrica mesmo tendo consciência da exploração, era conseguir o suficiente para realizar seu sonho de construir sua casa, ou seja, por conta dessa necessidade.

Cada operária ao entrar na fábrica era auxiliada a princípio por outra mais experiente. D. Antônia Almeida narra alguns conflitos no ambiente de trabalho por conta dessa transferência de saberes. Ela relata:

*Tinha um problema lá na Cirne, era que muitas meninas ensinavam errado a quem tava chegando, eu ensinava certo. Faziam isso de propósito, fizeram comigo. Eu tava emendando, aí minha colega operadora da outra máquina disse que eu parasse pra arriar a bobina, aí eu disse eu não posso, pois se eu parar pra arriar a bobina vai quebrar tudinho, vai atrapalhar a produção. Ela disse, não tem problema, você não sabe, é novata. Mas quando o supervisor chegou, ela falou para o supervisor que eu tinha parado porque quis, que ela não tinha mandado, que ela tinha me orientado pra não arriar, que era tudo mentira minha. E por causa disso, porque eu fui pela cabeça dela, eu me prejudiquei, fiquei *trabalhando de oito às cinco da tarde porque o supervisor achou que eu não estava preparada pra pegar meu horário normal, só que eu estava*. Então quando eu já era experiente e os novatos entravam eu sempre orientava elas, não vá na cabeça de muitos aqui, principalmente fulano, porque só querem lhe prejudicar. Eu ajudava, porque eu não queria que outras pessoas se prejudicassem como eu fui prejudicada (Antônia Almeida Silva, 2014, grifos nossos).*

Podemos perceber que as colegas de trabalho orientavam errado de forma proposital, porque agiam dessa forma? Seria medo da concorrência? D. Antônia Almeida sofreu as consequências com essa prática da colega e não conseguiu a mudança de seu horário de trabalho. Ela nos explica que as novatas eram alocadas nos horários piores, ficando num estado de aprendizado e observação.

Depois que o encarregado julgasse que a operária havia aprendido o serviço, era colocada para trabalhar num horário melhor, disputado por todos. Talvez por isso as operárias mais antigas ensinassem errado.

Apesar disso, D. Antônia Almeida nos diz que na fábrica IC “Nunca tive problema nenhum com colegas, sempre todo mundo gostou de mim. A gente se ajudava, quando uma tinha dificuldade com o algodão, uma ajudava a outra”.

Ela nos relata que havia muita injustiça dentro do ambiente de trabalho, muitos procedimentos das colegas e chefes que ela julgava incorretos e que às vezes essas ocorrências a afetavam diretamente. Quando algumas meninas saíam

com o encarregado, com o supervisor no horário de trabalho para motel,⁷² ela e outras colegas ficavam com a responsabilidade de cuidar de duas máquinas.

Ela nos diz que as operárias que cediam aos apelos sexuais dos seus chefes e encarregados obtinham certos privilégios, como falar ao telefone ou trocar de máquina quando a sua estava com os fios quebrados por outra em estado melhor.

Na década de 1990 existia o telefone celular, mas só os que tinham mais condições é que o possuíam. Existia ainda o telefone de disco, o telefone fixo. De acordo com o relato de D. Antônia Almeida, era esse telefone que havia na fábrica, o qual era utilizado por algumas operárias com a permissão dos seus chefes.

Perguntamo-nos se essas mulheres sofriam assédio sexual por parte dos seus chefes, se elas apenas cediam ou se os seduziam com a intenção de obter vantagens dentro da fábrica. Aquelas que não tinham relações mais íntimas com os encarregados eram tratadas com mais severidade, sem privilégios, como podemos ver no relato de D. Antônia Almeida, logo abaixo.

Um dia eu pedi para sair para comprar um tecido, o supervisor não me deixou sair, aí eu disse que ia no setor de pessoal perguntar porque algumas tinham o direito de sair e outras não. Aí rapidinho ele deixou. Outra vez uma amiga do supervisor ficou o tempo todo no telefone, as linhas da máquina dela tudo quebrada e na minha máquina tudo organizado. Aí ela falou com o supervisor e ele me mandou trocar de máquina com ela, mandou um recado, eu não obedeci, depois ele veio pessoalmente e me disse que queria que eu obedecesse, expliquei que não ia, pois o serviço dela estava todo bagunçado porque ela ficava o tempo todo no telefone e disse a ele que se quisesse me demitir ficasse à vontade. Ele saiu com raiva dizendo que eu não tinha jeito (Antônia Almeida Silva, 2014).

Ela nos conta que ele desistiu de convencê-la e mandou outra em seu lugar. Percebemos que para suportar as dificuldades que permeavam as relações de trabalho, as operárias desenvolveram inúmeros artifícios. Percebemos a criação de espaços dentro da fábrica, dentro do próprio grupo de operárias, espaços de disputas e de poder, intrigas, ensinar operar a máquina de forma errada, ainda espaços de namoros, de sedução, de chantagem etc.

⁷² D. Antônia Almeida trabalhou na IC (Distrito Industrial) na década de 1990. O primeiro motel de Campina Grande foi o Bel Recanto, aberto em 1979, funciona até os dias atuais, na Rua Vigário Calixto, bairro do Catolé. Sobre surgimento dos motéis em Campina Grande ver OLIVEIRA, Neide Cordeiro. **Caminhos do prazer: um olhar sobre a sexualidade nos cantos e recantos de Campina Grande-PB (1970-2010)**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2012.

As mulheres trabalhadoras, especificamente as operárias, desenvolveram táticas inventadas e/ou reinventadas, onde arranjos, lealdades e subalternidades marcaram a luta contínua por trabalho, realização, sobrevivência. Percebemos astúcias cotidianas nas trajetórias dessas operárias aqui mencionadas.

No falar delas notamos diferentes reações, diferentes formas de lidar com situações no cotidiano fabril. Percebemos recusas, desperdício do tempo, negligência na realização de determinadas tarefas, bajular o chefe para manter o lugar de poder, conseguir benefícios, se sobressair no ambiente de trabalho. Isso nem sempre ocorria de forma aberta, como D. Antônia Almeida que se recusou a tomar conta da máquina da outra.

Às vezes de forma escondida, quando o chefe não estava por perto. Como quando D. Antônia desligava a máquina por estar com o serviço em dia, ou quando estava exausta e essa era a única forma de obter um pouco de descanso. Ela diz que fazia isso também quando estava com raiva dos donos da fábrica e dos chefes por se sentir explorada por causa das longas jornadas e salário atrasado.

Ou ainda de forma velada, quando chantageava o encarregado porque sabia de seus encontros amorosos no horário de trabalho ou quando desligava a máquina como uma espécie de punição pelo fato de comprarem fio de má qualidade.

Esses modos de fazer das operárias desconstroem a imagem de patrões de um lado e funcionários vítimas do outro. Ela disse que sentia pena das meninas que se envolviam com seus chefes, alguns até casados. Ela diz que era discriminada porque não agia como algumas de suas colegas.

Tinha menina que se envolvia com os operadores, até casados. Eu dava conselho a elas, que elas não se prostituíssem, que estavam ali para trabalhar. Elas ligavam pros maridos e diziam que iam fazer hora extra e saíam com os meninos pro motel, aí no outro dia ficava dando detalhes do que faziam, elas me chamavam de santinha, eu dizia: graças a Deus (Antônia Almeida Silva, 2014).

Entre os anos 1960 e 1970 eclode a chamada revolução sexual. Nesta história, a chegada da pílula anticoncepcional ao Brasil tem grande repercussão. Nos anos 90, um grande número de mulheres havia conquistado a sua independência financeira ou tinha meios de se sustentarem, o que as levou a lutar mais pelos seus outros sonhos e a exigir maior *qualidade* no vínculo, mudando o relacionamento conjugal.

Muitas se encontravam mais abertas para encontros amorosos e para relações afetivo-sexuais fora do casamento. Algumas tinham casos e o adultério feminino era considerado cada vez mais comum.⁷³ No final dos anos 90 – o momento do relato de D. Antônia Almeida - um maior número de mulheres tanto adultas quanto adolescentes, passou a tomar a iniciativa sexual.

D. Antônia Almeida conta que havia muitas operárias que não levavam o trabalho a sério, gozando privilégios por causa das *amizades* com os encarregados, mas por outro lado, havia aquelas que ela nomeava de *honestas* que “Davam o sangue pra produzir e a fábrica não fechar”. Ela relata que não conhecia os donos da fábrica, os operários só mantinham contato com os supervisores e isso no *Departamento de Pessoal*, uma parte separada da fábrica.

A gente era tudo associado, mas nunca teve greve. Quando era pra aumentar o salário que era pra aumentar todo ano, eles nunca davam o que era certo, faziam um acordo com o Sindicato e saía um aumento de 2 ou 3%. A fábrica não tinha nenhum benefício, só o salário mesmo e o convênio com a farmácia. Houve um roubo lá dentro, eu tava no refeitório nessa hora. Eu tinha saído pra jantar, aí chegaram cinco bandidos e levaram o pagamento dos funcionários que nesse tempo pagava lá. Entraram na fábrica, renderam os operadores. Quando a gente voltou do refeitório tava todo mundo em pânico, tinha polícia. Aí por causa dos roubos eles passaram a pagar os funcionários pelo Banco (Antônia Almeida Silva, 2014, grifos nossos).

No relato acima, ela fala da ausência de greves, ainda narra um acontecimento vexatório ocorrido na fábrica, diz que se sentia extremamente insegura, com medo, quando estava na fábrica, pois os roubos eram frequentes. Depois de vários assaltos, os donos resolveram fazer o pagamento dos funcionários pela via bancária. Ela diz:

Eles diziam que estavam operando no vermelho, mas ninguém entendia isso porque vendia tudo, tudo o que a gente fazia, vendia. E a gente ficava conversando e perguntando: Como é que essa fábrica só vive no vermelho, se vende tudo? Havia era roubo, desfalque entre eles mesmo, por causa disso, a fábrica só vivia no vermelho. Iam sair uns 150 na primeira lista, e depois fecharam (Antônia Almeida Silva, 2014).

D. Antônia Almeida nos conta que passou três anos na IC e que soube que iam demitir os funcionários gradativamente e fechar a fábrica. De início, iam demitir

⁷³ Ver DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.

cento e cinquenta pessoas, ela conta que pediu para colocarem seu nome na primeira lista de funcionários que iriam ser demitidos.

Nossa entrevistada diz que ficou intrigada com o fechamento da fábrica, pois não parecia estar em crise, como podemos perceber no relato acima. A administração da fábrica reuniu os funcionários, propuseram um acordo trabalhista onde iriam pagar aos funcionários de forma parcelada, dividido em seis vezes.

2.5 Do lado de dentro: Maria de Lourdes e Antônia Francisca

D. Maria de Lourdes⁷⁴ foi *fiandeira* e *auxiliar de fiação* na ITCG, na CIMA e IC foi fiandeira, já na CIG-CC foi *ajudante conicaleira*. Disse-nos ainda que exerceu as mais variadas funções, foi também *costureira*, fez um pouco de tudo.

Ela entrou no mundo do trabalho têxtil em 1966 e permaneceu nele até aposentar-se em 1994, quando trabalhava pela segunda vez na ITCG, conforme sua CTPS. Contou-nos que necessitou ingressar muito precocemente no mercado de trabalho fabril, com apenas treze anos, não conseguia alcançar a máquina, necessitando subir num banquinho para realizar suas tarefas.

Ela nos diz que morava com suas tias e avós e foi obrigada a trabalhar para se sustentar e para ajudar seus familiares. Ela nos mostrou suas fotografias no seu setor de trabalho na ITCG com muito orgulho e disse-nos que ninguém havia lhe perguntado sobre seu trabalho na fábrica. D. Maria de Lourdes fala muito, se solta, se lança, sua fala parece um desabafo. Essa ex-operária narra as suas lembranças nas fábricas onde trabalhou.

Na Têxtil de Bodocongó, eu era ajudante *conicaleira*⁷⁵, tinha a *espula*, já vinha da fiação, para enrolar nas bobinas. Essas bobinas já iam pra urdidura⁷⁶, fazia aquele rolo bem grande pra fazer o tecido na tecelagem. Essas *bobinas* eram bem grandes eram levadas pra fazer o tecido, eu comecei como conicaleira ou enroladeira e depois fiandeira. Fui costureira,

⁷⁴ Maria de Lourdes Lima Santos, 63 anos, natural de Soledade-PB. Solteira, sem filhos, concluiu o antigo Ensino Primário completo. Trabalhou em diversas fábricas têxteis: ITCG, CIMA, IC e CIG-CC, no período compreendido entre 1966 e 1994.

⁷⁵ *Conicaleira/bobinadeira*: O processo de fiação de anel produz o fio em uma embalagem chamada de espula, a espula não pode ser utilizada para o processo de tecelagem, deve-se então mudar a embalagem do fio da espula para uma embalagem que possa ser utilizada para o processo posterior de tecelagem, esta embalagem é a bobina. O processo de mudança de embalagem é feito em uma máquina chamada de bobinadeira/conicaleira, que além da função de mudança de embalagem também possui a função de retirar as irregularidades do fio, como os pontos grossos e finos.

⁷⁶ *Urdidura*: O conjunto de fios dispostos no tear paralelamente ao seu comprimento, por entre os quais passam os fios da trama.

fui ajudante de tecelagem. Eu fazia muitas coisas dentro da fábrica, eu era muito curiosa, quando não tinha a *trama*,⁷⁷ ia ajudar na tecelagem, ia pra *espuladeira* fazer aquelas espulhinhas, pra colocar dentro da lançadeira, que faz um movimento de vai e vem pra fazer o tecido, pra fazer o saco. Eu também ia pro setor de acabamento, eu *chegava a ser expulsa das seções*. Tinha um chefe muito chato, o nome dele era seu Raimundo, ele não gostava de mim. Quando foi um dia, o que você está fazendo aqui fora do seu setor? Eu estou olhando, olhando não, aprendendo, ai o dono disse a ele: aproveite essa menina que ela vem de várias firmas, deixe ela ajudar também. Até fazer tecido numa máquina de malha eu aprendi, porque ela era igual a urdideira, eu sabia colocar o fio (Maria de Lourdes Lima Santos, 2013, grifos nossos).

D. Maria de Lourdes tinha experiência de outras fábricas, esse atributo dotava essa operária de poder? Isso despertava reações negativas por parte das colegas de trabalho? Pensamos que sim, talvez seus colegas de trabalho se sentissem ameaçados, ficassem temerosos de perder sua vaga que lhes assegurava seu sustento.

Nossa entrevistada relembra que era muito dinâmica, e como sabia o serviço das diversas seções, estava sempre disposta a ajudar. Mas, como ela mesma fala, *chegava a ser expulsa das seções*, ou seja, sua disposição em ajudar nem sempre era bem vista pelos encarregados e colegas de trabalho.

Assim como D. Iza, também reclamou da péssima qualidade do algodão na CIMA, dizendo que chegou a pedir demissão dessa fábrica por este motivo. Alegou que não havia como obter bons resultados por causa da má qualidade do algodão utilizado na fábrica.

Eu saí da Marques de Almeida, não quis mais trabalhar lá porque o algodão era muito ruim. Todo algodão tem uma mistura, ele nunca é puro não. Mas lá o algodão tinha bagaço de caroço, aí quando estava na usina misturava com o algodão, o algodão era muito misturado e na fiação não emendava e eu chorava, chorava, dizia que não ia mais trabalhar ali. Na Indústria têxtil, no Cotonifício e na Cirne o algodão era bom. Na Marques de Almeida era ruim demais, se quebrava demais, eu pedi conta lá. Depois fui pra Cirne, depois voltei pra Têxtil e só saí quando me aposentei. O lugar que eu mais gostei de trabalhar foi na Indústria têxtil, eu achava mais humano, mais à vontade, o lugar era mais limpo. Tinha um horário que eu não gostava na Indústria têxtil, muito diferente dos outros lugares, pegava de seis da manhã até onze horas do dia, depois voltava de quatro da tarde até nove, outra turma pegava de onze da manhã até quatro da tarde. Entrava outra turma de nove da noite até uma hora da manhã, a única coisa que eu não gostei nessa época foi esse horário. O trabalho não era difícil não, era leve, era enrolar fio, emendar fio, dar aqueles nozinhos nos fios, era tudo feito à mão, era complicado, tinha que ter muito cuidado com a mão, mas era leve (Maria de Lourdes Lima Santos, 2013, grifos nossos).

⁷⁷ *Trama*: O conjunto de fios passados no sentido transversal do tear, entre os fios da urdidura.

Ela explica que todo algodão tem mistura, não é totalmente puro, mas na CIMA, além disso, havia um fator que dificultava o trabalho ainda mais, o algodão tinha *bagaços de caroços*. Indagamos acerca da questão salarial. Era suficiente para a manutenção? A carteira era assinada? Ela explica que o salário era parecido em todas as fábricas nas quais trabalhou.

Na época era pouco, mas dava como dá hoje, era a mesma coisa de hoje, era pouco, mas sempre deu pra gente levar a vida. Sempre trabalhei de carteira assinada, mas quando como eu era menor, ganhava a metade do salário que os outros ganhavam. Mas esse tempo contou para a aposentadoria, não perdi nada. [...] Quem era fiandeira, ganhava por produção, tinha homem que trabalhava com algodão da usina, passador, depois passava pelas cardas que amassava, esses ganhavam mais que a gente. O encarregado e o chefe ganhavam mais, eu só ganhava mais se eu arriasse três camadas, eu tomava conta de vinte e cinco bobinas. A fiação era por quilo, ganhava pelo peso da trama, da espula (Maria de Lourdes Lima Santos, 2013).

Porque os homens ganhavam mais que as mulheres? Com a utilização crescente de máquinas, as mulheres foram enchendo as fábricas. Mulheres e crianças enfrentavam jornadas de trabalho de catorze dezesseis e até dezoito horas e ainda ganhavam menos do que os homens.

O argumento usado para justificar as diferenças salariais era o de que a mulher necessitava de menos trabalho e salário, já que, supostamente, ela deveria ter um homem que a sustentasse.⁷⁸

Como se dava o processo de aprendizagem na fábrica? “A qualificação não se apresentava como diferencial que servisse para selecionar a oferta de trabalho mais adequada, pois a própria indústria se incumbia do preparo de boa parte da mão-de-obra” (BARBOSA, 2008, p.223).

D. Maria de Lourdes relembra: “Tinha uma menina que trabalhava lá que ia ensinando as outras que iam chegando”. D. Maria de Lourdes nos relata sua experiência quando se deslocava para o bairro de Bodocongó, momento em que trabalhava na ITCG. Ela rememora:

Sempre morei aqui no Centenário, era ruim a gente ir trabalhar, ia pelo Pedregal, tinha só três casas no Pedregal, ainda reconheço as casas, a gente via muitas cenas horrorosas ali na Embrapa, os homens fazendo gestos obscenos para nós, era só mulheres, todos os dias isso acontecia. A gente se encontrava no Posto São Luiz e ia tudo junto, levava meia hora pra chegar lá a pé, e quando a gente tinha dinheiro pra vir de ônibus, ficava na

⁷⁸ Ver AUAD, Daniela. **Feminismo**: que história é essa? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Avenida Arrojado Lisboa e vinha a pé ali pela caixa d'água, pelo Colégio Estadual da Prata. Quando fizeram a Avenida Floriano Peixoto foi uma maravilha pra mim, pois tinha ônibus, mas eu já tava perto de me aposentar (Maria de Lourdes Lima Santos, 2013).

As operárias se uniam e iam juntas para a fábrica, formavam redes de solidariedade e ajuda mútua para conseguir chegar ao local de trabalho, para se protegerem do assédio diário de homens que sabiam que ali era o caminho costumeiro dessas mulheres. O sistema de transportes urbanos era precário e não era acessível ao poder de consumo das operárias. No que concerne a questão de segurança e acidentes de trabalho nas fábricas:

Nunca aconteceu comigo, mas vi muitos se acidentarem, as meninas sofriam muitos choques nas máquinas, principalmente no inverno. Muitas pessoas perdiam dedos e teve duas pessoas que perderam braço. Um operário, o Zé Rodrigues, perdeu a mão numa máquina que chamava cardas, onde trabalhava com o caroço de algodão, ia fazendo aquela poeirinha, aí a mão dele foi junto. O outro que se acidentou foi Antônio, que a gente chamava de Bigode, ainda hoje ele é vivo, tem um braço colocado, terminou sendo vigia. Havia muitos choques, a máquina da tecelagem só vivia incendiando, porque a tecelagem era dia e noite, aí a máquina incendiava, era aquela fumaça, aí parava, todo mundo corria, tinha extintor, aí eles apagavam e a gente continuava. O incêndio maior que eu vi foi no Cotonifício, o armazém de algodão pegou fogo. Só que o fogo começou por baixo, quando foi ver já era tarde. Parou tudo, veio bombeiro que era perto, a gente ficou sentada naqueles degraus que tem, veio jornal e tudo, a gente saiu no jornal, o fogo demorou a apagar porque foi na parte do algodão, era um armazém muito grande. Era obrigatório fazer hora extra e não era. Quem fazia, eles (os patrões) gostavam mais, como eu queria me aposentar, eu me sujeitava fazer. Eu não gostava de fazer hora extra porque o dinheiro era muito pouco, não dava para comprar nada, só dava pra um refrigerante e um pão com queijo (Maria de Lourdes Lima Santos, 2013, grifos nossos).

Geralmente as condições de trabalho nas fábricas têxteis eram intoleráveis, D. Maria de Lourdes diz que ocorriam muitos choque e incêndios porque não havia manutenção, os fios eram expostos e antigos, além disso, as máquinas trabalhavam dia e noite, sem intervalo. Ela relata que os operários eram, muitas vezes, constrangidos a fazer horas extras.

A narrativa de D. Maria de Lourdes vem lançar luzes sobre as normas das fábricas, as dificuldades enfrentadas pelas operárias no seu cotidiano. Ela nos conta que muitas mulheres adoeciam e como ela procedia para burlar essas normas da fábrica, que inclusive as proibia de se alimentarem no ambiente de trabalho.

Ela narra uma experiência ocorrida na ITCG: “Era proibido comer no horário de serviço nas fábricas, aí eu pegava uma lata de óleo *Don Don*, fazia suco de

maracujá, colocava na lata de óleo e ficava tomando suco sem ninguém ver. Às vezes o encarregado chegava e me pegava comendo”. Quando isso acontecia, ela o enfrentava corajosamente. Abaixo temos uma amostra de seu diálogo com o encarregado do setor:

[Encarregado]: Maria, você tá comendo?

[Maria de Lourdes]: Tô, eu vou comer, não vou trabalhar com fome não.

Perguntamos sobre as relações afetivas no ambiente de trabalho, D. Maria de Lourdes, que trabalhou em diversas fábricas, nos relata rindo muito:

Havia muito namoro lá dentro das fábricas entre os empregados, tinha um que era noivo e namorava outra, mas ninguém falava nada, porque a arenga era grande. Era proibido namorar colega de trabalho, porque ali era só pra trabalhar, não podia perder tempo com namoro. Até pra ir no banheiro, era difícil dar uma fugidinha. Mas acontecia muito, mesmo eles vigiando (Maria de Lourdes Lima Santos, 2013).

D. Maria de Lourdes foi a única entrevistada a afirmar que havia namoro dentro da fábrica. Envolvimentos afetivos no espaço de trabalho eram inevitáveis e não poderia ser diferente, já que cotidianamente naquele espaço de trabalho conviviam pessoas com desejos, sonhos, anseios, vontades.

D. Maria de Lourdes nos diz que “A minha relação com meus colegas das fábricas onde passei era boa, sempre fui amiga de todos, todos eram meus amigos”. Diz que procurava se relacionar bem com todos, mas mesmo assim, as relações nem sempre eram harmônicas entre os operários, ocorriam conflitos nos quais se envolveu ou foi envolvida.

Notamos que ocorriam desarmonias no lidar cotidiano no ambiente fabril tanto entre os próprios operários, como entre os operários e chefes.

Eu era chorona, chorava muito, respondona. Quando eu fazia um trabalho que eu tinha consciência que eu fazia certo sempre tinha uns que diziam que eu fazia o nó grande, mas tinha um número em cada conicaleira, para saber quem era responsável se quebrasse os fios na urdideira. Mas nunca dava problema na urdideira que eu ficava e mesmo assim eles falavam, por isso eu chorava. Quando eu fui costureira na Têxtil, tinha uma menina que era filha do chefe, e era muito *bajulada*. O nome dela era Gorete, *era menor de idade, mas ganhava mais do que todo mundo, fazia saco furado e dizia que era eu*. Um dia eu pedi conta, ela recebeu o décimo mais do que eu, aí eu falei. O chefe disse que era mentira minha, que eu chamei ele de ladrão, eu não chamei, aí eu resolvi ir pra casa. Foi a primeira vez que saí da *Têxtil*.

Chorei muito, o dono mandou me chamar, seu Ademar Veloso da Silveira, filho do falecido, ele foi muito bom pra mim, ele me deu aviso prévio em casa e pagou meus direitos. Era Agostinho Veloso da Silveira, Dr. Domício Veloso da Silveira e Seu Ademar, eram três irmãos, aí Deus foi chamando, chamando e só ficou seu Ademar (Maria de Lourdes Lima Santos, 2013, grifos nossos).

Ela nos diz que essas ocorrências de conflitos eram frequentes e que a afetavam profundamente. Fala que havia muita injustiça e que ela ficava ressentida e que chorava muito, após esse episódio ela pediu demissão da ITCG, voltando a trabalhar nesta fábrica anos mais tarde e aí ficou até aposentar-se.

A fala que veremos a seguir vem lançar luzes no que tange à hierarquia existente na fábrica, quando relembra seu relacionamento com os chefes e até suas mágoas. D. Maria de Lourdes nos conta que colocava apelidos nos chefes e se divertia muito à custa deles.

Tinha hora que era boa, tinha hora que era ruim, viu? Tinha de entender eles, quando vinha de mau humor e quando vinha bom (sic). A gente não podia se aproximar de encarregado, nem de chefe demais, porque eles são falsos. Uma hora eles tão bem, outra hora eles tão mal, reclamando, dizendo que a gente fez errado, o que a gente não fez ali, né? Tinha o contra mestre e encarregado e tinha o chefe geral. Coloquei apelidos nos encarregados de *Lutero* e *Lucifer*, eles eram muito ruins, os nomes deles era Gilberto e Nino. Gilberto morreu em São Paulo, ficou o Nino, o Lucifer, (risos) (Maria de Lourdes Lima Santos, 2013, grifo nosso).

Notamos o relacionamento conflituoso dessa operária com seus encarregados, até apelidando um deles de *Lutero* (possivelmente porque no imaginário equivocado das pessoas era considerado um *herege*), e outro de *Lucifer* (considerado a personificação do mal). Essa fala nos leva a crer que essa relação entre operárias e chefes não era assim tão pacífica. No que diz respeito aos sindicatos, greves e paralisações, D. Maria de Lourdes diz:

Tinha sindicato, a gente era tudo sócio, pagava. Não tinha greve porque a gente tinha medo, de vez em quando eles falavam pra fazer paralisação, mas a gente não parava. Tinha pessoas que chamava pra parar e na hora não assumia, voltava atrás. Eu nunca gostei disso não, também no meu tempo nunca houve. [...] Me aposentei por tempo de serviço em sete de maio de 1994, há 18 anos. Quando eu me aposentei, tinha direito a hora extra e insalubridade, mas eles não queriam preencher os papéis, enfrentei muita dificuldade, tive que lutar muito, o rapaz me falou que era melhor a aposentadoria proporcional, aí eu aceitei, não foi bom? Depois minhas colegas de trabalho vieram me chamar para revisão da aposentadoria na Justiça, mas eu não quis mexer mais não. Eu não consegui comprar terreno, casa, nada, mas tá bom (Maria de Lourdes Lima Santos, 2013).

Apesar de ser associada ao sindicato de sua classe, essa mulher trabalhadora não conhecia com clareza seus direitos trabalhistas e nem fazia questão de lutar por eles. Queremos retomar a fala final de D. Maria de Lourdes para pensarmos um pouco no modo como ela encerra nossa conversa, suspira profundamente, dizendo: “Eu era feliz e nem sabia” se referindo ao período em que trabalhava nas fábricas.

O que inferimos dessa afirmação saudosa de um passado relativamente distante? Como é possível sentir saudades de uma vida inteira enfrentando longas e duras jornadas de trabalho em diferentes fábricas têxteis, com baixos salários, sem benefícios adicionais, sem conforto? Será que sente falta da juventude perdida e que não volta mais? Será que está relacionada à sua condição de velhice no presente?

Ecléa Bosi nos fala sobre a condição da velhice na sociedade industrial. “A sociedade rejeita o velho, não oferece nenhuma sobrevivência à sua obra. Perdendo a força de trabalho ele já não é produtor nem reproduzidor”. E prossegue: “Quando se vive o primado da mercadoria sobre o homem, a idade engendra desvalorização” (BOSI, 1994, p. 77-78).

Encerrando esta parte do nosso estudo, apresentamos D. Antônia Francisca,⁷⁹ cuja incursão pelo mundo do trabalho têxtil muito se assemelha à de D. Maria de Lourdes, ambas começaram a trabalhar na década de 1960, transitaram por várias fábricas, mas com uma diferença, D. Antônia Francisca se aposentou na década de 1980, mais especificamente em 1983, quando trabalhava pela segunda vez na CIMA.

Por este motivo, agrupamos os dois relatos, buscando facilitar a compreensão de suas histórias e memórias. Na infância, D. Antônia Francisca foi agricultora, ela nos conta a sua trajetória no mundo do trabalho têxtil.

Fui trabalhar na fábrica para sustentar a casa, eu era a *dona da casa*. Quando comecei a trabalhar em fábrica, eles já pagavam salário, já tinha documento assinado. O trabalho era pesado, era difícil, mas precisava do dinheiro pra me sustentar. Com vinte e dois anos fui trabalhar na *Tecelagem Marques de Almeida*, ainda hoje tem o prédio, era ali na Rua da Faculdade de Administração, antes do Correio, era ali. É um prédio grande, bem velho que tem. Depois fui trabalhar no *Cotonifício*, que hoje não é mais nada,

⁷⁹ Antônia Francisca de Souza, 84 anos, natural de Umbuzeiro-PE. Viúva, quatro filhos, semianalfabeta. Trabalhou como tecelã em diversas fábricas têxteis: CIMA, CIG-CC e CCPS, da década de 1960 até a década de 1980, mais especificamente em 1983.

trabalhei nove anos, aí saí e fui trabalhar na *Crispim* perto do cemitério. Depois saí de lá e voltei pra *Tecelagem Marques de Almeida* e fiquei lá até me aposentar em 1983 (Antônia Francisca de Souza, 2010).

D. Antônia Francisca começou a trabalhar ainda solteira aos 22 anos, depois casou aos 33 e passou a manter uma dupla jornada de trabalho. Ela nos diz “Quando eu trabalhava na fábrica, era de seis da manhã até às seis da noite. Uma vez trabalhei até a quinta-feira e ganhei menino no sábado”.

A respeito das relações com os colegas, ela nos fala: “Eu nunca tive problema com ninguém não. Graças a Deus eu sou uma pessoa que gosta de ajudar todo mundo. Quando eu vejo que uma pessoa não quer amizade comigo, eu fico pra cá e ela fica pra lá”. Ela finaliza seu relato nos dizendo: “Minha vida todinha foi trabalhar”. O ambiente fabril fez parte de grande parte de sua existência.

Algumas imagens são recorrentes, a fábrica como um *inferno*, a *máquina grande*, a poeira, o barulho das máquinas, a vigilância, a cobrança excessiva, o estresse constante. Essas expressões retratam bem o cotidiano do trabalho duro nas fábricas.

A seguir, teremos o terceiro e último momento do nosso trabalho, *Lazer e sociabilidades: do lado de fora das fábricas têxteis*, onde buscaremos analisar as vivências dessas mulheres agora do lado de fora da fábrica. Buscaremos verificar como ocupavam os espaços de lazer, sociabilidades e instrução nos momentos de folga do trabalho fabril. Pontuaremos ainda sobre os afetos dessas trabalhadoras e suas tarefas cotidianas dentro do lar.

3 LAZER E SOCIABILIDADES: DO LADO DE FORA DAS FÁBRICAS TÊXTEIS

Lazer? Eu não tive lazer.
(Antônia Francisca de Souza)

Neste capítulo, também agrupamos os relatos das mulheres trabalhadoras de acordo com as décadas em que trabalharam no mundo têxtil, como no capítulo anterior. O momento de saída da fábrica era aguardado ansiosamente por todas as operárias. Poderíamos supor que depois de trabalhar exaustivamente, agora era tempo de descanso e diversão, mas a realidade não era bem essa.

Como as ex-operárias utilizavam o tempo disponibilizado para o lazer? Quais seus hábitos de lazer? A princípio, necessitamos compreender o conceito de *lazer*. Mas este termo é muito mais abrangente e suscita discussões maiores. De acordo com Souza (2012, p.15),

Um conjunto de atividades que ajudam no desenvolvimento sociocultural de um aglomerado humano. Tais atividades, embora possam ser genericamente designadas pelo termo *lazer*, apresentam pequenas diferenças entre aquelas que são programadas ou coordenadas por autoridades ou agentes culturais designados para este fim e aquelas que são organizadas espontaneamente pelo povo, pois estas últimas ganham o *status* de diversões populares e, quase sempre, fogem ao controle dos programadores sociais.

Campina Grande era caracterizada como cidade de porte médio desde os anos 1960. Como o lazer se apresentava nessa cidade considerada desenvolvida economicamente para as operárias? Além disso, quais as formas de diversão disponíveis na cidade?

As cidades são espaços onde afloram histórias e lembranças, pois se configuram enquanto espaço de intensa sociabilidade. A sociabilidade⁸⁰ se dá por meio da interação entre os indivíduos. Campina Grande, como qualquer urbe tinha seus espaços de lazer e diversão. Os espaços de lazer e sociabilidades eram frequentados pelos jovens com o intuito de conversar, namorar, dançar, e de modo geral, se divertir.

Havia nessa cidade espaços de lazer abertos, como também espaços

⁸⁰ Ver ALCÂNTARA JÚNIOR, José. **O conceito de sociabilidade em Georg Simmel**. Disponível em: http://www.nucleohumanidades.ufma.br/pastas/CHR/2005_2/jose_alcantara_v3_n2.pdf Acesso em 12/12/2014.

fechados. Os abertos eram os carnavais de rua, as praças, os desfiles de sete de setembro, as festas e procissões religiosas, os bares, sorveterias. Já os espaços fechados eram os clubes, os cinemas, cabarés, estádios de futebol.

Esses espaços se constituíam em lugares de sociabilidades e vivências, mas muitas vezes, em espaços de exclusão. Nem sempre esses espaços eram utilizados por todos, sendo que grande parte da população, era mantida à margem dessa benesse do *progresso*.

No caso das operárias, percebemos que teciam suas redes de sociabilidades. Nos momentos de folga do trabalho, elas trabalhavam em casa, cuidando do marido, filhos, familiares. Descansavam quanto podiam, e, além disso, tentavam se divertir da forma que lhes era acessível.

3.1 Do lado de fora: Maria José, Catarina e Maria do Carmo

D. Maria José⁸¹ contou-nos que no período em que ela trabalhou na CIMA e na ITCG não havia nenhuma diversão organizada para os operários. Ela nos fala sobre suas colegas de trabalho na ITCG, nomeando-as como *direitas* e que ela era a mais namoradeira. Sua diversão era namorar, pois era muito jovem nessa época e sua mãe não a deixava sair.

O que significava ser namoradeira nessa época? D. Maria José se julgava muito namoradeira. Ela ainda nos descreve como eram seus namoros na década de 60.

O namoro daquele tempo não era como o de hoje não, a gente não dava nem beijo na boca, era pegar na mão, conversar, aí já era namoro. Ninguém namorava dentro da fábrica não, se quisesse deixar um lanche pro outro, deixava discretamente dentro da máquina e saía, dentro ninguém se falava, só ficava nos olhares, na *paquera*,⁸² mas só se falava na saída (Maria José Freire Trigueiro, 2014).

Ela nos disse que muitos relacionamentos começavam dentro da fábrica com olhares e lá fora acabavam em namoros. O convívio diário era um ambiente propício para envolvimento afetivos. A fábrica era um ambiente misto, homens e mulheres dividiam os mesmos ambientes. Relações afetivas aconteciam dentro da fábrica,

⁸¹ Maria José Freire Trigueiro, 57 anos, natural de Soledade-PB. É filha de Maria Souza Araújo e irmã de Neli Freire dos Santos. Trabalhou na CIMA e ITCG no decorrer da década de 1960.

⁸² Paquerar significa demonstrar interesse amoroso por alguém; azarar.

brincadeiras entre eles, havia contato durante os intervalos para lanche.

Como D. Maria José nos falou, não havia namoro propriamente dito dentro das fábricas nas quais trabalhou, mas havia troca de olhares, pequenas gentilezas como deixar um lanche discretamente na máquina da pessoa que se queria conquistar e assim os relacionamentos afetivos iam tomando forma.

Um dos pontos que as operárias gostaram de narrar eram os seus amores, suas ilusões, falar sobre seus companheiros e vida afetiva. Percebemos que esse fator é muito marcante em muitas narrativas.

Ela relembra como casou e depois de trinta e cinco anos juntos, seu marido a decepcionou muito, saiu de casa, sempre retornando e pedindo-lhe perdão. Depois de algum tempo, ela não o aceitou mais. Conta-nos que:

Teve uma vez que ele disse que estava arrependido, que não ia me decepcionar mais e veio pra casa. Depois fugiu com os documentos dele que estavam comigo, aí eu entendi que ele voltou só pra pegar os documentos porque ele queria se aposentar (Maria José Freire Trigueiro, 2014).

As histórias dessas mulheres trabalhadoras nem sempre tem finais felizes. Mulheres comuns com histórias marcadas pelo duro trabalho, seja nas fábricas, ou em casa, cuidando dos filhos e das tarefas cotidianas do lar. Histórias de lutas, dores, decepções, injustiças, mas também de superações.

Ela ainda nos falou que só conseguiu concluir o antigo Ensino Primário. No decorrer do nosso estudo, percebemos que as mulheres trabalhadoras tiveram que enfrentar muitas adversidades, mas apesar disso, resistiram e tem resistido contra as péssimas condições de vida, trabalho, saúde e educação.

Refletindo sobre o universo feminino do trabalho a partir da década de 1960, podemos pontuar que empregabilidade⁸³ é a capacidade de se inserir no mercado de trabalho. Nesse sentido, notamos que a falta de educação escolarizada é uma lacuna que traz enormes prejuízos para as mulheres que necessitam trabalhar para se sustentar e contribuir para a sobrevivência de familiares.

Pensando a questão da educação e mundo do trabalho, a educação deve ser capaz de constituir o processo de tornar-se cidadão; isto é, um processo voltado à

⁸³ Ver MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no espaço produtivo. In: **Nova história das mulheres no Brasil**. Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2012, p. 142.

formação de sujeitos sociais participantes do exercício e usufruto do trabalho, da geração e uso dos conhecimentos e do exercício da responsabilidade do Governo sobre a sua cidade. Esta proposta se põe radicalmente contra qualquer proposta de educação discriminatória e reforçadora dos mecanismos, os antigos e os mais novos, de exclusão social.⁸⁴

Essas mulheres estavam aptas a serem inseridas no mercado de trabalho campinense da época? Conforme Silveira (2010, p. 20),

[...] a Educação, na medida em que significa o processo de socialização cultural, é que garante a transmissão de culturas e possibilita, a partir disso, a produção de novos conhecimentos, ampliando o patrimônio herdado, por sua transformação a cada geração, a cada presente histórico. É a Educação que permite aos seres humanos a inteligibilidade de seu ser-estar no mundo, de sua trajetória, dando-lhes consciência como sujeitos históricos.

Todavia o trabalho nas fazendas e mesmo nas atividades fabris e industriais que se formavam nas cidades, não requeriam de modo significativo uma instrução formal. A mesma ideia pode ser atribuída em relação às especializações, pois o trabalho nas fábricas e incipientes indústrias igualmente desconsideravam de início pelo menos, habilidades específicas, ao considerarmos que a maioria destes ofícios era apreendida no próprio trabalho.

Esse quadro vai aos poucos mudando, o mercado de trabalho necessitava de mulheres qualificadas, especialmente no setor de serviços. Em linhas gerais, no tocante à educação no Brasil⁸⁵ dos anos 60 do século XX, as pessoas consideradas pobres quase não tinham acesso à escola pública.

Aqueles que concluíam o *Ginásio* já se consideravam privilegiados, como podemos perceber no relato de nossas entrevistadas. Os mais pobres geralmente só terminavam o *Ensino Primário*, o que já garantia um diferencial no âmbito profissional.

Era motivo de orgulho concluir o *Ensino Primário*, com isso podia trabalhar em um escritório, assumir cargo de encarregado, ser supervisor em uma fábrica ou até mesmo a gerência de uma pequena empresa. O *Segundo Grau ou Científico* era garantia de uma posição de mais qualidade.

⁸⁴ Ver KRUPPA, Sônia Maria Portella. Educação e trabalho na perspectiva dos sujeitos sociais. In: **Educação e o mundo do trabalho**. Boletim 17, setembro 2005.

⁸⁵ Ver ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

D. Catarina,⁸⁶ que também trabalhou na década de 1960, não possuía nenhuma escolarização ou educação formal. Ela nos diz que nem tudo era trabalho e relembra com nostalgia dos desfiles de carnaval dos quais participava na sua juventude.

A gente ia pro carnaval, o carnaval era muito bonito, carro alegórico, a gente ia em cima dos carros, tinha até o carro da SANBRA pra gente ir correr a rua todinha em cima das caminhonetes, as funcionárias tudo fantasiadas e eles davam as roupas, eles davam a fantasia, *papangu*. Eu saía, ia dançar no Paulistano. A gente desfilava durante o dia e de noite ia dançar, até meia noite porque no outro dia a gente ia trabalhar, aí eles vinham deixar a gente na porta, tudo em cima das caminhonetes. Tinha lança perfume, não era droga como é hoje, era um perfume, a gente xapiscava o povo, o povo era tão cheiroso nos clubes, não tinha briga não (Catarina Pereira da Silva, 2014).

As fábricas também se organizavam para proporcionar aos operários formas de lazer e diversão. D. Catarina nos fala que a SANBRA fornecia caminhonetes e fantasias para seus funcionários desfilarem no carnaval de rua. Depois de desfilarem, iam nas caminhonetes para o clube Paulistano⁸⁷ e dançavam até meia noite. Nesse horário os gerentes da fábrica levavam-nos em casa, porque no outro dia teriam que trabalhar.

D. Catarina coloca isso como sendo uma boa atitude dos patrões para com os funcionários, mas percebemos que esse comportamento por parte dos gerentes e donos da fábrica era com a intenção de exercer controle sobre o lazer e diversão dos trabalhadores. Talvez se tratasse de uma forma de regulação da conduta dos operários para evitar que eles se excedessem em bebedeiras e sua produção fabril no dia seguinte fosse prejudicada.

D. Catarina nos relata com certo desprezo como algumas colegas de trabalho na SANBRA se divertiam, dizendo que muitas delas frequentavam o *Ipiranga Clube*.⁸⁸

⁸⁶ Catarina Pereira da Silva, 88 anos, natural de Taquaritinga do Norte-PE. Não possui nenhuma escolaridade, nunca casou, não tem filhos. É tia de Iza Martins Ramos. Trabalhou na CPBPA e SANBRA na década de 1960.

⁸⁷ O Paulistano Esporte Clube era muito frequentado por operários, industriários e alguns comerciários, além de funcionários públicos de menor escalão, como os da Limpeza Pública. Ver SOUZA, Antonio Clarindo B. de. Os clubes sociais em Campina Grande: espaços de sociabilidade, lugares de exclusão. In: **Cultura e Cidades**. ANDRADE, Joel Carlos de Souza; DANTAS, Eugênia Maria; BURITI, Iranilson de Oliveira e SOUZA, Antonio Clarindo B. (Orgs.) 1ª edição, Campina Grande: EDUFCG, 2009, p. 92.

⁸⁸ O Ipiranga Clube foi fundado em 1926 e fechou suas portas em 2011.

As mulheres da SANBRA iam no forró no Ipiranga passava a noite todinha. Eu nunca fui lá, iam as que eram *amancebadas*,⁸⁹ ou as *mulheres separadas*. Não eram mulheres direitas, não eram bem vistas, eram mulheres irresponsáveis, elas diziam a gente que iam dançar e beber. As que tinham namorado, as que tinham vergonha não iam não (Catarina Pereira da Silva, 2014).

O Ipiranga Clube era um clube popular de Campina Grande, considerado o mais antigo clube social em atividade da cidade. Na década de 1960, a operária que saía para beber e dançar no Clube Ipiranga estava se distanciando do papel de mulher cumpridora dos seus deveres.

Esse comportamento era incompatível com o decoro que uma mulher *equilibrada* deveria ter. Essa atitude violaria as regras estabelecidas para a conduta da mulher na sociedade ordeira. De acordo com Cavalcanti (2000, p. 25),

[...] Novos lugares eram instituídos para mulheres e homens; deslocamentos nas imagens do ser mulher, esposa, mãe e até profissional produtiva, pois o espaço público precisava ser habitado por mulheres: o corpo moralizado da mulher no privado (família) devia corresponder a um corpo moralizado no público (trabalho, lazer). Por isso, a mulher agora convidada a participar de eventos e práticas públicas e urbanas, devia fazê-lo com muita precaução.

A mulher, que nesse período, entrava com mais intensidade no mundo do trabalho, foi alvo privilegiado do discurso moralista dos conservadores e religiosos. D. Catarina nos diz que nunca foi dançar e beber no *Ipiranga* e quem procedia dessa maneira, eram as mulheres *amancebadas*, *separadas*, as que tinham namorado e as que tinham *vergonha* não tinham essa conduta. Ela conta que frequentava o *Paulistano*, mas não o *Ipiranga* e diz que o *Ipiranga* era mais mal visto, mais mal frequentado.

D. Catarina também se preocupa em nos falar sobre seus namoros e noivado, demonstrando preocupação em nos explicar por que permaneceu solteira. Relata-nos que acompanhava a moda da década de 1960, como podemos ver nos seus relatos logo abaixo:

Eu era muito vaidosa, sapato branco de saltinho, sapato preto de saltinho, sandália parecendo ouro e vestido godê de cambraia, de linho, tule bordado, só comprava roupa boa, tinha costureira pra costurar na treze de maio. *Namorava muito, era namoradeira*, cada namorado me traía. O primeiro não prestou e os outros também não. *Era assim, a gente estava*

⁸⁹ Expressão que quer dizer morar junto, que vive em concubinato.

numa festa, quando eu via, ele já tava namorando com outra, aí eu ficava com outro na cara dele, não ia chorar nem ficar triste não. Aí terminava o namoro. Sou solteira, fui noiva, mas não casei, passei oito meses de aliança e não casei porque ele arrumou outra (Catarina Pereira da Silva, 2014, grifos nossos).

Interessa-nos perceber que D. Catarina se mostrava *recatada* reprovando suas colegas de trabalho irem se divertir no *Clube Ipiranga*, mas ao mesmo tempo não demonstrava recato em trocar de namorado numa festa como vingança por ele ter ficado com outra. Ela nos conta que teve alguns relacionamentos, ficou noiva, mas não chegou a casar.

Rezende (2008, p. 66) nos fala que “A mulher moderna não está excluída desse contexto de mudanças que envolvem o moderno, marcado pela inquietude e ansiedade que dificultam a existência das relações amorosas”. Indagamos-nos se a nossa operária esteve inserida nesse contexto descrito por Rezende. Nunca saberemos ao certo, já que até mesmo nossa entrevistada tem dúvidas a respeito.

Ela nos diz que ganhava muito pouco na fábrica, mas estava satisfeita, pois era suficiente para comprar suas roupas, sapatos, cuidar do cabelo, acompanhar a moda da década de 1960. “O salário era pouco, mas dava pra comprar tecido no Armazém do Norte, dava pra comprar *saia plissada, dava pra ondular o cabelo no salão, era moda*”.

Imaginamos que essa operária se dava por satisfeita com um salário irrisório porque ela era solteira, não tinha filhos e não necessitava auxiliar nas despesas da casa, já que seu pai assumia todas as despesas da casa. D. Catarina nos conta que, apesar de gostar muito de trabalhar na SANBRA, pediu para sair:

Pedi pra me botar no corte, no dia que houver um corte, me coloque na lista, porque eu queria tanto sair daqui porque eu quero trabalhar na feira vendendo roupas pra negociar por minha conta. Eu comprava a seu Arlindo, sandálias de borracha parecidas com as havaianas de hoje e vendia na feira (Catarina Pereira da Silva, 2014).

Ela nos contou que quando saiu da SANBRA trabalhou catorze anos na Feira Central. Ela disse queria ser independente, “Eu comprava miudeza, sabonete, sacolas de plástico, sacos de açúcar vazios pra fazer lençol, toalha. Comprava fiado nas *Nações Unidas* depois pagava”. Creio que o sonho de D. Catarina era semelhante ao de muitos operários, ter seu próprio negócio e ficar livre do trabalho

pesado da fábrica. Ela nos falou que “Não fiquei rica, mas era feliz trabalhando na feira por conta própria”.

D. Maria do Carmo⁹⁰ nos diz que algumas mulheres que trabalhavam na CPBPA eram *direitas*, outras eram mais namoradeiras. As memórias dessa operária nos possibilita perceber alguns espaços de lazer e sociabilidades dos operários de indústrias, como as festas e cursos promovidos pelo SESI.

A diversão da gente da indústria era o SESI, os donos da fábrica pagavam uma taxa, descontava uma parte da gente também. Tinha festas, cursos, Arte, Culinária, Corte e Costura. Tinha os cinemas *Babilônia e Capitólio*, meus pais me prendiam muito, não me deixavam sair sozinha, nem com Zé Antônio, meu namorado, pra lugar nenhum. Eu estudava à noite junto com Zé Antônio no CAD, às vezes ia passar um filme bom com Oscarito, Grande Otelo,⁹¹ a gente *matava aula* e ia ver. *Mas se meus pais soubessem, me batiam* (Maria do Carmo Silva, 2014, grifos nossos).

Ainda percebemos no seu relato, que ela frequentava os cinemas *Babilônia e Capitólio*⁹², mas seus pais não podiam saber de forma nenhuma, ela diz que iam no momento da aula. Ela afirma que naquele período mulher *direita* não podia sair sozinha com o namorado, e para o cinema, de maneira nenhuma.

Na década de 1960, os avanços técnicos e inovações tecnológicas se afirmavam de forma crescente. Esse período representava mudanças vertiginosas e Campina Grande ainda pacata, mesmo sem grandes agitações, começava a se abrir para novos espaços de sociabilidades como o cinema.

Todavia, ainda era conservadora, havendo a convivência entre o urbano e o rural. Os cinemas se constituíam em locais de lazer, distração, entretenimento e conhecimento. Essas lembranças que ainda hoje estão presentes na memória de D. Maria do Carmo.

O que significava ir ao cinema na década de 1960, 1970, 1980? Não significava apenas assistir um filme, a tela grande encantava as pessoas, espaço de

⁹⁰ Maria do Carmo Silva, 73 anos, natural de São Sebastião de Lagoa de Roça-PB. Casada, quatro filhos, concluiu o Exame de Admissão e fez cursos no SENAI e SESI. Trabalhou na CPBPA na década de 1960.

⁹¹ Oscar Lourenço Jacinto da Imaculada Conceição da Teresa Dias popularmente e artisticamente conhecido por *Oscarito* foi um importante comediante do período da chanchada no Brasil. *Grande Otelo*, pseudônimo de Sebastião Bernardes de Souza Prata foi ator, comediante, cantor, escritor e compositor brasileiro.

⁹² Sobre o cinema e o cotidiano dos campinenses ver SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. **Lazeres Permitidos, Prazeres Proibidos**: Sociedade, Cultura e Lazer em Campina Grande (1945-1965). Tese de Doutorado em História, Recife, UFPE, 2002.

prazer para muitos, espaço de paqueras, flertes e encontros amorosos. Os jovens, especialmente, utilizavam esses espaços para trocarem olhares, trocarem abraços e carícias, namorarem e havia os mais ousados, que extrapolavam os limites dos padrões de comportamentos socialmente aceitos para a época. A penumbra e a falta de controle dos adultos levava esse espaço a ter fama de local de perdição.

Neste sentido, não era bem visto pela sociedade local os casais irem sozinhos ao cinema, mas assim como D. Maria do Carmo e seu namorado, os jovens sempre descobriam uma maneira de escapar da vigilância. Quanto à questão educacional, ela nos diz: “Eu terminei o Primeiro Grau, fiz o exame de admissão e passei”. Ela nos conta como deixou de trabalhar quando casou para se dedicar ao lar e à família.

Com dezenove anos conheci uma pessoa com quem casei e estamos juntos até hoje. Ele trabalhava no comércio, ficava passando na calçada da fábrica, hoje é dono de uma loja de calçados e é advogado. Eu casei com vinte e dois anos. Trabalhei seis anos na fábrica, *naquele tempo quando a mulher casava tinha que deixar o emprego. A mulher pobre não tinha como cuidar da casa e trabalhar, se o marido trabalhasse, a mulher devia ficar em casa, a mentalidade da época era essa.* Quando eu saí, não fui indenizada como era pra ser, na época eu ganhava cento e vinte cruzeiros por mês e quando saí eu só recebi cento e vinte de gratificação. Eu não entendia nada e nem procurei saber se tinha mais direitos, hoje sou aposentada. Depois que eu saí de lá, demorou uns três anos e a fábrica fechou, não sei por que, o agave foi desaparecendo. Eu voltei lá um dia desses, fiquei chorando e olhando o lugar que eu pisava quando era juvenzinha e cheia de ilusões. Fiquei lembrando o apito da fábrica quando dava meio dia, fiquei olhando para as paredes, eu passei ali muita coisa boa, mas passei também muita vergonha (Maria do Carmo Silva, 2014, grifo nosso).

Ela prossegue dizendo: “Depois eu fiz um curso de costura no SESI”. Era comum as mulheres fazerem cursos que as preparavam para o casamento, como *Corte e Costura*, por exemplo.

3.2 Do lado de fora: Rosélia

As vivências no mundo do trabalho de D. Rosélia⁹³ se deram na década de 70. Ela nos fala que no período em que trabalhou na fábrica não havia diversão. Conta-nos que era muito jovem e que seu pai era muito severo. Ela explica que não se lembra de muita coisa, “Eu esqueci muita coisa, é só disso que eu lembro”.

⁹³ Rosélia Henrique dos Santos, 53 anos, natural de Campina Grande-PB. Casada, três filhos. É cunhada de Maurício Farias Negreiros. Tem o antigo Ensino Primário incompleto. Trabalhou na CIMA na década de 1970.

A memória se constrói no silêncio e também no esquecimento, existe o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável. Sabemos que há os *não ditos*,⁹⁴ não apenas porque esqueceram, mas por algum motivo.

Há interesses que perpassam os fatos lembrados ou esquecidos por um grupo social específico. As fronteiras desses silêncios e não ditos com o esquecimento definitivo estão em perpétuo deslocamento. D. Rosélia nos relata:

Eu tinha muita vontade de trabalhar, mais do que estudar. Depois voltei a estudar no Tiradentes, aí conheci meu marido, casei e não estudei mais não. Era muito complicado estudar, esquentava muito a cabeça, principalmente Matemática, aí parei, mas era pra ter insistido, ter mais paciência (Rosélia Henrique dos Santos, 2015).

Talvez a prioridade para ela naquele momento fosse o trabalho, assim teria uma renda mínima para suprir suas necessidades mais básicas. Ela poderia ter buscado conciliar o trabalho com os estudos, mas imaginamos se depois de uma jornada de trabalho extenuante na fábrica, uma adolescente teria motivação suficiente para ir à escola.

Ela lamenta não ter prosseguido com seus estudos, reconhecendo que houve uma perda. “Mas hoje eu vejo que se eu tivesse levado meus estudos mais adiante, teria sido melhor. Tudo poderia ser diferente”. Falou isso com ar melancólico, essa afirmação pode significar muitas coisas, talvez insatisfação com sua vida atual? Desejos, sonhos que não foram realizados?

Na década de 1970, as crises da economia mundial diminuíram o ritmo de crescimento da economia brasileira, que ficou endividado, gerando a maior dívida externa do mundo. No tocante à educação, conforme Matos; Borelli (2012, p. 145),

A expansão do ensino médio e universitário possibilitou a ampliação da escolaridade feminina em diferentes níveis e áreas do conhecimento. Entre 1970-75, por exemplo, o número de mulheres nas universidades aumentou em cinco vezes, enquanto o de homens dobrou. O avanço da escolaridade entre as mulheres se ampliou nas décadas seguintes e gerou impacto no mercado de trabalho, tornando-as economicamente mais competitivas e capazes de enfrentar resistências e preconceitos e aumentar sua presença em setores até então impermeáveis ao feminino.

⁹⁴ Ver POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

Apesar disso, essa mulher trabalhadora não obteve esse benefício, não fazia parte deste contexto anteriormente descrito, sequer concluiu o *Ensino Primário*. Ela nos explica por que saiu da CIMA:

Eu saí de lá porque tinha muita poeira, ficava espirrando muito, tossindo por causa do pelo do algodão, não conseguia nem trabalhar direito. Tinha muito calor, barulho das máquinas, ainda dava pra aguentar, mas o pelo do algodão me fazia espirrar o tempo todo, aí não deu pra aguentar mais não. Também tinha a questão do horário, tinha que trabalhar de noite, voltava pra casa tarde. Eu pedi pra fazer um acordo, não aguentava mais. Saí da Marques de Almeida e fui trabalhar na fábrica *João Felinto*, fabricava álcool e água sanitária. Fiquei lá uns seis meses. Lá as condições de trabalho eram piores que na Marques de Almeida, quando a gente não tinha serviço, o dono colocava eu e as outras meninas pra catar lixo pra ele. Minhas mãos estavam ficando cheia de manchas amarelas, eu acho que era por causa disso. A gente era obrigada a ir, não importava se fazia sol ou se tava chovendo, ele não queria nem saber (Rosélia Henrique dos Santos, 2014).

Essa operária fez um acordo trabalhista e saiu da CIMA porque não aguentava as condições de trabalho muito duras para uma menina de dezesseis anos, sua idade quando saiu dessa fábrica. Todavia, ela relata que essa mudança não foi para melhor.

Essa trabalhadora deixa a CIMA, uma fábrica têxtil para trabalhar numa fábrica que produzia álcool e água sanitária. Tentava escapar da dura jornada de trabalho, buscava condições de trabalho mais suportáveis, novas alternativas de sobrevivência, mas não obteve sucesso.

A fala dessa operária nos chama atenção para um trabalho análogo ao escravo, controlado, vigiado, mal remunerado, longas jornadas em condições de trabalho precárias. Este quadro traçado pelas mulheres entrevistadas nos assombra até porque caracteriza o trabalho numa época contemporânea.

3.3 Do lado de fora: Maria de Fátima, Maria Souza, Neli e Iza

D. Maria de Fátima⁹⁵ rememora sobre lazer e sociabilidade quando estagiou na CIG-CC, dizendo que algumas vezes a fábrica proporcionava festas no Clube do Trabalhador.⁹⁶ Ela diz “Nos domingos alguns funcionários iam pra esse clube,

⁹⁵ Maria de Fátima Silva Oliveira, 57 anos, natural de Arcoverde-PE. Casada, duas filhas, possui o antigo Ensino Primário incompleto. Trabalhou na CIG-CC na década de 1980.

⁹⁶ O Clube do Trabalhador do Serviço Social da Indústria foi inaugurado em 1962. Considerado um grande empreendimento do sistema SESI/SENAI. Estruturado de forma semelhante aos melhores

tomavam banho, também havia lá confraternizações dos funcionários da fábrica”.

Relata-nos que, talvez por ser estagiária na fábrica e não ter carteira assinada, não participava desses eventos. Conta-nos como aproveitava seus momentos de folga com seu namorado que também trabalhava numa fábrica, só que de calçados.

Na época que eu trabalhava no Cotonifício, o que tinha mais disponível para o jovem era o cinema, a gente sempre ia para o cinema nos dias de folga à noite. Nessa época já era noiva, o meu namorado trabalhava numa fábrica também, o tempo dele era muito pequeno né? Ele trabalhava na Azaléa na época, então o tempo dele era muito curto a gente só se via no final de semana e assim mesmo ele tinha que ficar muito pouco na minha casa, porque ele tinha que ir pra casa muito cedo, porque ele pegava de seis horas da manhã, então a gente só ficava junto no máximo até oito horas, estourando, nove horas. A gente pegava um cineminha, via televisão, fazia um lanche, a diversão era só voltada pra essa parte (Maria de Fátima Silva Oliveira, 2013, grifos nossos).

Novamente a menção ao cinema, as salas de cinema representaram importantes opções de lazer espaços de sociabilidade. Serviram de espaços de convivência, proporcionaram novas formas de lazer, onde o público obtinha inspirações para a forma de ser e de viver a vida. Ela diz que não ajudava sua mãe nas tarefas domésticas, que ficavam por conta de sua mãe.

Ela ainda nos relata: “Eu só tenho o antigo Ensino Primário, depois fiz o curso no SENAC”. D. Maria de Fátima diz: “Nas horas vagas, eu estudava, fazia cursos à noite”. No início da década de 1980, o Brasil enfrentava grave crise financeira, a qualidade da educação que já não era boa, piorou. Durante toda essa década, a escola pública brasileira atingiu a pior qualidade de toda a sua história.

A sociedade brasileira vai se modificando e tornando necessária uma nova proposta de educação: preparar trabalhadores para a indústria. A necessidade de preparação de mão-de-obra para a indústria implica uma mudança de concepção do ensino profissional.⁹⁷ Além do preparo técnico para o trabalho, seria preciso também

clubes existentes na cidade, sendo de uso exclusivo dos operários da indústria. Ver SOUZA, Antonio Clarindo B. de. Os clubes sociais em Campina Grande: espaços de sociabilidade, lugares de exclusão. In: **Cultura e Cidades**. ANDRADE, Joel Carlos de Souza; DANTAS, Eugênia Maria; BURITI, Iranilson de Oliveira e SOUZA, Antonio Clarindo B. (Orgs.)^{1ª} edição, Campina Grande: EDUFPG, 2009, p. 95.

⁹⁷ A Constituição de 1937 determina que o ensino vocacional e pré-vocacional seja dever do Estado, a ser cumprido com a colaboração das empresas e dos sindicatos econômicos, define ainda as Leis Orgânicas do Ensino Profissional e a criação de entidades especializadas como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), bem como a transformação das antigas escolas de aprendizes artífices em escolas técnicas federais. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/edupro.html> Acesso em 08/10/2014.

disciplinar os jovens para as atividades produtivas e a divisão do trabalho.

Disse-nos que este trabalho foi relevante para sua vida profissional, abrindo portas para outras oportunidades de emprego. “A minha passagem por lá foi muito benéfica para mim, muito benéfica mesmo”. Ela diz que casou, exerceu a profissão de manicure, vendedora e recentemente está trabalhando como auxiliar no berçário de propriedade de sua filha.

D. Maria Souza⁹⁸ trabalhou na CCPS na década de 1980 e nos relatou as dificuldades que enfrentou numa cidade que ainda não conhecia bem, tendo que fazer de tudo para sobreviver e alimentar seus filhos. Ela conta que não desfrutava de momentos de diversão, quando não estava trabalhando, estava cuidando da casa e dos filhos.

A inserção no mundo do trabalho fabril trouxe para essa mulher operária a responsabilidade de conciliar as tensões e conflitos surgidos no entrecruzamento de trabalho e família. O trabalho na fábrica não liberou a mulher das tarefas domésticas.

No caso de D. Maria Souza, necessitou conciliar trabalho/família e ainda desempenhando o duplo papel de pai e mãe. Durante nossa conversa, falava de forma recorrente sobre o seu casamento, vejamos o seu relato:

Eu sofri muito, meu marido me batia e depois me deixou sozinha com seis filhos pra criar, três meninas e três meninos, arrumou uma mulher da vida aí na rodagem e se mandou, foi morar com ela. Ele trabalhava na SANBRA, um dia eu fui atrás dele pra ele dar algum dinheiro pra comprar comida pros filhos dele, os meninos morrendo de fome aí ele me deu um murro, disse que não queria mulher atrás dele não. Outro dia, fui à feira da Prata buscar dinheiro aí a mulher que vivia com ele se abaixou, pegou um coco verde e jogou em mim, passou raspando na cabeça da menina que estava no meu colo. Eu tive que criar meus filhos sozinha, ele não ajudou em nada. Mas Deus me ajudou, hoje estão todos criados, casados, vivendo suas vidas. Essa casa (aponta mostrando a casa) era de taipa, não tinha luz, as paredes estavam caindo, não tinha porta, os cachorros entravam à noite, os meninos chorando de fome, não tinha nem sal em casa. *Eu peguei uma corda pra me enforcar*, minha vida foi sofrimento (Maria Souza Araújo, 2014, grifo nosso).

Ela conta que, não suportando tamanho sofrimento de ver seus filhos chorando com fome, pensou em cometer suicídio, mas não teve coragem. “Só não me matei porque pensei: quem vai cuidar dos meus filhos? Eles só têm a mim”.

⁹⁸ Maria Souza Araújo, 78 anos, natural da cidade de Soledade-PB. Divorciada, seis filhos. É mãe de Maria José Freire Trigueiro e de Neli Freire dos Santos. Trabalhou na fábrica de agave CCPS na década de 1980.

Ela se emociona diversas vezes durante seu relato. O ato de recordar faz reviver experiências dolorosas, sentimentos de perda, ela retorna ao tempo da juventude quando teve que lutar por sua sobrevivência numa cidade que, para ela, era considerada *grande*, já que provinha de uma cidade de menor porte.

Travou uma batalha utilizando todos os recursos possíveis, tecendo redes de solidariedade e de acolhimento, cooperação entre as vizinhas, lutando pelo seu sustento e dos seus seis filhos que dela dependiam, a prioridade era garantir a sobrevivência.

D. Maria Souza nos disse que estudou quando morava em Soledade, chegando apenas a concluir à 4ª série do antigo Ensino Primário. Apenas depois que seus filhos cresceram e saíram de casa é que começou a cuidar da saúde, pratica hidroginástica, se mantém ativa.

D. Neli,⁹⁹ assim como D. Maria de Fátima também lembra que a CIG-CC promovia uma festa no *Clube do Trabalhador* no final de cada ano para entregar prêmios e presentes para os funcionários. Ela nos fala sobre a diversão da época.

A festa daquele tempo era baile, dança, na *sede do bairro e assustado*. *Assustado* era música, era dança, era brincadeira com chapéu pra tomar o parceiro do outro. Colocava o chapéu na cabeça da menina pra dançar com o parceiro dela, assim os jovens se divertiam. O povo ficava ali brincando, dançando, na casa dos amigos, era a brincadeira do povo, era assim. Mas minha mãe não me deixava participar (Neli Freire dos Santos, 2014, grifo nosso).

Essa operária diz que sua mãe só permitiu que saísse para se divertir quando começou a namorar “Só saí pra me divertir quando eu arranjei namorado, mesmo assim, só ia para o cinema”. Ela nos diz ainda que só ia acompanhada de uma irmã. De acordo com Soihet (2012, p. 365),

A rua simbolizava o espaço do desvio, das tentações, devendo as mães pobres, segundo os médicos e juristas, exercer vigilância constante sobre suas filhas, nesses novos tempos de preocupação com a moralidade como indicação de progresso e civilização.

⁹⁹ Neli Freire dos Santos, 51 anos, natural de Campina Grande-PB. Casada, dois filhos, estudou até à quarta série do antigo Ensino Primário. É filha de Maria Souza Araújo e irmã de Maria José Freire Trigueiro. Trabalhou na CIG-CC na década de 1980.

Todavia, essa exigência não podia ser atendida pelas mulheres populares, pois precisavam sair às ruas para trabalhar e buscar alternativas de sobrevivência. D. Neli viveu uma experiência que parecia comum na época, pediu demissão do trabalho ao casar para se dedicar inteiramente ao marido, vida doméstica e filhos.

Ela mesma nos conta: “Eu passei oito meses lá e saí pra casar, o homem não quis que eu trabalhasse mais. Casei, fui cuidar do marido, dos filhos e assim estou até hoje, vivendo”. Diz-nos ainda: “Depois que casei meu marido não me deixou estudar, só estudei até a 6ª série porque ele não queria, nem eu estudei e nem ele. Nós dois ficamos sem estudar por *ignorância* do marido”.

Essa afirmação de nossa entrevistada nos leva a pensar sobre a posição da mulher no mercado de trabalho e o papel social dentro da família. O imaginário social brasileiro determinava que o espaço geográfico da mulher fosse a casa, o lar.

O fato de muitas mulheres abandonarem o trabalho fabril após o casamento foi motivado tanto pela vontade própria, pois acreditavam que *seu lugar* era em casa, como pela vontade dos maridos, na maior parte das vezes, contrários a que suas esposas continuassem a trabalhar em fábricas.

Alguns homens consideravam que o universo fabril não era um ambiente adequado para mulheres casadas, outros se achavam na obrigação de prover o sustento da família sozinhos. O marido de D. Neli não estudou e impediu-a de estudar e trabalhar, ela nos disse que não pensava como ele, mas se submeteu à sua vontade.

D. Iza,¹⁰⁰ a última entrevistada deste bloco, nos relata que no período que trabalhou nas fábricas, sua vida se resumiu ao trabalho. Conta-nos que:

Chegava em casa, jantava, às vezes não tinha o que jantar, só queria tomar um banho e dormir, eu chegava acabada, exausta, o trabalho era muito pesado e eu era muito jovem. Eu não tinha namorado, não tinha nem tempo de pensar nisso. Quando eu trabalhava nas fábricas não tinha diversão não. Só tive diversão quando eu trabalhei como babá dos filhos dos donos das fábricas, eu passeava com eles, eu viajava com eles, eu era a babá, aonde eles iam me levavam (Iza Martins Ramos, 2014).

Essa mulher trabalhadora não tinha diversão, o tempo reservado para lazer era utilizado apenas para descanso. Todas as operárias que trabalharam na CIMA

¹⁰⁰ Iza Martins Ramos, 52 anos, natural de Campina Grande-PB. Casada, dois filhos, estudou até a sexta série do Ensino Fundamental. É sobrinha de Catarina Pereira da Silva. Trabalhou na informalidade na CIG-CC, depois com vínculo empregatício na PN e na CIMA na década de 1980.

como D. Iza, D. Maria José, D. Rosélia não falam sobre se divertirem ao sair da fábrica, após o expediente de trabalho, disseram que vinham direto para casa. Essa ausência nas suas falas nos causa estranhamento porque nas proximidades da CIMA havia muitos locais de diversão. De acordo com Souza (2002, p. 355),

[...] era no centro que se concentravam todas as coisas que serviam para juntar os desviantes dos bons comportamentos. Tudo que estimulava os sentidos poderia ser encontrado no quadrilátero formado pelas ruas Índios Cariris, João Pessoa, Marquês do Herval e Getúlio Vargas.

Essas mulheres trabalharam na CIMA no final dos anos 70 e década de 80. Será que esse quadro havia mudado? Seria por causa da pouca idade delas? As mulheres que se divertiam naqueles locais não eram bem vistas pelas demais pessoas, tidas como *suspeitas*. Esse fator teria alguma influência sobre essa fala dessas mulheres?

Apenas D. Maria de Lourdes relata que “Eu saía, me divertia muito, fazia minhas *travessuras* sem ninguém saber”. O que seriam essas *travessuras*? Ela não quis dar maiores detalhes. D. Iza nos conta que só começou a se divertir e passear quando deixou o trabalho na fábrica e foi trabalhar como babá, porque seus patrões custeavam os passeios e viagens, pois necessitavam de sua ajuda com o trabalho com as crianças.

De acordo com Decca (1991, p. 55) “A habitação e a alimentação consumia praticamente todo o salário do proletariado brasileiro nos primeiros tempos da industrialização, sobrava muito pouco para ser dispendido com vestuário, saúde, lazer e instrução”. Ela nos leva a pensar em como era empregado o pequeno tempo livre, o curto período de lazer de que dispunha o operariado depois das extensas jornadas de trabalho.

D. Iza não lembra nada acerca de suas colegas de trabalho. Ela prossegue nos dizendo que não pôde estudar porque necessitava trabalhar para sustentar a casa. Muitas dessas mulheres não tiveram liberdade de escolha entre estudar e trabalhar, e nem sempre conseguiam conciliar estudo e trabalho.

Ela nos fala que na PN ficou muito doente de catapora, se sentiu muito mal, foi no médico indicado pela fábrica, ela nos diz que não lembra o nome dele, só lembra que ele foi muito grosseiro. Vejamos o diálogo dela com o médico indicado pela fábrica:

[Iza]: Doutor, tô me sentindo muito mal, não consigo nem ficar de pé.

[Médico]: É só uma febrezinha, você tá com preguiça de trabalhar.

Ela disse que no outro dia amanheceu com o corpo cheio de bolhas, e fez questão de voltar no mesmo médico que a olhou horrorizado e disse:

[Médico]: Saia de perto, não chegue nem perto de mim.

[Iza]: O Sr. não disse que eu não estava doente, que estava com preguiça?

Mulheres e crianças se submetiam a jornadas de trabalho excessivas aliados a ambientes extremamente desfavoráveis à saúde. Esses fatores somados propiciavam a proliferação de doenças infecto-contagiosas, ao mesmo tempo em que a periculosidade das máquinas era responsável por mutilações e mortes. Ela acrescenta que:

Nesse momento eu fiquei muito triste, porque eu estava doente e eles não acreditaram, eu era muito honesta e eles pensaram que eu estava inventando doença porque estava com preguiça. Depois da catapora que eu tive, eles me trataram muito mal, eu me desgostei, pedi pra sair e eles me colocaram pra fora (Iza Martins Ramos, 2014).

Quando trabalhava na CIMA, também teve um problema de saúde, ela nos fala:

Eu adoeci de novo, tive uma crise de apendicite, senti uma dor forte na perna, *cheguei até a desmaiar*, eles me levaram pro Hospital Antônio Targino, o médico, Dr. Agostinho me disse que eu estava com apendicite. Tive que me operar, fiquei acostada um mês e quando voltei a trabalhar, eles me colocaram pra fora (Iza Martins Ramos, 2014, grifo nosso).

Esta jovem operária relata que foi demitida da CIMA porque se afastou do trabalho por causa da cirurgia. Outra coisa que ela refere dentro das fábricas nas quais trabalhou foi o constante mau humor das pessoas nesse ambiente de trabalho. Por meio do trabalho o indivíduo pode se auto realizar, exercer sua capacidade criativa e estabelecer relacionamentos interpessoais gratificantes.

Por outro lado, o trabalho pode ser fonte de adoecimento, quando contém fatores de risco para a saúde e não há estratégias para proteger o trabalhador destes riscos. Ela relembra:

Era muita gente de mau humor, todo mundo vivia irritado, eu acho que o povo era mal humorado por causa da pressão, era muita pressão, era muito estresse, era um inferno. Quem trabalha em fábrica por produção é muita pressão. Você tem que dar conta, se não der conta... (Iza Martins Ramos, 2014, grifo nosso).

O estresse pode ser considerado maléfico para a saúde, trazendo consequências para o corpo e para a mente humana. Era na fábrica que as operárias passavam a maior parte do seu dia. As fontes de estresse no trabalho incluem o autoritarismo dos chefes, a desconfiança, as pressões e cobranças, o cumprimento do horário de trabalho, a monotonia e a rotina de certas tarefas, o ambiente barulhento, a falta de segurança, entre outros.

Isto pode causar alguns transtornos, como: queda de produtividade, desmotivação, falta de ânimo, falta de envolvimento com o trabalho e a organização, irritação, impaciência, dificuldades interpessoais, relações afetivas conturbadas, divórcios, doenças físicas variadas, depressão, ansiedade, infelicidade na esfera pessoal.¹⁰¹

Logo que saiu da CIMA foi convidada para ser babá dos filhos de um dos donos das fábricas. Ela diz que ser responsável por crianças em comparação ao trabalho na fábrica era um trabalho leve.

*Fui ser babá dos filhos dele, foi melhor pra mim. O trabalho era cuidar dos meninos, tinha sombra, tinha comida, era mais fácil. Fui pra Recife com eles, morar em Boa viagem. Aí minha vida melhorou. Não se compara *serviço escravo* com *serviço leve*. Eles tinham as fábricas (Profusa e Cotonificio Campinense) aqui e moravam lá. Eles gostavam de mim porque eu não saía pra lugar nenhum, ficava em casa o tempo todo. Eles só queriam contratar babá que dormisse no trabalho e que não tivesse contato com ninguém, que não saísse de casa. Passei uns cinco anos com eles. Depois que saí de lá fui trabalhar nas casas como doméstica, achei melhor do que trabalhar em fábricas. Eu gostei muito de ter trabalhado logo cedo, não acho isso uma coisa ruim, achei bom. Seria bom se todos os jovens trabalhassem cedo. Eu me tornei uma pessoa forte, aprendi muito, batalhei (Iza Martins Ramos, 2014, grifo nosso).*

Ela ainda relata que preferia trabalhar como doméstica a permanecer trabalhando em fábricas. Ela fez questão de nos falar sobre sua vida atualmente. Conta-nos que atualmente trabalha no Hospital Geral CLIPSI como auxiliar de

¹⁰¹ Sobre stress ocupacional e suas implicações ver CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1999; e LEVI, Lennart. **Guía sobre el estrés relacionado con el trabajo: La “sal de la vida” o el “beso de la muerte?”**. Barcelona: Dirección General de Empleo y Asuntos Sociales de la Comisión Europea de Seguridad y Salud en el Trabajo, 1999.

serviços gerais, faltando apenas um ano para sua aposentadoria. “Comparando com o que eu passei, hoje eu tô trabalhando no céu. Hoje tem equipamento de segurança, esclarecimento sobre contaminação. Hoje é muito bom”. Ela prossegue com seu relato, dizendo:

Casei com vinte e três anos, meu marido com dezenove. Eu me casei pra ter um lar, uma família, não casei por amor não. Ele passou a beber muito, quebrava tudo dentro de casa, passamos vinte e seis anos juntos. Depois ele arranhou outra mulher, alugou um apartamento, mobiliou e foi morar com ela. Aconteceu muita coisa, ele ia e voltava, depois eu não quis mais ele. Eu fiquei com uma depressão muito forte, muitas vezes cheguei no oitavo andar da CLIPSI, onde ainda trabalho, olhava pra janela com desejo de me jogar e acabar com tudo. Não comia, não dormia, não tinha forças para trabalhar (Iza Martins Ramos, 2014).

Essa mulher trabalhou durante toda sua vida e ainda hoje não desfruta o conforto material que seu trabalho deveria ter lhe proporcionado. Hoje mora com sua mãe numa casa simples, apesar de todas as agruras que viveu, finaliza seu depoimento da seguinte forma: “Eu quero que você use meu depoimento pra todo mundo ver que eu venci, sou vitoriosa, graças a Deus”.

3.4 Do lado de fora: Antônia Almeida

D. Antônia Almeida¹⁰² nos conta sobre seu cotidiano nas suas horas de folga do trabalho têxtil.

Quando eu chegava em casa muitas vezes três horas da manhã dormia até nove horas, ia arrumar a casa, fazer o almoço, arrumava meu menino, deixava no colégio e ia trabalhar. No final de semana tinha que fazer uma faxina geral na casa. No dia de folga muitas vezes eu viajava para o sítio, ia passar o dia com minha mãe (Antônia Almeida Silva, 2014).

Ela diz que IC oferecia um almoço especial de fim de ano para todos os funcionários e que em tempos de jogos da seleção brasileira os chefes permitiam que todos fizessem uma pausa nas atividades durante uma hora para assistir o jogo pela televisão, dentro da fábrica mesmo, ao término do jogo, todos voltavam ao

¹⁰² Antônia de Almeida Silva, 42 anos, natural de Campina Grande-PB. Casada, três filhos, concluiu o antigo Ensino Primário. Trabalhou na IC no final da década de 1990.

trabalho. Ela fala ainda sobre as formas de diversão de suas colegas de trabalho mais jovens.

Em tempo de *Micarande*,¹⁰³ as mais jovens saíam direto da fábrica para a festa, passava a noite todinha na farrá, quando chegavam pediam pra ir no banheiro e ficavam lá dormindo, mas de noite iam pra farrá de novo. Pediam pra gente ajudar elas, aí prejudicavam a gente porque a gente tinha que fazer o trabalho delas. Muitas delas gastavam o salário delas todinho comprando aquele negócio que veste, *abadá*. Muitas delas pediam tanto adiantamento que o salário no final do mês vinha zero (Antônia Almeida Silva, 2014, grifos nossos).

Ela contou que esse procedimento de suas colegas atrapalhava o serviço na fábrica. Por causa da noite em claro, não tinham condições físicas para realizar suas tarefas e pediam ajuda das outras operárias. D. Antônia Almeida se sentia incomodada com isso “A gente não dava conta nem do nosso serviço, e ainda tinha que ajudar a fazer o delas”.

Ela relata ainda que “Tinha muito pó do algodão, não tinha ventilação suficiente, a gente usava máscara pra poder respirar. Isso prejudicava muita gente, adoecia o pulmão. Esse trabalho também prejudicou meu braço, meu punho, ainda hoje dói”.

Apesar de D. Antônia Almeida referir uso dos equipamentos de proteção, o pó muito fino e a poeira deixavam suas marcas, fragilizando a saúde dos trabalhadores. As consequências do excesso de trabalho são as doenças, ela diz que seu punho ou antebraço ficou prejudicado, provavelmente por causa de esforços e de movimentos repetitivos.¹⁰⁴

D. Antônia Almeida que concluiu apenas o *Ensino Primário*. Diz que saiu porque a fábrica estava fechando, pediu pra colocar seu nome na primeira lista dos

¹⁰³ Micarande era um carnaval fora de época em Campina Grande. Acontecia no Parque do Povo (espaço de lazer e sociabilidades inaugurado na década de 80) localizado no centro da cidade, conhecido por sediar as festas juninas.

¹⁰⁴ A sigla LER/DORT foi criada para identificar um conjunto de doenças que atingem músculos, tendões e membros superiores (dedos, mãos, punhos, antebraço, braços e pescoço). São inflamações provocadas por atividades do trabalho que exigem movimentos manuais repetitivos, continuados, rápidos ou vigorosos, durante um longo período de tempo. Também a manutenção de posturas inadequadas por tempo prolongado, esforço físico, invariabilidade de tarefas, pressão mecânica sobre determinadas partes do corpo, trabalho muscular estático, choques e impactos, vibração, frio etc. Outros fatores, como exigência de ritmo intenso de trabalho, conteúdo das tarefas, pressão, autoritarismo das chefias e avaliação de desempenho baseados em produtividade também favorecem o aparecimento de LER/DORT. Entretanto, para que esses fatores sejam considerados de risco, é preciso observar sua intensidade, duração e frequência. Ver **Protocolo de Investigação, Diagnóstico, Tratamento e Prevenção de LER/DORT**. Ministério da Saúde, 2000, p. 10.

funcionários que iam ser demitidos. Ela fala: “Depois que saí de lá não trabalhei mais, fiquei cuidando da minha família, construímos nossa casinha do jeitinho que a gente queria, realizamos o nosso sonho”.

3.5 Do lado de fora: Maria de Lourdes e Antônia Francisca

D. Maria de Lourdes¹⁰⁵ nos conta que seu tempo livre não se constituía somente em descanso e diversão, o trabalho continuava fora da fábrica, agora dentro de casa. Ela relata: “Minha vó era velhinha e minha tia era doente, então o sábado era pra fazer faxina na casa, eu arrumava tudo”.

Nossa entrevistada nos conta sobre sua vida religiosa: “Toda terça feira quando eu ia trabalhar, eu ia mais cedo e ia pra igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro que fica em frente à *Têxtil*, eu ficava na missa de cinco horas até dez para as seis”. Ela ainda nos diz que “Eu acho, não tenho certeza, mas a igreja quem construiu foi a fábrica, pra cuidar da vida espiritual dos operários”. Apenas ela nos fala sobre sua vida religiosa, as outras entrevistadas disseram que quem ia mais à igreja eram as pessoas mais velhas.

Apesar do trabalho na fábrica e das tarefas desempenhadas no lar, D. Maria de Lourdes nos diz que namorou muito, se achava bonita, ela menciona que seus cabelos eram sempre bem arrumados e pintados.

Entrei solteira e saí solteira, ainda sou solteira, nunca tive filhos. Eu gostava muito quando recebia férias, décimo e PIS, aí eu *comprava roupa e arrumava meu cabelo do jeito que eu queria*. Pagava o que devia e o resto era pra me arrumar bem muito. *Eu fazia minhas travessuras* sem ninguém ver, eu era muito bonita, não sei por que fiquei assim (apontando para si mesma). Havia muito namoro lá dentro entre os empregados, tinha um que era noivo e namorava outra, mas ninguém falava nada, porque a *arenga*¹⁰⁶ era grande. Era proibido namorar com colega de trabalho, porque ali era só pra trabalhar, não podia perder tempo com namoro. Até pra ir no banheiro, era difícil dar uma fugidinha. Mas acontecia muito, mesmo eles vigiando (Maria de Lourdes Lima Santos, 2013, grifos nossos).

D. Maria de Lourdes, assim como D. Catarina, se preocupava em acompanhar a moda da época, ambas cuidavam bastante de sua aparência,

¹⁰⁵ Maria de Lourdes Lima Santos, 63 anos, natural de Soledade-PB. Solteira, sem filhos, concluiu o antigo Ensino Primário. Trabalhou em diversas fábricas têxteis: ITCG, CIMA, IC e CIG-CC, no período compreendido entre 1966 e 1994.

¹⁰⁶ Arenga: mexerico, disputa.

arrumavam os cabelos. Perrot nos fala sobre a aparência feminina e a importância da moda. Ela diz que a mulher é, antes de tudo, uma imagem, um rosto, um corpo.

A mulher é feita de aparências, os cabelos, por exemplo, condensam sua sedução, há uma erotização dos cabelos das mulheres. A beleza é um capital na troca amorosa ou na conquista matrimonial. No século XX todas as mulheres podem ser belas, é uma questão de maquiagem, de cosméticos e de vestuário.¹⁰⁷

D. Maria de Lourdes nos diz aparentando certa tristeza que não consegue entender o fato de não ter casado, pois como ela mesma diz “era muito arrumada, namorei muito” e realmente ainda hoje é uma mulher muito simpática e extrovertida.

Na segunda parte desse relato, fala sobre namoros dentro da fábrica. É compreensível a afirmação de D. Maria de Lourdes quando diz que havia muito namoro entre os funcionários na fábrica e que isso gerava conflitos e disputas nesse espaço de trabalho.

Refletindo sobre as mulheres trabalhadoras, as ex-operárias deste estudo, podemos percebê-las como mulheres das classes populares. Conforme Souza (2011, p. 106),

[...] populares que nos momentos em que entraram em contato com as instituições e homens que materializavam os discursos de saber e poder em Campina Grande, demonstraram através de suas palavras, seus gestos, suas performances cotidianas, seus atos de fuga e de burla, que talvez lutassem apenas por uma vida menos infame.

Era necessário sobreviver ao cotidiano duro da fábrica. Como vimos nos relatos anteriores, apesar da vigilância, as operárias encontravam uma forma de burlar, como no caso de D. Lourdes que camuflava o ato de comer, D. Antônia Almeida que desligava a máquina, ou aquelas que davam um jeito de namorar escondido, mesmo sendo terminantemente proibido.

D. Maria de Lourdes trabalhou em várias fábricas, mas diz que somente a ITCG disponibilizava lazer para os operários, não lembra se outra fábrica fazia isso. “Na *Têxtil*, lembro que tinha o SESI, no final do ano tinha festa no *Clube do trabalhador*, tinha muita festa, carne, refrigerante. Colocava umas mesas debaixo dos pés de goiaba, era muito bom”. Ela prossegue narrando como se divertia.

¹⁰⁷ Ver PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução Angela M. S. Correa – 2. Ed. – São Paulo: Contexto, 2012, p. 49-51.

No carnaval eu ia pular no *Clube do Trabalhador* os três dias, e na quarta feira eu ia trabalhar, eu ia bem cansada trabalhar, ficava sempre lavando o rosto. *Outra diversão era quando caía carro no Açude de Bodocongó e se afogava gente, aí corria pra olhar. A gente gostava de ver tirar os defuntos da água* (Maria de Lourdes Lima Santos, 2013, grifos nossos).

Indagamos o porquê dela e de outras colegas sentirem prazer dessa forma. Ela simplesmente responde “Não sei, só sei que a gente gostava”. Essa operária sentia um prazer mórbido presenciando esses eventos, os quais ela chamou de *diversão*.

Possivelmente essas mulheres trabalhadoras gostavam dessas ocorrências porque isto gerava uma pausa no trabalho extenuante da fábrica. Não devia ser fácil o trabalho rotineiro com movimentos repetitivos e monótonos e qualquer acontecimento que mudasse aquela rotina diária era considerado bem-vindo.

O bairro de Bodocongó era muito movimentado, área de indústrias e curtumes, sendo a principal via de acesso para o sertão. Ela refere que as quedas de carros no Açude de Bodocongó e os afogamentos eram frequentes. Perguntamo-nos o porquê disto, haja vista ter sido feita uma reforma nessa ponte que dá acesso ao sertão provavelmente na década de 1960.

O período a que ela se refere foi a primeira vez que ela trabalhou na ITCG (1973 a 1978), pelo visto, a reforma da ponte não foi suficiente para evitar essas ocorrências. O Açude de Bodocongó se constituía em espaço de sociabilidades, pessoas tomavam banho, faziam programas com prostitutas, bebiam, se divertiam, ocorrendo frequentemente afogamentos.¹⁰⁸

Ela ainda nos fala que três colegas de trabalho adoeceram de pneumonia “Dava muito pneumonia, teve uma que ficou internada no Hospital Dr. Edglei, o médico disse que era tuberculose. As meninas não se alimentavam direito, eu trabalhava bem alimentada, comia escondido”.

Nossa entrevistada sugere que as doenças das colegas de trabalho eram resultado da má alimentação. Ela nos conta que muitas mulheres adoeciam por causa do ambiente de trabalho, pó, poeira, algumas desenvolviam pneumonia, tuberculose.

¹⁰⁸ Sobre o bairro de Bodocongó, banhos e diversões no Açude, ver SOUSA, Fábio Gutemberg R.B. **Territórios de confrontos:** Campina Grande (1920-1945). Campina Grande-EDUFCG, 2006 e NASCIMENTO, Uelba Alexandre do. **O doce veneno da noite:** prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930-1950). Campina Grande: EDUFCG, 2008.

Além de não ter tempo e nem dinheiro para se alimentar devidamente, as condições do ambiente de trabalho fabril favoreciam o aparecimento de doenças respiratórias e pulmonares, além de artrites, varizes, tendinites, entre outras.

D. Maria de Lourdes apresenta um perceptível desvio de coluna, ela diz que não foi decorrente do seu trabalho na fábrica, que sempre teve problema na coluna. Ela prossegue nos explicando porque parou com os estudos.

Quando eu comecei a trabalhar tinha aqui duas tias minhas, que trabalhavam pra ajudar minha vó, meu avô, aí duas tias minhas casaram, a outra ficou sem trabalho. Aí ela disse que não podia me ajudar, que eu precisava parar de estudar para ir trabalhar, aí não pude estudar mais, pois precisava ajudar na despesa da casa. Fazia feira, sempre ajudei meus sobrinhos, os filhos do meu irmão. Naquele tempo eu ia fazer a admissão, eu que era mais nova fui trabalhando, ajudando, ajudando... Aí não dava pra estudar, eu sempre trabalhei, catei café, enrolei confeito lá perto da igreja do Rosário, ainda era menina. Depois eu voltei a estudar no Roberto Simonsen, do SESI e fui até a sétima série, eu não entendia muito Inglês e Matemática, aí parei de estudar (Maria de Lourdes Lima Santos, 2013).

O SESI oferecia ensino noturno para dar condições ao trabalhador de estudar. O caráter antidemocrático do Regime Militar (1964-1985) refletiu também na educação, todas as tentativas de melhorar a educação eram consideradas *subversivas*. Mas foi um período de grande expansão das universidades no Brasil. E foi criado o MOBRAL para acabar com o analfabetismo no país.

Encerrando o capítulo, temos D. Antônia Francisca¹⁰⁹ com seu relato sobre a ausência de diversão durante sua infância e juventude.

Eu fui criada sem pai, meu pai morreu quando eu era pequenininha, tinha uns três anos. Com 12 anos eu cheguei em Campina e com doze anos já comecei a trabalhar pra me manter, né? Primeiro no roçado, depois nas fábricas. Quer dizer que a minha juventude foi junto com gente adulta. Foi boa assim, porque eu fui uma pessoa que nunca tive juventude, hoje é que eu tô tendo, quando era nova não tinha, pois tive que trabalhar. Hoje passeio e gosto mais de ir à igreja e ir pra casa da minha família. Domingo mesmo fui lá pra Guarabira, eu ando aquele meio de mundo todinho com minhas amigas, hoje eu tenho amigas. Antigamente eu não podia ter porque trabalhava muito, tinha marido e quatro filhos. A minha vida foi assim, eu não tive vida. Não tive uma vida boa, livre, como os jovens têm hoje. Hoje a minha vida tá muito boa (Antônia Francisca de Souza, 2010).

D. Antônia Francisca foi uma operária de quase uma vida inteira, teve que enfrentar o problema da conciliação de responsabilidades entre o trabalho e família.

¹⁰⁹ Antônia Francisca de Souza, 84 anos, natural de Umbuzeiro-PE. Viúva, quatro filhos, semianalfabeta. Trabalhou em diversas fábricas têxteis: CIMA, CIG-CC e CCPS, da década de 1960 até a década de 1980, mais especificamente em 1983.

Essa operária fornece um relato diferenciado da maioria das mulheres trabalhadoras que geralmente abandonavam o trabalho quando casavam ou quando os filhos chegavam.

Ela relata: “Estava com trinta e três anos quando me casei, mas nunca deixei de trabalhar. Dava um agrado a uma sobrinha pra ela cuidar dos meninos e ia trabalhar, fazia o almoço de madrugada e levava pra comer na fábrica”.

A necessidade econômica inviabilizou o exercício da maternidade em tempo integral, tendo que fazer arranjos, como acionar a rede de parentesco, no caso, a sua sobrinha, para cuidar das crianças enquanto ia trabalhar.

Quando ela diz que não teve vida, que não teve juventude e agora é que está tendo, essa mulher trabalhadora talvez queira dizer que não sobrava nenhum tempo disponível para dedicar a si mesma.

Ela relata um cotidiano repleto de muito trabalho tanto na fábrica como em casa com a família e as tarefas do lar, não sobrando tempo para diversão. Com relação aos estudos, mostra certa aflição quando nos diz que tinha muito desejo de estudar, mas que suas tias não deixavam. Ela nos diz:

O povo antigamente era tão burro que não queria que o povo estudasse, principalmente as mulheres, pra não aprender a escrever, pra não mandar carta pra homem. Eu vim estudar quando comecei a trabalhar na fábrica. A maioria assinava o nome, a gente colocava o dedo, eu tinha uma vergonha! Aí uma amiga minha começou uma escola pela Prefeitura e me chamou pra estudar com ela. Eu disse a ela que não ia, que chegava muito cansada da fábrica. Mas como eu queria muito estudar, pedi autorização a minhas tias, precisava da autorização delas e olha que eu já tinha mais de vinte anos (Antônia Francisca de Souza, 2010).

Ao ouvirmos o relato de D. Antônia Francisca, percebemos que a mesma encontrou muitas dificuldades para estudar, teve que lutar para enfrentar uma maneira de pensar de uma época para conseguir o consentimento das suas tias para se alfabetizar, ou como ela mesma diz, “Nesse tempo mulher direita não estudava, eu queria só assinar meu nome”.

No caso de D. Antônia Francisca, além de vencer a resistência de suas tias, ainda teve que lutar contra o extremo cansaço, pois depois de cumprir uma longa jornada de trabalho na fábrica, não sobravam forças para mais nada. De acordo com Fávero Arend (2012, p. 76),

Apenas uma parcela das meninas que trabalhavam tinha a possibilidade de estudar. Apesar dos esforços de determinados governos no sentido de difundir o saber escolar para as filhas e filhos dos trabalhadores urbanos, a extensa jornada de trabalho das meninas as impedia de frequentar assiduamente a escola. As que conseguiam fazê-lo procuravam ao menos completar o antigo curso primário, pois o fato de serem alfabetizadas poderia lhes proporcionar maiores chances no mercado de trabalho, inclusive obter um posto na indústria ou no setor comercial quando adultas.

Ela nos diz que foi muito difícil, mas conseguiu se alfabetizar e comemora “Aprendi até assinar o meu nome”. Ela nos diz que se sente vitoriosa, pois para ela, o ato de colocar o dedo em vez de assinar o nome se constituía numa humilhação.

Percebemos que essa mulher trabalhadora iniciou os seus estudos apenas quando começou a trabalhar na fábrica, principalmente pelos motivos acima referidos. Já que geralmente, a instrução formal não era requisito necessário para ingressar nesse tipo de trabalho.

Durante muito tempo propalou-se que era preciso educar as meninas, mas não instruí-las, ou instruí-las apenas naquilo que as tornasse agradáveis e úteis, apenas um saber social. As meninas deveriam ser formadas para exercer seus papéis futuros de mulher, dona de casa, esposa e mãe.

Nesse sentido, Perrot (2012, p. 93) afirma que “[...] reitera-se a afirmação de que a instrução é contrária tanto ao papel das mulheres quanto a sua natureza: feminilidade e saber se excluem. A leitura abre as portas perigosas do imaginário”.

Para muitas operárias, foi dificultado o acesso à escolaridade que possibilita a apropriação de conhecimentos. Trouxe como consequência para a vida dessas mulheres trabalhadoras a impossibilidade de crescimento econômico e também de acesso a cargos melhor remunerados.

Percebemos que as mulheres por nós entrevistadas não tiveram pleno acesso à educação formal, uma vez que não lhes foi dado condições para isso, muitas delas ingressando precocemente no mercado de trabalho.

Diante dos relatos das operárias, ainda que não tivessem pleno acesso aos mais variados espaços de diversão, percebemos que, quando possível, tinham suas práticas de lazer e diversão, criando suas redes de sociabilidades. Nem tudo era trabalho, algumas operárias desfrutavam do lazer organizado pelos industriais, como as confraternizações e eventos no Clube do Trabalhador. Outras ainda iam ao cinema, mas geralmente, divertiam-se como podiam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo é uma contribuição para ampliar o debate no âmbito da historiografia que relaciona memória/trabalho feminino na Paraíba. Revela em que condições essa imagem da cidade de Campina Grande como *Capital do Trabalho e Terra das Oportunidades* foi sendo elaborada. Traz minúcias através das falas sobre a forma como essas mulheres trabalhavam, amavam, se divertiam. Traz ainda os seus limites e limitações.

Expomos na tessitura do nosso texto alguns fragmentos de vidas de algumas mulheres trabalhadoras, operárias de fábricas têxteis que nos expuseram suas vidas e suas lutas. Ao analisarmos suas histórias, identificamos circunstâncias e estratégias de sobrevivência particulares, bem como a capacidade de superação de realidades adversas.

Essas mulheres ex-operárias trabalharam para seu sustento e/ou de familiares, são pessoas que sentiram alegria, amor, ódio, raiva. Exerceram as mais diversas funções dentro das fábricas (tecelã, fiandeira, ajudante conicaleira, costureira, serviços gerais, telefonista, operadora de máquina têxtil), nos abriram as portas de suas casas, nos dando oportunidade para vislumbrarmos um mundo de infinitas histórias e memórias. Impossível contá-las todas, vasto material para pesquisas futuras.

Elas deixaram seus lares – algumas ainda crianças - para ganhar a vida por meio do trabalho fabril. Dentro das fábricas têxteis, vivenciaram uma realidade caracterizada pela exploração, disciplinarização, conflitos cotidianos, discriminação, abusos de autoridade, assédio moral, entre outras coisas. Nos momentos de folga do trabalho, muitas mulheres ainda desempenhavam as tarefas domésticas, sobrando pouco tempo e recursos para o descanso e diversão. O lazer para elas significava sair para comprar tecidos no Armazém do Norte, ir ao salão *ondular* o cabelo, ver carros e defuntos sendo retirados do Açude de Bodocongó, sair com o namorado para uma lanchonete, jogar bola na frente de casa, namorar etc.

Apesar de reconhecermos que o trabalho nas fábricas se tornou uma alternativa de sobrevivência para as mulheres, inferimos que a *Capital do Trabalho*, assim como muitas cidades, nem sempre ofereceu condições dignas de vida às mulheres trabalhadoras das fábricas têxteis.

Problematizar o cotidiano dessas trabalhadoras nos leva a perceber que o

perfil dessas mulheres que se tornaram operárias tem em comum condições de vida precárias, sendo na sua maioria, migrantes pobres que vieram para a cidade em busca de melhores condições de vida.

Ouvimos as histórias dessas mulheres, suas lutas, dores, frustrações. Essas vidas são múltiplas, plurais, multifacetadas. Nossa pesquisa apresenta histórias de vida emocionantes, pois denunciam a exploração e as péssimas condições de trabalho, trabalho este análogo ao escravo e que fora realizado no contexto contemporâneo da Paraíba.

Os brilhos da *Capital do Trabalho* e da cidade do *Ouro branco* ofuscaram as vidas de muitos trabalhadores e, portanto, esta é uma história que não deve ser esquecida, especialmente num contexto em que são comemorados os 150 anos da cidade.

A dissertação revela enriquecimento da elite patronal em Campina Grande/Paraíba em detrimento da miséria dos trabalhadores. Visibilidade da exploração do trabalho infantil explicitando escravidão-camuflada, os depoimentos desautorizam os discursos sobre direitos dos trabalhadores.

Os relatos evidenciaram que as lembranças do trabalho fabril têxtil foram marcadas por inúmeras dificuldades, carências alimentares, privações e sofrimentos. Graves acidentes de trabalho, doenças adquiridas nas fábricas, trabalho indecente, jornadas duras e extensas de trabalho, assédio moral, salários irrisórios e tantas outras intempéries.

Observamos ainda que essas mulheres têm muitas experiências e vivências de trabalho dentro da fábrica, são muitas as histórias e memórias. O mesmo não ocorre quando se trata das vivências de lazer e diversão. A maioria delas respondia que do lado de fora da fábrica havia muito serviço doméstico, pouco descanso e pouca diversão.

As narrativas das mulheres por nós entrevistadas, em alguma medida, é evidência de que as dinâmicas estabelecidas na cidade estão em constante processo de constituição. Além disso, percebemos que a realidade vai bem mais além daquela apresentada pelos discursos dos grupos dirigentes municipais e escritores/cronistas ufanistas que tentavam legitimar e vender a imagem de uma cidade moderna, próspera, capital do trabalho, terra das oportunidades.

Ainda hoje permanece o desafio de disseminar melhores práticas de promoção do trabalho decente e de avançar no combate ao trabalho escravo.

Entende-se por trabalho decente um trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna.¹¹⁰

No decorrer de nosso trabalho com relatos de memória percebemos, assim como Bosi (1994, p. 39), que “A memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento. Frequentemente, as mais vivas recordações afloravam depois da entrevista, na hora do cafezinho, na escada, no jardim ou na despedida no portão”.

Muitos trechos das entrevistas não foram registrados neste texto, lembranças que foram contadas em confiança, como confidências, até como desabafo. Seria desleal de nossa parte torná-las públicas.

Dos corredores das fábricas têxteis transbordam lágrimas, suor e sangue, transborda dor. Não podemos ignorar que as elites proprietárias trataram de acelerar o processo de acumulação privada de capital em poucas mãos, por outro lado, trouxe consigo um rastro de miséria e sofrimento.

Que o digam os nossos entrevistados que vivenciaram o outro lado do *progresso*. Os fardos pesados de algodão tornam-se uma perfeita alegoria para o fardo que os operários carregavam, trabalhando nas fábricas têxteis locais. Sentiram o peso do fardo da industrialização e do progresso na cidade.

Essa história sobre as operárias não foi uma história fácil de contar. Cheia de sobressaltos, emoções variadas, histórias reais, histórias de vidas. Seus modos de fazer, modos de viver, modos de pensar. Estas mulheres experimentaram toda a dor e a delícia de serem o que foram e o que são.

Trouxemos as memórias de mulheres pobres e populares campinenses para mostrar que a história se faz também pelos pequenos, pelos humildes, pelos homens ordinários, pelos homens e mulheres sem fama.

Assim, elas falarão aos campinenses e outras pessoas, mostrarão que não foram omissas, que mesmo sendo exploradas e abusadas sexual e moralmente, aprenderam com o mundo e ensinaram a outras mulheres não só no mundo do trabalho, mas no mundo dos afetos e dos prazeres. Aprendi muito com elas, mulheres que não tinham maiores expectativas, a não ser fazer um bom trabalho.

¹¹⁰ Disponível em: <http://www.gestaosindical.com.br/atualidades> Acesso em 14/04/2014.

Construímos nossa história, nosso olhar particular sobre as histórias das mulheres no contexto do trabalho fabril têxtil na cidade de Campina Grande. As pessoas são múltiplas, assim como suas experiências e vivências. Damos conta da pesquisa através de um aspecto.

Somos conscientes que trazem incompletudes, inquietudes e ansiedades. As reflexões sobre as histórias das nossas personagens não trouxeram respostas esperadas e/ou definitivas. Esperemos que continuem suscitando especulações, interrogações. Há sempre algo que não foi dito. Há muito a dizer, ainda.

BIBLIOGRAFIA

AGRA DO Ó. Alarcon. **Da cidade de pedra à cidade de papel:** projetos de educação, projetos de cidades – Campina Grande (1959). Campina Grande, EDUFPG, 2006.

ALBERTI, Verena. Fontes Orais. Histórias dentro da História. In: **Fontes Históricas.** Carla Bassanezi Pinsky (org.). São Paulo: Contexto, 2010.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Mundos e imundos de (o) trabalho: por uma crítica histórica da categoria trabalho. In: **História, Cultura, Trabalho:** questões da contemporaneidade. Organizadores: Antonio Torres Montenegro, Regina Beatriz Guimarães Neto, Vera Lúcia Costa Acioli. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

ALVES, Leonardo da Silva. **A industrialização incentivada no Nordeste e o caso de Campina Grande-PB.** Dissertação em Desenvolvimento Regional, UEPB, 2012.

ANTUNES, Ricardo. **Século XXI:** Nova Era da Precarização Estrutural do Trabalho? Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho - São Paulo, 28 e 29 de novembro de 2008.

ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. Tempos de crise e decadência na economia paraibana (1945-1964). In: GURJÃO, Eliete Queiroz de; LIMA, Damião et al. **Estudando a História da Paraíba.** Campina Grande: EDUEPB, 2001.

AREND, Silvia Fávero. Trabalho, Escola e Lazer. In: **Nova História das Mulheres no Brasil.** PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). São Paulo: Contexto, 2012.

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** Tradução: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Márcia. **O corpo e a alma da cidade:** Natal entre 1900 e 1930. Natal, RN: EDUFRN, 2008.

ASSAD, Filipe Tonet. (et al.). **Processamento do algodão para a produção têxtil.** IV Encontro de Engenharia de Produção Agroindustrial. FECILCAM – Campo Mourão, PR, novembro de 2010.

AUAD, Daniela. **Feminismo**: que história é essa? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

AZEVEDO, Elciene. et al. **Trabalhadores na cidade**: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A formação do mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

BATALHA, Claudio H. M. Os Desafios Atuais da História do Trabalho. In: **Anos 90**. Porto Alegre, Vol. 13, Nº 23/24, jan./dez. 2006.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: Lembranças de Velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRUSCHINI, Cristina. **O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes**. Revista Estudos Feministas – 2º Sem, CIEC/ECO/UFRJ.

CABRAL FILHO, Severino. **O pão da memória**: velhos padeiros, lembranças, trabalho e história. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2004.

_____. **A cidade revelada**: Campina Grande em imagens e História. Campina Grande: EDUFPG, 2009.

CALVINO, Ítalo. **Cidades Invisíveis**. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAVALCANTI, Silêde L. Oliveira. O corpo da mulher na família, aburguesamento e moralização dos costumes. In: **Mulheres modernas, mulheres tuteladas**: o discurso jurídico e a moralização dos costumes. Campina Grande (1930-1950). Mestrado em História, Recife: UFPE, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: 1. Artes de fazer. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **O nascimento das fábricas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920/1934)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil, 1889 a 1930**. São Paulo: Atual, 1991.

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **A maldição do trabalho: homens pobres, mendigos e ladrões no imaginário das elites nordestinas, 1850-1930**. Mestrado em Ciências Sociais, João Pessoa, UFPB, 1988.

FERNANDES, Silvana Torquato. **Uma outra representação da modernização em Campina Grande: a cidade nas páginas do Diário da Borborema (1960/1980)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, 2011.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GONZAGA DE SOUSA, Luiz. **Economia, Política e Sociedade**. Edição eletrônica, 2006, p. 69-70. Texto completo em www.eumed.net/libros/2006a/lgs-eps/

GUIMARÃES NETO, Regina B. **Cidades da mineração: memórias e práticas culturais, Mato Grosso na primeira metade do século XX**. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato; EDUFMT, 2006.

_____. Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas. In: LAVERDI, Robson [et al.]. **História oral, desigualdades e diferenças**. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 2. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

HOBBSAWM, E. J. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos, Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006.

KRUPPA, Sônia Maria Portella. Educação e trabalho na perspectiva dos sujeitos sociais. In: **Educação e mundo do trabalho**. Boletim 17, setembro, 2005.

LANCMAN, Selma apud PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX**: taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LEVI, Lennart. **Guía sobre el estrés relacionado con el trabajo**: La “sal de la vida” o el “beso de la muerte?”. Barcelona: Dirección General de Empleo y Asuntos Sociales de la Comisión Europea de Seguridad y em Salud em el Trabajo, 1999.

LIMA, Damião de. **O processo de industrialização via incentivos fiscais**: expansão e crise em Campina Grande. Dissertação de Mestrado em Economia Rural, UFCG, 1996.

LOBO, Elizabeth Souza. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

LORIGA, Sabina. A tarefa do historiador. In: GOMES, Angela de Castro & SCHMIDT, Benito Bisso. **Memórias e narrativas (auto) biográficas**. Rio de Janeiro: Editora FGV; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Trama e poder. Um estudo sobre as indústrias de sacaria para o café (São Paulo 1888-1934)**. Brasília: SESI-DN, 1994.

_____. **Cotidiano e cultura**: história, cidade e trabalho. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no espaço produtivo. In: **Nova história das mulheres no Brasil**. Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2012.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MELO, Josemir Camilo de. **Campina Grande: algodão e linha férrea**. Jornal da Paraíba, fascículo temático em virtude dos 150 anos de Campina Grande. Fascículo 4, 27 de julho de 2004, p. 5.

MIRANDA, Gilbert Patsayev Marreiro. **Agave sisalana, o ouro verde do sertão: o mundo do trabalho e os espaços de resistência narrados pela memória dos velhos sisaleiros do semiárido paraibano (1970-1990)**. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011, p. 5.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 2007.

MURARO, Rose Marie. **A mulher no terceiro milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

NASCIMENTO, Uelba Alexandre do. **O doce veneno da noite: prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930-1950)**. Campina Grande, EDUFCEG, 2008.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

OLIVEIRA, Neide Cordeiro. **Caminhos do prazer: um olhar sobre a sexualidade nos cantos e recantos de Campina Grande-PB (1970-210)**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2012.

PEREIRA, William Eufrásio Nunes. **Reestruturação do setor industrial e transformação do espaço urbano de Campina Grande-PB a partir dos anos 1990**. Tese de doutorado em Ciências Sociais, UFRN, 2008.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **As mulheres ou os silêncios da história.** Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

_____. **Minha história das mulheres.** Tradução Angela M. S. Correa – 2. Ed. – São Paulo: Contexto, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural.** 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias.** Revista Brasileira de História, vol. 27, nº 53, p. 13-14, junho de 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2012.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20:** taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

PROST, Antoine. “História social e cultural indissociavelmente”. In: RIOUX, Jean Pierre e Sirinelli, Jean-François (org.). **Para uma história cultural.** Tradução de Ana Moura. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar:** a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. Trabalho feminino e sexualidade. In: **História das mulheres no Brasil.** Mary Del Priore (Org.); Carla Bassanezi Pinsky (Coord. de textos) 10 ed., São Paulo: Contexto, 2012.

REZENDE, Antonio Paulo de Moraes. Cidade e modernidade: Registros Históricos do Amor e da Solidão no Recife dos anos 1930. In: **História, cultura e sentimento:** outras histórias do Brasil. Antonio Torres Montenegro et al. – Co-edição – Recife: Ed. Universitária da UFPE; Cuiabá: Ed. Da UFMT, 2008.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Tradução: Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 13 Ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

SÁ, Marisa Braga de. A paisagem recriada: um olhar sobre a cidade de Campina Grande. In: **Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande**. Eliete de Queiroz Gurjão (org.). Prefeitura Municipal de Campina Grande. Secretaria de Educação, 2000.

SANTOS, Wagner Geminiano dos. **Enredando Campina Grande nas teias da cultura**: (des) inventando festas e (re) inventando a cidade. 1965-2002. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2008.

SILVA, Hilmaria Xavier; PASSOS, Paulo Marcio Coutinho. **Histórias de migrantes**: modos de viver e trabalhar na periferia de Campina Grande na década de 1960. VI Simpósio Nacional de História Cultural. Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, Piauí, 2012.

SILVA, Josefa Gomes de Almeida e. **Latifúndio e algodão em Campina Grande**: modernização e miséria. Dissertação de mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 1985.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. O embate dos negros no Brasil: educação contra o preconceito e a desigualdade. In: **População negra na Paraíba**: Educação, História e Política. ROCHA, S. P; FONSECA, I. S. (Orgs.). Campina Grande: EDUFPG, 2010.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: **História das mulheres no Brasil**. Mary Del Priore (org.); 10. Ed., São Paulo: Contexto, 2012.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Cartografias e imagens da cidade**: Campina Grande, 1920-1945, Tese de Doutorado em História. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2001.

_____. Cristino Pimentel: Cidade e Civilização em Crônicas. In: **A Paraíba no Império e na República**: Estudos de História Social e Cultural. João Pessoa: Ideia, 2003.

_____. **Territórios de confrontos**: Campina Grande (1920-1945). Campina Grande: EDUFPG, 2006.

SOUSA, Marta Lúcia. **A produção do sisal na Paraíba: o município de Cuité, um estudo de caso.** Campina Grande, UFPB. Dissertação de Mestrado em Economia Rural, 1987.

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. **Lazeres Permitidos, Prazeres Proibidos: Sociedade, Cultura e Lazer em Campina Grande (1945-1965).** (Tese de doutorado em História), Recife (UFPE), 2002.

_____. Os clubes sociais em Campina Grande: espaços de sociabilidade, lugares de exclusão. In: **Cultura e Cidades.** ANDRADE, Joel Carlos de Souza; DANTAS, Eugênia Maria; BURITI, Iranilson de Oliveira e SOUZA, Antonio Clarindo B. (org.) 1ª Ed. Campina Grande: EDUFPG, 2009, p. 92.

_____. Por uma vida menos infame. In: **Populares na cidade: vivências de trabalho e de lazer.** Antonio Clarindo Barbosa de Souza (org.). João Pessoa: Ideia, 2011.

_____. Lazer e desenvolvimento em uma cidade de porte médio entre as décadas de 1950 e 1960 do século XX. In: **Cidades Médias do Brasil na Historiografia Contemporânea** / Antonio Clarindo Barbosa de Souza / Luiz Felipe Falcão (Org.). Campina Grande: EDUFPG, 2012.

STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil. (1850-1950).** Rio de Janeiro: Campus, 1979.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado.** 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TURAZZI, Maria Inez. **A euforia do progresso e a imposição da ordem: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX.** Rio de Janeiro: COPPE, São Paulo: Marco Zero, 1989.

VIANA, Marly de Almeida Gomes. **O município de Campina Grande 1840-1905: estrutura de distribuição de terras, economia e sociedade.** Campina Grande: EDUFPG, 2013.

ARQUIVOS PESQUISADOS

Acervo pessoal de Manoel Venâncio da Silva – Diário da Borborema, 1960.

Arquivo Público Municipal de Campina Grande – Semanário Oficial, 1955/1956/1957.

FIEP, Campina Grande – Cadastro Industrial do Estado da Paraíba.

SENAI, Campina Grande - Centro de Educação Profissional Prof. Stênio Lopes.

ENTREVISTAS REALIZADAS

Antônia Almeida Silva, entrevista concedida à autora. Campina Grande, 05/08/2014.

Antônia Francisca de Souza, entrevista concedida à autora. Campina Grande, 12/12/2010.

Catarina Pereira da Silva, entrevista concedida à autora. Campina Grande, 04/04/2014.

Iza Martins Ramos, entrevista concedida à autora. Campina Grande, 23/11/2014.

Maria do Carmo Silva, entrevista concedida à autora. Campina Grande, 06/11/2014

Maria de Fátima S. Oliveira, entrevista concedida à autora. Campina Grande, 05/08/2013.

Maria José Freire Trigueiro, entrevista concedida à autora. Campina Grande, 16/08/2014.

Maria de Lourdes L. Santos, entrevista concedida à autora. Campina Grande, 11/04/2013.

Maria Souza Araújo, entrevista concedida à autora. Campina Grande, 15/07/2014.

Neli Freire dos Santos, entrevista concedida à autora. Campina Grande, 15/07/2014.

Rosélia Henrique dos Santos, entrevista concedida à autora. João Pessoa, 18/12/2014.

ANEXOS



Plantação de algodão. Disponível em www.naturezabrasileira.com.br. Acesso em: 08/08/2014.



Plantação de sisal. Disponível em <http://www.ateffaba.org.br>. Acesso em: 08/08/2014.



Composição de fotografias de Maria de Lourdes Lima Santos no setor de fição da Indústria Têxtil de Campina Grande em dois momentos: à esquerda na década de 1970 (primeiro registro na carteira) e à direita na década de 1980 (segundo registro) quando voltou a trabalhar na fábrica. Acervo pessoal.



Composição de fotografias de Antônia Almeida Silva no seu setor de trabalho, a fição da fábrica Industrial Cirne Ltda. Década de 1990. Acervo pessoal.



Carnaval na rua Maciel Pinheiro na década de 1960. Imagem retirada da obra **Retratos de Campina Grande: um século em imagens urbanas**.



Clube do Trabalhador. Disponível em : www.fiepb.com.br. Acesso em: 10/02/2015



Clube Ypiranga, teve outros locais como sede. Essa imagem foi a definitiva, localizada na Avenida Canal. Disponível em: www.cgretalhos.blogspot.com.br. Acesso em: 10/02/2015



Clube Paulistano. Disponível em: www.cgretalhos.blogspot.com.br. Acesso em: 10/02/2015



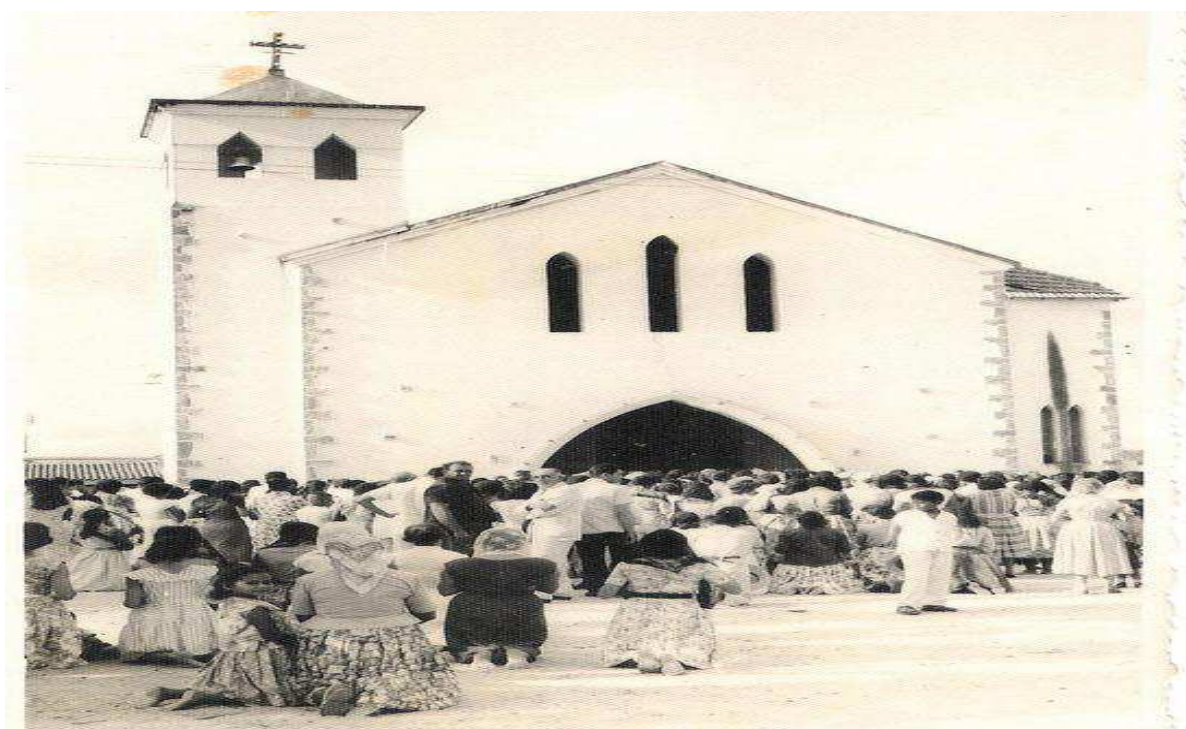
Cinema Babilônia nos anos 1970. Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com.br> Acesso em: 10/02/2015



Cinema Capitólio. Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com.br> Acesso em: 10/02/2015



Micarande (carnaval fora de época) no Parque do Povo nos anos 1990. Disponível em: www.cgretalhos.blogspot.com Acesso em: 10/02/2015



Novena Perpétua, Bodocongó, em Campina Grande, PB. Disponível em: <http://www.a12.com/redentoristas/noticias/> Acesso em: 10/02/2015

APÊNDICE – Breve diário de campo das entrevistas

[...] ‘Como posso saber o que vou lhes dizer?’
[...] *O espetáculo da busca, com seus sucessos e reveses, raramente entedia.*¹¹¹

Desde a graduação trabalhamos com a metodologia da História oral e assim, contamos com um pequeno banco de dados onde constam vários relatos de memórias de pessoas que nos falaram de suas vivências na cidade de Campina Grande e sobre o tema *trabalho*.

Iremos fazer uma breve apresentação das operárias entrevistadas, os caminhos percorridos até chegarmos a elas, como nos receberam em suas casas, e ainda como algumas delas não quiseram ser entrevistadas. Consideramos relevante esse breve diário de campo, onde os leitores irão conhecer um pouco mais essas mulheres e alguns reveses por nós enfrentados, enquanto pesquisadores.

Entrevistamos D. Antônia Francisca de Souza em 2010, quando estava ainda na graduação. Ela tinha na época 84 anos, viúva, aposentada desde 1983, natural de Umbuzeiro – PE. Estávamos num estabelecimento comercial, conversávamos, quando nos falou que trabalhou no ramo têxtil até sua aposentadoria, começou na fábrica CIMA, depois na CCPS e na CIG-CC, retornou para a CIMA onde trabalhou até sua aposentadoria em 1983.

Apesar de sabermos que a entrevista deve ser marcada e que deve haver todo um cuidado, nossa conversa se deu em um estabelecimento comercial onde nos encontramos e começamos a conversar por acaso. Naquele mesmo momento, ela nos concedeu seu relato nos falando de suas vivências no mundo têxtil, o qual tivemos o cuidado de gravá-lo.

Acreditamos que esse procedimento foi válido, pois dessa forma não perdemos as informações valiosas que ela nos forneceu. Assim procedemos, porque não tivemos outra opção, já que a mesma não se dispôs a fornecer seu endereço ou marcar outro momento.

Para a pesquisa da dissertação, fomos percorrendo o seguinte caminho: D. Antônia Francisca indicou D. Maria de Lourdes que indicou D. Maria Souza e assim

¹¹¹ Refletindo sobre o ofício do historiador, o autor aconselha a considerar as contingências e caminhos da pesquisa que a tornam singular, com suas limitações e lacunas. Ver BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.

por diante. Tivemos alguns desencontros, mas, vários encontros felizes. Encontramo-las em diversos bairros da cidade, como: Centenário, São José, Conjunto Álvaro Gaudêncio, Conjunto Presidente Médici, e por último, na cidade de João Pessoa.

D. Maria de Lourdes Lima Santos, 62 anos, solteira, aposentada, natural de Soledade-PB, durante quase três décadas trabalhou nas fábricas CIG-CC, ITCG, CIMA e IC. Já a conhecíamos ali do bairro do Centenário, mas não sabíamos detalhes de sua vida. Trata-se de outra ex-operária que viveu as agruras e prazeres do cotidiano de várias fábricas de fiação e tecelagem nas quais trabalhou até se aposentar.

Abriu-nos as portas de sua casa simples, mas acolhedora, e nos expôs suas vivências de trabalho e lazer. Ela gentilmente nos cedeu fotografias suas no seu setor de trabalho na Indústria Têxtil e nos descreveu detalhadamente seu setor de trabalho e as funções que exerceu. Sua análise foi de grande valia para a compreensão do ambiente fabril têxtil do momento estudado.

Essa mulher trabalhadora rememorou seu trabalho, seu ofício de fiar, tecer, costurar, sua luta pela sobrevivência e de seus familiares. Esta mulher, enquanto trabalhadora, exerceu diversas funções no ambiente fabril têxtil, tais como: fiandeira, ajudante de conicaleira, aprendiz de enroladeira, auxiliar de fiação e costureira.

D. Maria de Lourdes, com suas histórias e memórias, tornou-se fundamental para a nossa pesquisa. Além de sua vasta experiência em fábricas de fiação e tecelagem, apresentou-nos a uma vizinha também ex-operária e disse-nos que duas tias suas também trabalharam em fábricas. Ela fez contato com suas tias que moram no bairro de Bodocongó, mas elas não quiseram nos fornecer seus relatos, alegando que já haviam dado entrevista uma vez e não haviam gostado. Talvez mudem de ideia numa próxima pesquisa, quem sabe.

D. Maria de Fátima Silva Oliveira, 56 anos, casada, atualmente trabalha como *Auxiliar de Berçário*, Natural de Arcoverde, PE. Estagiou três meses como Telefonista na CIG-CC, quando tomou conhecimento da pesquisa, entrou em contato conosco e colocou-se à disposição para auxiliar no que fosse necessário.

Marcamos a conversa que ocorreu no *Berçário Primeiros Passos*, empreendimento de sua filha, onde trabalha atualmente como *Auxiliar de Berçário*. Ficamos no terraço, distante do barulho das crianças, onde pudemos conversar com relativo sossego.

Em conversa com uma amiga, Iracema, soubemos que uma vizinha sua do bairro São José trabalhou em duas fábricas têxteis. Iracema marcou uma conversa com ela e numa tarde, D. Catarina Pereira da Silva, 88 anos, solteira, aposentada, natural de Taquaritinga do Norte-PE. Trabalhou na CPBPA e SANBRA, recebeu-nos com muito prazer em sua casa onde mora sozinha.

Contou-nos, muito empolgada, que ia ganhar uma festa de aniversário de sua família. Muito lúcida e parecendo bastante saudável, nos falou bastante sobre o grupo de atividades da terceira idade do bairro São José, do qual faz parte.

Nossa conversa foi interrompida, pois Iracema, que me levou até lá, teve um sangramento nasal e tivemos que levá-la para casa. Depois que Iracema foi devidamente socorrida, eu e D. Catarina continuamos nossa conversa que se estendeu por horas nos relatando suas vivências na CPBPA e também na SANBRA.

Num final de tarde, fomos à casa de D. Maria de Souza, 77 anos, seis filhos, divorciada, atualmente aposentada, natural de Soledade-PB. Essa ex-operária que trabalhou na CCPS, nos fora indicada por D. Maria de Lourdes que nos deu seu telefone. Ligamos várias vezes, sem conseguir falar com ela.

Fomos até sua casa, ela estava chegando do centro da cidade e foi logo dizendo que estava muito cansada, que deixássemos para outro dia. Tentamos convencê-la com muito tato que seria apenas alguns minutos, então ela cedeu.

Ela nos cedeu o endereço de suas filhas D. Maria José e D. Neli. Ainda ligou para sua filha Neli avisando-a de nossa visita, já que a mesma também morava no bairro do Centenário, seguimos para lá. D. Neli Freire dos Santos, 51 anos, casada, natural de Campina Grande-PB.

Recebeu-nos e já foi dizendo que sua história não era importante, que ela havia trabalhado apenas oito meses na CIG-CC. E que a sua irmã Maria tinha muitas histórias interessantes para nos contar, pois a mesma havia trabalhado em duas fábricas têxteis.

Explicamos a ela que sua história é diferente de todas as outras, é tão importante quanto qualquer outra e que temos grande interesse nas singularidades de suas vivências no mundo do trabalho fabril.

Posteriormente, D. Maria de Souza entrou em contato com sua outra filha, D. Maria José que mora no Conjunto Álvaro Gaudêncio. A nossa conversa foi marcada e fui buscar D. Maria de Souza em sua casa, pois havia me pedido para ir junto conosco à entrevista, pois queria rever sua filha.

D. Maria José Freire Trigueiro, 57 anos, divorciada, natural de Soledade-PB. Trabalhou nas fábricas CIMA e ITCG. Recebeu-nos educadamente, nos mostrando a casa inteira com muito orgulho, explicando como conseguiu reformá-la sozinha e que estava lá desde a época da invasão das casas do Conjunto Álvaro Gaudêncio.¹¹²

Ela relata que invadiu a casa, arrombando a janela e tomou posse dela sozinha, pois seu marido não quis ir com ela. Ficou lá passando até fome porque o bairro estava cercado pela polícia, ninguém entrava nem saía. Disse-nos que só conseguiu permanecer lá porque sua mãe tomou conhecimento que a Polícia Militar iria abrir uma exceção para que pudesse passar uma procissão pelo bairro. Assim, sua mãe foi junto com o cortejo e levou comida para ela.

A princípio, ficou conversando por mais de uma hora conosco sobre como estava cansada da lida diária, falou dos filhos, do neto, da igreja que faz parte, do seu atual trabalho numa Creche Municipal do bairro, do qual gosta muito. Deixamos que falasse à vontade, pois nos pareceu um desabafo.

Depois respirou fundo e perguntou por que eu estava pesquisando sobre a vida das mulheres trabalhadoras de fábricas. Segundo ela, é um tema feio, triste. Disse-me que para ela é muito difícil lembrar esse tempo. E começou a chorar copiosamente, depois pediu água. Interrompeu seu relato diversas vezes, emocionada.

As memórias de D. Maria José sobre o trabalho nas fábricas têxteis são dolorosas, inclusive quando entramos em contato com a mesma e falamos sobre a entrevista, ela nos pediu um tempo, disse que ia tirar férias e depois falaria. Levamos uns dois meses tentando fazê-la falar sobre suas memórias do trabalho.

Disse-me que só ia falar porque eu havia me esforçado muito para conseguir esta entrevista, que achava muito bonito o meu esforço para estudar. O seu relato foi esclarecedor, quando deu a conversa por encerrada, D. Maria Souza pediu que sua filha fizesse uma oração por ela. E essa conversa terminou assim.

Entramos em contato com D. Antônia Almeida Silva, 42 anos, casada, natural de Campina Grande-PB, trabalhou na fábrica IC. Marcou um encontro conosco no

¹¹² O Conjunto Álvaro Gaudêncio é um bairro de Campina Grande popularmente conhecido como *Malvinas*. Recebeu esse nome porque foi invadido por populares por ocasião do conflito entre Argentina e o Reino Unido ocorrido nas Ilhas Malvinas.

templo de uma igreja evangélica que frequenta no bairro do Presidente Médici. Estivemos lá numa noite e após o culto, conversamos numa salinha.

Disse-me que passou o dia inteiro preocupada com o que eu ia perguntar, mas expliquei que não se preocupasse e que ficasse à vontade para falar de sua experiência na fábrica. Visivelmente mais relaxada, falou bastante sobre suas vivências na fábrica têxtil na qual trabalhou.

D. Maria do Carmo Silva, 73 anos, casada, natural da cidade de São Sebastião de Lagoa de Roça-PB, trabalhou na CPBPA. Uma conhecida me falou dela e me deu seu telefone, marcamos uma conversa e a mesma nos recebeu em uma loja de calçados no centro da cidade que administra junto com seu marido.

Conduziu-nos a um canto e conversamos sossegadamente. Contou-nos muita coisa do seu trabalho na fábrica, ainda adolescente, e de sua vida afetiva. Muito do que nos falou não foi utilizado no nosso trabalho, pois cremos que nos foi contado em confiança.

D. Catarina marcou uma conversa com D. Iza Martins Ramos, sua sobrinha. Ela tem 52 anos, divorciada, atualmente trabalha no Hospital Geral CLIPSI, natural de Campina Grande-PB. Trabalhou na informalidade na CIG-CC, depois com vínculo empregatício na PN e na CIMA.

Quando chegamos em sua casa ela havia saído sem deixar recado. Sua mãe se desculpou conosco e disse-nos para voltar mais tarde e trocamos números de telefone. Ela nos ligou no mesmo dia e nos recebeu na casa onde mora com sua mãe. Mostrou-nos sua CTPS com todos os seus registros de trabalho. Disse-nos que queria falar de sua vida, queria que todo mundo soubesse que ela conseguiu vencer todas as dificuldades e que se considera uma pessoa vitoriosa.

Entramos em contato com D. Rosélia Henrique dos Santos que mora em João Pessoa, 53 anos, casada, natural de Campina Grande-PB, trabalhou na CIMA. Depois de alguns imprevistos, conseguimos contatá-la e recebeu-nos em sua casa no Bairro das Indústrias.

Era domingo à tarde, estava havendo uma reunião de família, com som ligado bastante alto, mas tentamos nos afastar ao máximo e conseguimos conversar com ela. Ela iniciou sua fala dizendo que não se lembrava de quase nada, mas depois fomos perguntando e ela falou bastante sobre seu trabalho na CIMA.

Buscamos tratar com muito zelo e respeito essas pessoas que, apesar de se constituírem em documentos, verdadeiros livros, não podemos folheá-los à vontade. Devemos lembrar que têm sentimentos, emoções, vontades.

Insistimos com elas, cercamo-las por todos os lados tentando convencê-las a cooperar conosco, é verdade, mas tendo todo o cuidado possível, para que não ocorra o que aconteceu com as tias de D. Maria de Lourdes. Não sabemos o que ocorreu, mas o fato é que não querem mais conceder entrevistas e isto com toda certeza se constitui num grave prejuízo para a história de Campina Grande.

Enfim, trabalhar com relatos orais de memória não se constitui numa tarefa fácil, as coisas nem sempre acontecem como desejamos, lidamos com seres humanos com necessidades diversas, com imprevistos, mas isso torna o fazer do pesquisador mais instigante e prazeroso.

Conversar com essas pessoas se constituiu numa experiência singular para nós. Ouvi-las narrando suas vivências cotidianas nas fábricas, observá-las expressando suas emoções enquanto falavam, o choro, o riso. Algumas falavam muito, outras falavam pouco, mas até os silêncios delas falaram muito alto. Relevante ainda foi perceber as pausas, escolhendo o que dizer e o que não dizer, ocultar ou revelar, a hesitação muitas vezes em entregar suas preciosas experiências, em revelar sua intimidade, em expor suas vidas.

Alegramo-nos e entristecemos-nos com elas, estabelecemos vínculos de amizade. Aprendemos muito com cada uma delas, enriquecemos. Nas linhas e entrelinhas dessa escrita há muitas histórias, as contadas e ainda por contar.

Muitas histórias nos foram contadas por essas mulheres, detalhes de suas vidas que nos foram transmitidos em confiança, por isso não podemos tornar público. Outras vivências foram lembradas após o gravador ter sido desligado, será que foi de forma proposital? Não sabemos.